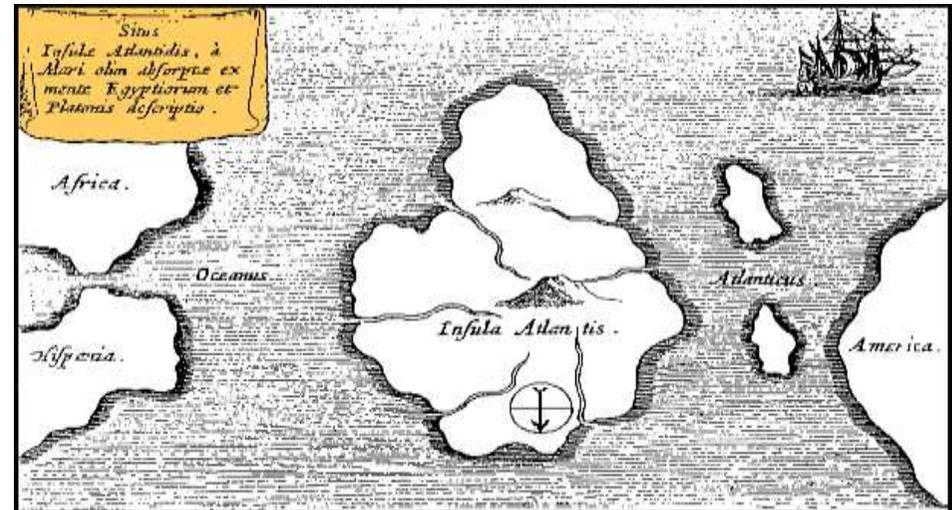




# CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS

CADERNOS AÇORIANOS

SUPLEMENTO 2 MARÇO 2010 DANIEL DE SÁ



Suplemento 2 MARÇO 2010

**DEDICADO A DANIEL DE SÁ**

Todas as edições em linha em [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Editor **Colóquios da Lusofonia** (Chrys Chrystello)

Coordenadoras **Helena Chrystello / Rosário Girão dos Santos**

Os colóquios da lusofonia seguem a nova ortografia desde fev<sup>o</sup> 2009



Editado por

©™® revisto 2012

Aqui se transcrevem textos em homenagem ao autor publicados pelos Colóquios da Lusofonia ou pelos seus participantes.

\*\*\*\*\*

## DESCOBRIR DANIEL DE SÁ OU O POETA DAS CASAS MORTAS (I)

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos e Manuel José Silva - Universidade do Minho

**Resumo** - Descobrir Daniel de Sá, escritor açoriano agraciado com a Ordem do Infante D. Henrique no transato dia 10 de junho (2008), não só implica atentar com denodo no seu autorretrato, como também proceder à análise atenta de *O pastor das casas mortas* (obra dada ao prelo em 2007). Retrato magistral do Portugal dos decénios 60 e 70, não raro atravessado pela sátira e pelo humor, a supracitada novela revisita, sob a égide do “Estado Novo”, as aldeias míticas de antanho, os lares, doravante em ruínas, votados ao abandono pelo ‘fenómeno’ da emigração, os objetos desconjuntados que o progresso foi olvidando, as profissões de outrora suplantadas pelos ‘novos tempos’ e a vida comunitária em comunhão com a natureza e em fusão com o universo: a serra do pastoreio, das ermidas das estátuas votivas e do quotidiano, ritmado quer pelo fabrico artesanal dos queijos, quer pelo ritual dos lavadouros e fontanários públicos, espaços por excelência de olhares fortuitos e cúmplices. A dedicatória resume, *per se*, o talento evocador e invocador de Daniel de Sá: “*Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal.*”

Palavras-chave - Jornal íntimo, epígrafe, sátira, humor, saudade.

No dia 10 de junho de 2008, José António Mesquita, representante da República para os Açores, após ter feito o elogio à açorianidade<sup>1</sup>, entregou uma condecoração a Daniel de Sá (posteriormente distinguido, no dia 25 de maio de 2010, com a “Insignia Autonomica de Reconhecimento” atribuída pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores no âmbito das Imposições das Insignias Açorianas), agraciado com a Ordem do Infante D. Henrique.

Transcrevemos as palavras do escritor, que manifestou surpresa e reconhecimento: “*É uma distinção que agora eu pondo de parte ou não se é merecida [...] é um prazer muito grande. [...] Mentiria se estivesse a minimizar o impacto*

*emocional que isso teve em mim.*”<sup>2</sup>

Quem é, porém, Daniel Augusto Raposo de Sá, nascido na Maia, S. Miguel, a 02/03/1944?

Não resistimos à tentação de transcrever o autorretrato<sup>3</sup> deste ‘pintor’/historiador, em *A Terra Permitida*, dos finais da Monarquia, da visita do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia ao Arquipélago, do Regicídio, do curto reinado de D. Manuel II e da proclamação da República<sup>4</sup>.

*Na galeria da fama dos maus romances, há um que começa mais ou menos desta maneira: ‘Era uma noite escura e tempestuosa’. Estava assim aquela em que nasci, quando o apocalipse da guerra contava já os seus últimos milhões de mortos, e o petróleo ia substituindo o azeite de gata, que dava mais cheiro que luz. Nesse dia, quadragésimo nono aniversário do decreto da autonomia de Hintze Ribeiro - João Franco - D. Carlos, os aliados continuavam a cercar o mosteiro de Monte Cassino, e Pio XII completava sessenta e oito anos de vida e cinco de Papa.*

*Mas logo aos dois anos tive de deixar a Maia e os meus bozinhos de carrilho, porque meu pai fora, como muitos mais, procurar a imitação do ‘Eldorado’ no aeroporto de Santa Maria, e nos fizera carta de chamada, pois as ilhas estavam então separadas por alfândega e outras dificuldades, como estados independentes. Começava a cumprir-se o fado de uma família de emigrantes, que haveria de esboroar-se toda, nessa e nas décadas seguintes, por este mundo de Deus e de legítimas ambições humanas.*

*Dos primeiros tempos na ilha-mãe, feita de pedra e cal, recordo vagamente os meus caracóis louros e compridos, um coelhinho de latão que fora broche e se tornou no meu brinquedo preferido e quase único, o encanto indizível de um ‘Dakota’ de plástico que o Menino Jesus me deu, creio eu, por um Natal em que cheguei à chaminé ainda a tempo de o ver fugir, e uns versos*

<sup>1</sup> Termo criado por Vitorino Nemésio (decalcado, porventura, na “hispanidad” de Miguel de Unamuno), em artigo datado de 1932 (*Revista Insula*, Ponta Delgada, 1932, nº 8).

<sup>2</sup> Ver <http://videos.sapo.pt> [consultado a 16 de julho de 2008].

<sup>3</sup> Esta informação, bem como a informação precedente, foi-nos gentilmente disponibilizada pelo Sr. Dr. Chrys CHRYPELLO, Mentor University of Brighton, UK e Reviewer Helsinki University Finland,

Organizador dos Encontros Açorianos de Lusofonia e dos Colóquios Anuais de Lusofonia em Bragança, a quem, desde já, muito agradecemos.

<sup>4</sup> Ver *A Terra Permitida* (2003).

*com que me estreei na poesia, cantando para a vizinha da frente segundo as normas de rima que meu pai me ensinara na véspera.*

*Fui crescendo com essa cisma na cabeça, e cheguei a passar horas em desafios renhidos de redondilha maior com o Firmino, meu colega de quarta classe na escola de Santana, onde a boa da professora tinha de aturar mais de três dezenas de rapazes e raparigas, desde os que andavam na bê-á-bá até aos que papagueavam significados, rios, reis, serras e linhas férreas, entremeando a sua exausta paciência com um 'calem-se' para nós os dois, sem que ela sonhasse o que dizíamos e como o dizíamos, a voz contida.*

*É de pouco depois o meu primeiro romance falhado, uma aventura de índios e 'cowboys' que acabou quando o assalto a um rancho coincidiu com a minha falta de paciência ou de inspiração para o resto.*

*Mas o melhor eram os relatos de futebol ouvidos e discutidos no Clube Asas do Atlântico e, sublimidade de quantas sensações havia na nossa infância, as 'matinés' do Atlântida Cine, onde se arranjava quase sempre um lugarzinho, mesmo que não se tivesse o dinheiro para o bilhete, porque o Senhor Cardoso abria a porta à fila da nossa gula impaciente quando percebia que, a respeito de entradas pagas, estava tudo conversado.*

*Mas em fins de 1958 aconteceu o primeiro grande desgosto da minha vida: o bondoso padre Artur perdeu-se no naufrágio do 'Arnel'; e, poucos meses depois, meu pai morreu. O tempo começou então a passar muito depressa. O quinto ano feito no Externato da Ribeira Grande e o curso do Magistério Primário foram uns instantes e dei por mim, de repente, professor nos Fenais da Ajuda. Andei por lá quatro anos, e comecei a escrever para o jornal do saudoso Cícero de Medeiros, com um pseudónimo que eu imaginara muito antes e que, feito do meu verdadeiro nome e de uma das designações daquela freguesia, por interessante coincidência se justificava plenamente: Augusto de Vera Cruz.*

*Cumpri depois esse dever absurdo de aprender a guerra, nas Caldas da Rainha a recrutar e a especialidade em Tavira, mas escapei à imposição de exercer na prática os conhecimentos adquiridos, porque passei o resto do serviço militar no batalhão dos Arrifes.*

*Depois de mais um ano como professor, desta vez na Maia, cumpri a seguir o meu roteiro de nómada, entrando para a congregação missionária dos Combonianos, e por lá estive, quase três anos em Valência e alguns meses*

*em Granada. Aprendi a ignorância de filósofos e teólogos e criei o vício físico da sesta, de que adoeci sem remédio.*

*E aqui estou, definitivamente disposto a ser rural e sedentário, que Deus, afinal, está em toda a parte e o Mundo inteiro vem cá ter com a gente.*

*Entretanto, casei: faltavam vinte e cinco dias não sonhados para que se cumprisse a plenitude de abril. Pai de três filhos que vão crescendo e de seis livros maneirinhos, sinto que me saí melhor (talvez por serem uma obra a dois) com aqueles do que com estes, mas ainda não perdi a esperança de ser tão feliz por uns como pelos outros.*

*Tenho pena de não ter nascido a tempo de escrever o "Estrangeiro" ou "As Vinhas da Ira", de compor o "Messias" ou a "Sagração da primavera", de pintar "A Peregrinação de Santo Isidro", ou de esculpir "Os Burgueses de Calais", de formular a teoria da Relatividade ou de descobrir a penicilina, de erguer o Taj Mahal, de criar o poema "Tabacaria" ou, ao menos, de inventar a maionese.*

*Meteram-me na política, onde tenho sido de tudo um pouco, menos membro do governo regional, porque, além de outras razões evidentes, de certeza não serviria para isso.*

*Sou de uma curiosidade sempre insatisfeita, e teria estado disposto, se tal fosse possível, a ficar olhando, durante milhões de anos, a criação do Universo, só para saber como foi. Trocaria todas as palavras que até hoje disse, e que os amigos aplaudiram, para pensar por momentos, sem esquecer depois, com o cérebro do primeiro homem que foi capaz de pensar.*

*Não sei se posso dizer que sou puro, como os justos do antigo Egito no julgamento de Osíris. Sei que não queimei o templo de Diana nem ordenei nenhum campo de concentração. Posso invocar uns quantos nãos de bondade, mas faltam-me os sins seguros da justiça positiva.*

*Todavia, a catedral da Literatura existe, com os seus demónios e os seus santos para todas as devoções. E, com tantos livros para ler, há quem gaste o seu tempo e o seu talento a discutir-lhes a forma, a escola ou a literatura menor a que pertençam. No entanto, cada vez que eu entro, por exemplo, na igreja do mosteiro da Batalha, ajoelho-me primeiro porque aquele templo foi feito para louvarmos a Deus e não o estilo ou os homens que o construíram. E se, culturalmente, sou apátrida, no mais permaneço ilhéu e português, aceitando a fatalidade do destino com que nasci como se eu mesmo fosse o responsável por ele.*

[Este texto foi escrito em 1992. Entretanto, os filhos cresceram em idade e inteligência e os livros em número e tamanho. Atualmente (1998), são os que a seguir se diz.]<sup>5</sup>

Detenhamo-nos, em primeiro lugar, em *Ilha Grande Fechada*, uma das obras mais conhecidas do Autor, história de um romeiro, de nome João que, para rumar ao Canadá – e “*Sair da ilha é a pior maneira de ficar nela!*” (Sá, 1992: 172) –, se vê forçado a matar a sua cadela Diana, cortando, deste modo, o ‘cordão umbilical’ que o liga à Ilha.

*Se eu pudesse levar-te, Diana, não me ficava pena nenhuma do que deixo atrás. Só minha mãe e meu pai, coitados, já se vão pondo velhos, [...]*

*Anda aqui, Diana, chega ao pé de mim, [...] que és a minha perdição. [...]*

*A cadela deitou-se, [...] João pegou no sacho, ergueu-o e apontou-lho à cabeça. A pancada caiu certa e fulminante. Diana estremeceu por momentos, agitada por uma morte de que não se apercebeu. João [...]*

*Abriu uma cova o mais fundo que pôde. [...] Descobriu a cabeça e rezou, coisa que nunca fizera ao som dos sinos da tarde. Depois, atirou Diana para dentro da cova e fechou a ilha sobre ela. (1992: 171-173-175).*

<sup>5</sup> Continuamos a transcrever a nota biobibliográfica do Autor: “**Obras publicadas:** *Génese* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1982: Durante a Guerra Civil espanhola, Don Francisco Calvera Ten, um padre da província de Valência, teme os Republicanos e não gosta dos Nacionalistas. E deu-lhe em duvidar do próprio Deus. *Sobre a Verdade das Coisas* (crônicas-contos), edição da Junta de Freguesia da Maia, 1985: A vida rural de S. Miguel. A ficção ao serviço da realidade, a realidade ao serviço da ficção. Mas onde o real é bem mais forte do que o imaginário. *O Espólio* (novela), edição Signo, Ponta Delgada, 1987: Se uma ilha dos Açores sofresse um ataque nuclear, que poderia resultar daí para a felicidade ou infelicidade do Mundo? Talvez nada mais do que o Prémio Pulitzer para a melhor reportagem sobre a tragédia. *A Longa Espera* (contos), edição Signo, Ponta Delgada, 1987: E se o Natal fosse um homem vindo de longe, de onde os rios correm sempre, para se sentar diante de uma fonte seca, num sacrifício de implorar a chuva aos Céus e até à sua própria morte? E se o Natal fosse e não fosse o resto? *Bartolomeu* (teatro), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1988: Um dos maiores navegadores portugueses de todos os tempos julga-se com direito de ir à Índia. Razões de Estado tiram-lhe esse privilégio em favor de Vasco da Gama, um capitão intransigente. O drama de Bartolomeu Dias, que o não mereceu. *Um Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1990: Se Cristo reencarnasse e fosse condenado a um campo de concentração nazi, resistiria melhor do que um prisioneiro ateu? *Ilha Grande Fechada* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1992: João peregrina à volta da ilha no cumprimento de uma promessa e na despedida da sua terra antes de emigrar para o Canadá. E acaba por

De ressaltar a originalidade de Daniel de Sá no que respeita quer ao tempo da história, que vai do “Primeiro Dia” ao “Nono Dia”, quer à sua estrutura narrativa. Com efeito, os subtítulos dos seus capítulos equivalem aos títulos de algumas obras de Autores consagrados:

*Lugar de Massacre* – José Martins Garcia

*Gente Feliz com Lágrimas* – João de Melo

*Uma Pedra no Sapato* – Artur Veríssimo

*(Sapa)teia Americana* – Onésimo T. Almeida

*Sabeis Quem é Este João?* – Álamo Oliveira

*Longe É Aqui* – Lúcia Costa Melo

*As Brancas Passagens do Silêncio* – Eduardo Bettencourt Pinto

*Raiz Comovida* – Cristóvão de Aguiar

*A Viagem Possível* – Emanuel Félix

Atentemos, doravante, na dedicatória de *O pastor das casas mortas*<sup>6</sup>, obra dedicada “Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal” (Sá, 2007: 5), e precedida, no exergo, de três citações que passamos a contextualizar: a primeira corresponde à penúltima estrofe da composição poética

compreender que “sair da ilha é a pior maneira de ficar nela”. *A Criação do Tempo, do Bem e do Mal* (ensaio), edição Salamandra, Lisboa, 1993: Uma visão agnóstica do Tempo. A justificação do Bem e do Mal, numa perspetiva teísta. Algumas questões mais difíceis da Doutrina e da Moral católicas, segundo a opinião de quem acredita em Cristo e na Sua Igreja, dita Universal, Apostólica e Romana, sem ter a certeza de que Ela seja infalível. *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)* (crônicas históricas), edição Salamandra, Lisboa, 1995: A vida nos primeiros tempos de haver gente nos Açores, ouvida dos velhos cronistas e contada com a ironia da ignorância e da suposta superioridade de ser homem do século XX. *E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa, 1997: Vinte séculos de humanidade não ensinaram ao Homem a ser humano. O lobo de si mesmo continua tão pérfido como os crucificadores romanos. *As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1999: O absurdo da Inquisição foi praticar o mal em nome de Deus. O paradoxo do nosso século tem sido destruir milhões de homens e mulheres em nome da Humanidade. **Contos do autor:** *Um trovador na corte de D. Sancho e Dueto a uma só voz. Outras páginas sobre o autor:* Recensão sobre a obra *E Deus Teve Medo de ser Homem*; *Malino: Homenagem a Miguel Torga*; *Dois sonetos sobre Natália Correia*.

<sup>6</sup> *Poderá um título ser inocente? Elemento paratextual, ele pertence, de pleno direito, à semântica do texto, constituindo a condensação da mensagem que cataforicamente anuncia e para a qual tematicamente remete (apud Martínez, 2001: 136).*

“Pedra-Poema para Henry Moore” de Emanuel Félix Borges da Silva, fundador e codiretor da revista *Gávea*, nascido em Angra do Heroísmo a 24 de outubro de 1936 e aí falecido a 14 de fevereiro de 2004; a segunda reenvia para o prefácio de Gregório Marañón à primeira edição estrangeira de *Retalhos da Vida de um Médico* (*Escenas de la vida de un médico*) de Fernando Namora; quanto à terceira, ela foi extraída da Primeira Parte (I) do poema “Paisagens” da *Vida Etérea* de Teixeira de Pascoaes. Fenómeno bastante recente, coincidindo com a emergência da novela, a epígrafe não só estabelece um dinâmico “protocolo de leitura”, orientando as expectativas do leitor e tornando-se um ponto de partida viável para a análise textual, mas também se firma como prática intertextual, colocando o ‘novo’ texto sob o patronato prestigioso do texto *outro*.

Assim é que Antoine Compagnon, a propósito do ‘trabalho da citação’, enumerou algumas das funções da epígrafe:

*L'épigraphie est la citation par excellence, la quintessence de la citation, celle qui est gravée dans la pierre pour l'éternité, au fronton des arcs de triomphe ou sur le piédestal des statues. [...] A l'orée du livre, l'épigraphie est un signe de valeur complexe. Elle est un symbole (relation du texte avec un autre texte, rapport logique, homologique), un indice (relation du texte avec un auteur ancien qu'elle met à la place du patron, c'est la figure du donateur au coin du tableau). Mais elle est surtout une icône, au sens d'une entrée privilégiée dans l'énonciation. Elle est un diagramme, de par sa symétrie avec la bibliographie dont elle est un signe avant-coureur (un indice et une image). Mais davantage encore elle est une image, un insigne ou une décoration ostentatoire sur la poitrine de l'auteur. (Compagnon, 1979: 337).*

<sup>7</sup> “... se a um homem lhe der para amar uma pedra/não seja uma pedra e mais nada/mas uma pedra amada por um homem” (Sá, 2007:7). Transcrevemos o poema de Emanuel Félix: “Um homem pode amar uma pedra/uma pedra amada por um homem não é uma pedra/mas uma pedra amada por um homem// O amor não pode modificar uma pedra/uma pedra é um objeto duro e inanimado/uma pedra é uma pedra e pronto// Um homem pode amar o espaço sagrado que vai de um/homem a uma pedra/uma pedra onde começa qualquer coisa ou acabe/onde pouse a cabeça por uma noite/ou sobre a qual edifique uma escada para o alto// Uma pedra é uma pedra/ (não pode o amor modificá-la nem o ódio) // Mas se a um homem lhe der para amar uma pedra/não seja uma pedra e mais nada/mas uma pedra amada por um homem// ame o homem a pedra/e pronto” (Félix, 1993: 21).

<sup>8</sup> “... ha podido convivir con los factores universales de la humana existencia, con el dolor y la nobleza y la ingratitud y el fervor, esquemas representativos de lo que fueron y serán las pasiones; y no con el dolor de tal duquesa o el aburrimiento de tal banquero, o la lascivia de tal mecanógrafa,

Neste contexto, a citação em epígrafe de Emanuel Félix<sup>7</sup> tem valor de símbolo, na medida em que no capítulo IX da novela em questão, intitulado “Pedras”, o protagonista dá nome a muitas, justificando este batismo com a sentença: “ *E a gente ama aquilo do que precisa e dá nome àquilo que ama.*” (*Idem*, 36); do mesmo modo, o capítulo XV (“Escrito na pedra”) põe em cena um Manuel Cordovão, ‘armado’ de escopro e de martelo, a gravar numa pedra a seguinte quadra: “*Eu vivo num mundo imundo/Desde o dia em que nasci./Mas nunca sujei o mundo./Que o Mundo não vive aqui.*” (*Idem*, 52); relativamente à citação de Gregório Marañón<sup>8</sup>, ela constitui um indício, posto que tanto remete para o unanimismo universal e para a universalidade da condição humana, como prenuncia a escrita de fragmentos de vida, de episódios da existência, de “retalhos” a serem biografados e ‘bio-grafados’.

Por fim, a citação de Teixeira de Pascoaes<sup>9</sup>, mentor do saudosismo português, assume-se como um ícone, ou, mais bem dito, como a representação saudosa da imagem de um outrora para todo o sempre delido. Ora, se a epígrafe, sob forma de ‘colagem’ de citações, sugere, pelo espaço que ocupa, a figura genealógica (Samoyault, 2001: 46), se tem uma função de revelação ao ancorar o texto numa tradição, se não se afigura um mero ornato mas um suplemento de significação, se veicula quer uma separação (graças ao ‘branco’ que dissocia o texto do intertexto) quer uma ‘re-união’ (apropriação por parte do texto dos valores transmitidos com efeito de filiação), fácil se torna exarar as afinidades temáticas entre a novela de Sá e as três citações paratextuais<sup>10</sup>: a saudade de uma aldeia mítica, bem como a nostalgia da velha casa serrana e da vida rústica partilhada em comunhão com a natureza.

*de las ciudades, donde sólo hay pasiones domesticadas, en serie, aparatosas pero vacías...*” (Sá, 2007: 7).

<sup>9</sup> “Vê-se velhinha casa, em ruínas de tristeza,/Onde o espetro do vento, às horas mortas, reza/E o luar se condensa em vultos de segredo.../Almas da solidão, sombras que fazem medo,/Vidas que o sol antigo, um outro sol, doirou,/Fumo ainda a subir dum lar que se apagou.” (Sá, 2007: 7).

<sup>10</sup> “Le second type est constitué par la relation [...] que, dans l'ensemble formé par une œuvre littéraire, le texte proprement dit entretient avec ce que l'on ne peut nommer guère que son paratexte: titre, sous-titre, [...] épigraphes ; [...] et bien d'autres types de signaux accessoires, [...] qui procurent au texte un entourage (variable) et parfois un commentaire [...] dont le lecteur le plus puriste et le moins porté à l'érudition externe ne peut pas toujours disposer aussi facilement qu'il le voudrait et le prétend.” (Genette, 1992: 10).

Quedemo-nos, de seguida, na rigorosa arquitetura da novela suprarreferida, cuja história, à partida, se nos afigura fragmentária, ganhando em coerência narrativa o que parece perder em linearidade ou continuidade: na sequência de certas ‘negociações’ literárias com Manuel Cordovão, pastor de ovelhas e de cabras na Aldeia Nova do Vale e protagonista da supracitada novela, o narrador toma a decisão de elaborar a sua biografia, respeitando a cláusula do biografado no tocante à alteração dos nomes e dos lugares<sup>11</sup>, e baseando-se não só em muitas cenas de vida que ele fora escrevendo em agendas missionárias<sup>12</sup> e em sebatas sem linhas, mas também numa frutífera correspondência trocada com o seu ‘modelo’, suscetível de abarcar um percurso existencial de cerca de quarenta anos (dos dez aos cinquenta<sup>13</sup>).

A fim de dar forma ao projeto biográfico em questão, recorre o narrador<sup>14</sup>, numa primeira etapa, ao jornal íntimo<sup>15</sup> de Manuel Cordovão, balizado por datas (anos, meses e dias) que configuram uma cronologia interna ritmada por recorrentes anacronias. Em finais de 1953, a mãe de Manuel Cordovão oferece-lhe uma pequena agenda missionária<sup>16</sup>, onde ele começa a registar os eventos que reputa de mais marcantes, enveredando pela *escrita do eu*; a 9 de maio (sábado) refere-se, pela

primeira vez, a Maria da Graça, bem como ao Padre Brites que intenta convencê-lo a ingressar no seminário (ingresso do qual ele discorda, por gostar de Maria da Graça).

A 29 de janeiro (quarta-feira) de 1986, noticia o falecimento deste sacerdote, pároco da Coutada do Avenal, “*homem capaz de despir a camisa, para dar a um pobre, e voltar para casa com a batina sobre a pele*” (*Idem*, 18).

A 19 de maio (terça-feira) - do ano que supomos ser 1954 - comunica que o pai e a mãe de Maria da Graça a interditaram de frequentar a escola, posto que tinham estado sozinhos num abrigo e que ele lhe dera um beijo: “*A irmã disse à mãe. A mãe disse ao pai. O pai bateu-lhe.*” (*Idem*, 17).

De 19 a 29 de maio, assolado pelas saudades, escreve apenas quatro palavras: “*Hoje não a vi.*” (*Idem*, 19).

A 30 de maio (Sábado) informa da briga à pedrada entre os rapazes do vale e os da serra e, a 31 do mesmo mês (Domingo), ocupando o espaço de 2ª feira, sente remorsos pela desgraça que o seu ardor infantil espoletou: os pais de Maria da Graça

*que sur le côté extérieur, la vie de relations, ou les événements dont la dimension le dépasse. 4º A un degré de plus, l'intimité d'un journal tient au fait qu'il n'est pas destiné au public, mais conserve un caractère réservé, voire secret. [...] 5º Ce caractère privé et réservé est encore attesté par le fait que l'auteur ne livre pas son texte à l'imprimeur. [...] 6º [...] l'accent est mis par l'auteur sur sa propre personne. [...] l'intériorité y est dominante, ou pour employer la distinction formulée par Jung, la part de l'introversion l'emporte dans le caractère ou l'esprit du rédacteur sur la part de l'extraversion. 7º Par suite de ce dernier trait, un journal intime s'étend nécessairement sur une assez longue période de temps. Il n'est pas possible de préciser davantage la durée de cette période.” Ver, ainda, Lejeune/Bogaert, 2006: 22-25: “[...] c'est une écriture au jour le jour : une série de traces datées. [...] La base du journal, c'est la date. [...] Le journal est une trace : presque toujours une écriture manuscrite, de la personne même, avec ce que la graphie a d'individualisant. C'est une trace sur un support : cahiers reçus en cadeau ou choisis, feuilles volantes dérobées à l'usage scolaire, [...] Le journal est une série de traces. Il suppose l'intention de baliser le temps par une suite de repères. [...] Le journal est d'abord une liste de jours, une sorte de crémaillère qui vous permet d'embrayer sur le temps.” Ver, por fim, Levallois, 2005: 13-14: “L'expérience psychanalytique et l'écriture autobiographique appartiennent toutes deux au territoire de la subjectivité qui s'est constitué en Occident. [...] Le journal intime va se développer dans cette voie [...] comme si les mouvements de l'âme mêlés aux petites choses du quotidien méritaient, eux aussi, d'exister dans l'écriture.”*

<sup>16</sup> Trata-se de um pormenor de cariz autobiográfico, como atesta o capítulo V - “A Paisagem” - da obra do Autor intitulada *Santa Maria. A ilha mãe*: “As nossas memórias são a nossa vida. Por isso parece que vivemos tanto mais quanto menos esquecemos. Cheguei a escrever umas notas de diário numas agendas das Missões, mas, como sempre fui mais de começar coisas do que de completá-las, pouco adiantei em cada uma. E perdi-as.” (2007: 58).

<sup>11</sup> Não trataremos, por esta razão, a categoria espaço, mas tão-somente a categoria tempo.

<sup>12</sup> A infância surge amplamente abordada nesta novela, pela via do “posto escolar” da Aldeia Nova do Vale, onde Manuel e Graça se conhecem. Neste contexto, afigura-se-nos curiosa uma frase escrita por Vitorino Nemésio a respeito de Raul Brandão, numa crónica datada de 22.12.1972 e intitulada “Mais Raul Brandão”: “*O génio verdadeiro nunca ultrapassa a infância*” (Nemésio, 1974: 63).

<sup>13</sup> “*A felicidade viera atrasada quase meio século, mas acabara por chegar. E a aldeia nunca lhe parecera tão habitada como agora, só com Maria da Graça, lá em baixo, à sua espera.*” (*Idem*, 93).

<sup>14</sup> De salientar o *incipit in media res* desta novela: Manuel Cordovão, que escorrega, pela primeira vez, numa pedra, consulta o Dr. Livaldo. Através do casal Yara e Livaldo, Sara, a filha do narrador, convence o protagonista a emprestar ao pai as suas ‘agendas de vida’: “*O contrato era o de eu lhe ir devolvendo cada agenda já lida com o texto que a partir dela escrevera. Na volta do correio, ele mandava-me outra.*” (*Idem*, 10).

<sup>15</sup> Ver, a respeito do jornal íntimo, Didier, 1983: 8-9: “*Le journal peut tenir à la fois de l'autobiographie et raconter des événements proches ; il est aussi réflexion sur soi-même, essai de brosse, jour après jour, un autoportrait. Il faut bien dire que le critère entre autoportrait et journal est finalement surtout formel (ce qui ne veut pas dire inopérant, au contraire : il faut se cramponner à ces critères matériels, faute d'en avoir d'autres). C'est la datation qui permet de parler de 'journal', et si Montaigne avait inscrit chaque jour en haut de sa page la date, rien ne nous interdirait de considérer les Essais comme un journal.*” Ver, também, os sete itens definitórios deste género segundo Girard, 1986: 4-5: “*1º [...] il est écrit au jour le jour. En cela, il s'oppose à toute œuvre composée. [...] 2º Dans un journal, l'auteur est présent personnellement. C'est lui qui voit ou entend, regarde ou écoute. Il est centre d'observation ou centre de convergence. [...] 3º Mais, pour être intime, encore faut-il que l'observation porte sur la personne même du rédacteur, sur le côté privé de sa vie, plutôt*

proibiram-na de brincar na rua e de ir à catequese. Minado pelo arrependimento, confessa, a 7 de junho (domingo), que talvez devesse ir falar com a mãe de Maria da Graça e dissuadi-la do seu interesse sentimental pela filha, hesitando, no dia 8 de junho, entre fingir que não gosta dela - podendo ela doravante sair - ou continuar a amá-la - permanecendo ela em casa.

A 14 de junho (omitindo o dia da semana), afirma que a viu dirigir-se para a missa, na companhia da mãe e das irmãs, reiterando, ao longo das semanas seguintes, a alusão a certos olhares fugazmente cúmplices.

A 1 de julho (quarta-feira) faz a prova escrita do exame da 4ª classe e, na segunda-feira seguinte, o exame oral, participando que só não teve distinção por não a haver. Interessante se torna realçar que, neste último dia, o relato até então fidedigno vê-se bruscamente interrompido pelo deflagrar do imaginário, logo denunciado como falacioso e lustral:

*‘Ela [Maria da Graça] quando me viu correu para mim e deu-me um abraço de parabéns muito forte, era como se um anjo tocasse em mim ou Nossa Senhora me tivesse aparecido e foi muito melhor do que passar no exame.’ Mas logo a seguir, e entre parênteses, a tinta preta, com um enorme e espantado ponto de exclamação e umas desiludidas reticências, vê-se dita a verdade: ‘Mentira! ...’ [...].” (Idem, 20).*

Uma elipse de dez anos (no jornal íntimo do biografado ou na narrativa do biógrafo?), indiciada por “Mais adiante” e “Em outra passagem”, domicilia-nos no cerne das hesitações dilemáticas de um Manuel Cordovão já adulto - “Será que eu tinha sido feliz com a Graça? Quem sabe se estaríamos já fartos um do outro, [...] Tem algum jeito eu estar nesta idade a preocupar-me com uma criança de 8 anos, levando a sério uma paixão dum puto de 10?” (Idem, 20-21) -, comunicando-nos o narrador a aquisição, por esta altura, quer de um rádio a pilhas, no montante de mil e oitocentos escudos (onde Manuel escutara o coro dos escravos Hebreus da ópera *Nabucco* de Verdi), quer de um gira-discos a pilhas (mediante a prolepse “Anos mais tarde”), comprado por um “dinheirão três mil escudos” (Idem, 21).

A 2 de agosto (sexta-feira) de 1968, mas ocupando o espaço reservado ao sábado, insiste no seu amor por Maria da Graça - “Já lá vão tantos anos” - e assevera, como

leitor das *Lettres de mon moulin*, que a Stéphanette “podia ser a Graça, ou melhor que a Graça podia vir ter comigo como a patroa foi ter com o seu pastor.” (Idem, 21).

A 12 de maio (5ª feira) de 1955 declara que, devido a uma tempestade, a ribeira encheu, a ponte ruiu e o pai foi buscá-lo, embora ele não se tivesse importado de “passar a noite sozinho na serra se depois pudesse ver a Graça” (Idem, 23). Esta declaração de adolescente afoito não tarda a ser desmentida - mediante uma prolepse homodiegética completiva englobando “Anos mais tarde” - pela prudência do adulto: “Nem por esse prémio eu teria sido capaz de pagar tal preço” (Ibidem).

A 7 de setembro (terça-feira) de 1954, escreve, na sua agenda, que seu irmão fora no dia anterior para a tropa e que “agora só vou ver ovelhas todos os dias e só daqui a dez anos posso ir para longe quando for para a tropa como ele.” (Idem, 28).

A 23 de abril (Sábado) regista que Maria da Graça passou por ele com os olhos marejados de lágrimas, por não lhe poder falar, e a 17 de junho (sexta-feira) relata que Olívia, prima da Maria da Graça, lhe entregou um lenço em que ela bordara as suas iniciais: MC. Um sumário de quatro a cinco anos - “Nos anos seguintes, em maio” (Idem, 30) -, situando-nos nos 15 anos de Manuel e nos 13 anos de Maria da Graça, apresta-se a relembrar-nos da composição floral, cada ano, da letra G. junto da Rocha Grande, bem como do bordado-recompensa, anualmente remetido por Graça a Manuel. Todavia, este tempo iterativo é subitamente bloqueado pela notícia do casamento da Graça com o Torre Velha, mencionado na penúltima anotação com data de 11 de junho (Sábado) - “Agora pronto, acabou-se tudo, ela vai ser uma infeliz e eu também.” (Idem, 35) - e corroborado pelo derradeiro e proléptico acréscimo frásico: “Mas, muitos anos mais tarde, haveria de acrescentar: ‘Estranha forma a minha de felicidade! Sou feliz só por pensar que podia ter sido feliz.’ [...]” (Ibidem). A partir deste último apontamento intimista desaparece a ‘voz’ do jornal, como se a “personagem passasse a querer escrever a sua própria história” (Idem, 11), ficando a narração a cargo exclusivo do narrador...

A par desta cronologia que designamos por interna e explícita, uma outra se vai insinuando, de índole externa, escandida por uma historicidade e por uma socialidade em geral implícitas, mas de quando em vez bem explicitadas. É o caso, no capítulo II consagrado à topografia da Aldeia Nova do Vale - “duas ruas, a primeira com cinco casas de um lado e quatro do outro [...] com uma ermida rústica ao fundo,

*dedicada a Nossa Senhora das Neves [...] a segunda a trepar na direção dos cumes, e com três casas somente à direita na subida” -*, da indicação dos seus habitantes, em número de cinquenta e oito “segundo os censos de 1960” (*Idem*, 12).

Do mesmo modo, nos capítulos III e VI, deparamos quer com a Biblioteca Itinerante da Gulbenkian que “deixou de ir à Aldeia Nova do Vale” (*Idem*, 15), quer com o livro de leitura da 2ª classe (Manual do Estado Novo) que incluía “O Pastor” de Afonso Lopes Vieira.

Por seu turno, se o capítulo X abre com o início da guerra em Angola e se, no capítulo XXIV, Francisco Poços chega à aldeia no último mês do primeiro ano da Guerra Civil de Espanha, o capítulo XII fixa a chegada da eletricidade no verão de 1973, reenviando o capítulo XIII para a Pide (alusão), através do discurso de agradecimento de Manuel Cordovão: “*Fomos nós que fizemos estas casas com as nossas mãos. Fomos nós que fizemos estes caminhos com os nossos pés. [...] O povo desta aldeia já deve ter pago mais de cinco mil contos ao Estado e nunca o Estado pensou na gente.*” (*Idem*, 47). Ainda nesta conjuntura, o capítulo XXVII refere-se à doença de Salazar<sup>17</sup>, focalizado por Maria Angelina:

*E se Salazar livrara Portugal da Grande Guerra, os terroristas é que tinham querido roubar Angola sempre nossa; e ao menos havia paz na Pátria, [...] E acima de todos estava Deus e o seu intérprete na Terra, que não fazia mais pelo seu povo porque não podia, e bem guardava a grei de lobos muito piores que os da serra. Por isso merecia que se rezasse pela sua saúde, e se dissesse, com a resignação dos santos e dos ignorantes, ‘seja feita a Vossa vontade’, dando assim a Deus as culpas da fome e de outras misérias, porque*

<sup>17</sup> A título de curiosidade, transcrevemos o testemunho de Mircea Eliade, Adido de Imprensa e Adido Cultural da Embaixada da Roménia em Portugal: “ [...] depois da declaração da guerra, Salazar anuncia a neutralidade de Portugal. Quer criar na Península Ibérica uma ‘zona de paz’. Mas com quanto génio, com quanto trabalho e com quantos riscos!” A tradução deste extrato do ensaio *Salazar si revolutia in Portugalia* (2006: 208-209), ainda não traduzido em língua portuguesa, é da nossa autoria. Também no *Diário Português* [1951-1945], traduzido por Corneliu Popa, Mircea Eliade traça o retrato de Salazar, quando por ele foi recebido em audiência (7 de julho de 1942): “Um gabinete modesto, com uma secretária de madeira, sem papéis em cima, [...] É menos rígido visto de perto. Quando ouve, fecha um pouco os olhos, e o rosto ilumina-se-lhe de bondade. Há algo de cândido, fresco, virginal nessa cara bem talhada e tão masculina. Os seus olhos são húmidos, sombreados, e parecem olhar-nos de muito longe; por vezes, escorregam por nós, passando além. Tem uma voz cálida, única, diferente da voz que tantas vezes ouvi na rádio. Fala

*até Ele parecia poder errar, só o homem de Santa Comba é que não.* (*Idem*, 84).

Nos antípodas de Maria Angelina encontra-se inquestionavelmente o marido de Mariana, Francisco Poços, que, suspeito de ter assassinado uns três ou cinco ou até sete nacionalistas e conhecido por raramente beber em público, não se furta, no dia em que Salazar adoeceu, a render-lhe preto significativo, no qual repassa o humor do narrador: “ [...] *entrou na mercearia à hora em que ela já era só taberna e, sem dar justificações, ofereceu um copo a cada um da meia dúzia de homens presentes. E, quando o ditador morreu, repetiu a estranha generosidade, sem uma palavra além das necessárias para fazer o convite.*” (*Idem*, 74-75).

Também o tema das aldeias submersas (a aldeia da Luz engolida pela barragem do Alqueva?) não deixa de ser abordado, exemplificando o desenvolvimento do subdesenvolvimento ou a ruralidade em vias de extinção que o progresso paulatinamente aniquila: “*Sempre o impressionara pensar nas aldeias que desapareciam sob as águas de uma qualquer barragem. Como se sobrevive ao afogamento da própria casa? Como se a recorda, transformada em ornamento de um aquário gigantesco?*” (*Idem*, 72). Por fim, a primeira leva de emigração perpassa em não poucos capítulos da novela em pauta: no capítulo XI, dedicado às pernas envelhecidas das lavadeiras<sup>18</sup> que constituem a representação simbólica do tempo que passa sem, aparentemente, nada se passar, Joana, no fim do verão, abala para França; no capítulo XII, a alegoria do livro do *Eclesiastes* sobre o final da vida humana é passível de aplicação à vaga de partidas, sem regresso, dos mais novos para a França e para a Alemanha; no capítulo XXI, Laura, jovem e bela viúva, recebe uma carta de um primo perdido “*na melhor das Américas*” (*Idem*, 66), ‘casa’ com um outro que

bastante bem francês, com sotaque português, procurando às vezes as palavras. Mas não parece nada incomodado pelas limitações da sua conversa em francês.” (Eliade, 2007: 63).

<sup>18</sup> “Começava a valer pouco a pena ir até ali, por acaso ou de propósito, e olhar disfarçada ou claramente. Já nenhuma protestava contra a passante presença, já nenhuma ajeitava a roda da saia, num gesto subinte de fingido desleixo, em descarada provocação.” (Sá, 2007: 43). Não deixa de ser interessante cotejar o extrato em pauta com aqueleoutro de Vitorino Nemésio, extraído da novela “A Lição de Solfa” (2002: 262): “As mulheres vinham bater língua e roupa no chafariz das traseiras - o Monturo. Do cunhal do quintal, trepado a uma figueira, eu assistia escondido ao ensaboar das trouxas e ao falatório pregado. Elas queixavam-se dos ‘seus’ e assoalhavam a vida alheia. As mais alegres e novas cantavam e riam de gosto, dobrando-se pela barriga:

- É, cá, estalo! Ah, ‘quela, cal’-te siquer!

E chegavam-me ao ouvido segredinhos brejeiros ou o desabafo enérgico de palavrões novos em folha, não raro seguidos de bofetadas e de palmadas testemunhais batidas nos quadris.”

havia tomado a sério o seu estatuto de procurador do esposo verdadeiro e, uma vez mais, contrai matrimónio, embarcando para o Luxemburgo, “*terra de que nunca tinham ouvido falar e de que dificilmente aprenderam o nome*” (Idem, 67); no capítulo XXII, Teresa retorna à Aldeia do Vale, após trinta anos vividos em França; por fim, no capítulo XXVIII, é Mestre João Bernardo a rumar à América, de onde “*recebera a garantia de um inesperado e estranho contrato de trabalho.*” (Idem, 85).

Neste retrato magistralmente esboçado do Portugal dos decénios 60 e 70<sup>19</sup> irrompe não raro a sátira política, social e religiosa. Assim é que Manuel Cordovão prepara *imaginariamente*, perante uns *imaginários* “abutres” - “O mais velho talvez experimentasse assustá-lo. [...] O outro interviria, num tom forçado de conciliação.” (Idem, 47-48) -, um *imaginário* metadiscorso acerca do discurso proferido aquando da instalação da eletricidade, cujas folhas lhe haviam sido solicitadas por “*um estranho de aspeto demasiado cuidado para que fosse autêntico, e a voz melíflua de mais para não ser fingida*” (Idem, 46); por sua vez, a tecedeira Madalena recusa o pedido do presidente da junta para ofertar uma manta da sua lavra ao senhor ministro, de visita à freguesia.

*‘Quanto ganha o senhor ministro?’ O presidente da junta não sabia ao certo, mas arriscou: ‘Talvez uns três contos por mês.’ Ela voltou os olhos para a manta que tinha no tear, e respondeu com ar de desprezo, em vez da admiração talvez esperada por uma quantia tão grande: ‘Eu não ganho isso num ano! ...’ [...] (Idem, 82).*

<sup>19</sup> *A Margem Imóvel do Rio* do escritor brasileiro Luiz Antônio de Assis Brasil (nascido em Porto Alegre no ano de 1945), a que se alude no capítulo I, e que recebeu uma Menção Honrosa (categoria Romance) no “Prémio Jabuti”, data de 2003.

<sup>20</sup> Diversamente da ironia, que detém um *ethos* agressivo, o humor dá a sensação de se assumir como contradiscorso, apontando as incoerências da existência, indicando o caráter absurdo das situações e relativizando os valores carreados pelos discursos ditos sérios. Se a ironia, graças à antífrase (e, também, ao oxímoro, à hipérbole e à lítotes), pode ser incipientemente caracterizada através da representação e da expressão *pelo contrário* do que se pensa e do que se pretende transmitir, o humor finge dizer de modo problemático o que é. A dialética do humor, tratada por Robert Escarpit, tem o mérito de fazer ressaltar a sua dupla componente intelectual e afetiva: mecanismo do pensamento consciente, o humor exige distância ou recuo, implica insensibilidade ou a bergsoniana “anestesia momentânea do coração” e situa-se num campo intencional que não poucas analogias apresenta com a ironia e com a sátira. Ver, a este respeito, Evrard, 1996 e Bergson, 1989.

<sup>21</sup> Sem pretendermos enveredar pela poética e pela morfologia da novela, género polimorfo que toma de empréstimo registos variados (humorísticos, fantásticos e especulativos, entre outros), definimos a novela, narrativa breve e “forme savante”, em termos de unidade de acontecimento,

Ainda neste contexto, é de salientar que a ermida de Nossa Senhora das Neves só virá a ser ‘sagrada’ mercê da intervenção de Joaquim Viveiros, que adverte o arcepreste mordaz - “Vocês mandaram fazê-la [a estátua] na Malhada Sorda” (Idem, 55) - de que, caso ela não o venha a ser, não se coibirá a aldeia de recorrer a uma instância espiritualmente superior: “Se as nossas casas servem para viver gente, aquela ermida também serve para pôr lá a imagem de Nossa Senhora. Se Vossa Senhoria não quiser convencer o Senhor bispo, a gente vai falar com ele. A ermida acabou por ser sagrada pouco tempo depois.” (Idem, 55).

E que dizer de Mariana, esposa de Francisco Poços, que, após ter sido levada para casa de uma filha, onde visivelmente se torna “presença incómoda”, vem a falecer num “asilão disfarçado com o nome de lar de terceira idade”? (Idem, 76).

A par da sátira, o humor<sup>20</sup> - e não a ironia... - do novelista<sup>21</sup> (e mestre do pastiche<sup>22</sup>) faz recorrentemente a sua aparição. Aquando do discurso de Manuel Cordovão, os vizinhos consultados introduzem, nas suas sugestões discursivas, nótulas humorísticas de sabor cómico: “Um velho, que está cego há coisa de um ano, disse-me: ‘Para que quero a luz agora, se não a tive enquanto pude ver?’ Outro respondeu-me: ‘A minha mulher, a tua mãe, as mulheres todas daqui, quando os filhos nasciam à noite, nunca deram à luz, deram ao escuro.’” (Idem, 45).

rapidez de ação, linearidade das personagens e economia referencial. Ver, a este propósito, Grojnowski, 2005. Segundo Ozwald, Thierry (1996: 34-37), “le souci du réalisme” e “la dramatisation critique” constituem dois critérios definitórios do género.

<sup>22</sup> Ver, a este respeito, “Dois sonetos à maneira de Natália Correia”, intitulados “Ao Amor” e “Autorretrato alexandrino”. Transcrevemos o primeiro: “A ilha me perdeu, sou de nenhuma./Saudade-amor de mim. Pedra que moís/Meu trigo que ceifei por outros sóis/Onde o suor não se evapora em bruma./Sou valquíria que escolhe os seus heróis./Minha paixão sou eu. Não me consuma/Outra paixão, amor. Bebo uma a uma/As gotas do veneno com que dois//Se as ilhas fossem gente, eu era o Pico./De coração só feito de mistérios/E os longes das paisagens onde fico./Das arribas do ser, a vida tomba/E os amores do Amor a morte fere-os./Não libertem por mim nenhuma pomba./”. Não deixa de ser curioso, neste contexto, questionarmo-nos, com Natália Correia, acerca da ‘missão’ da poesia: “ [...] não será cada poema um pouco da biografia de todos? [...] será que a poesia se manifesta no poeta porque é obra de todos? Fixo-me nesta velha questão porque nela encontro pistas abonatórias do que na vivência do meu fazer poético me surge como uma evidência: o brotar da poesia numa linguagem construída na esfera psíquica de fatores transpessoais que atuam como uma força unificadora.” (1999: 30).

Este tom humorístico não deixa de brincar a profissão de Mestre João Bernardo, um sapateiro que também calçava animais - posto que, na sua retentiva, “se dissesse de si mesmo que era um ferrador que também calçava gente, isto seria decerto tomado como ofensa à sensível dignidade dos bípedes pensantes” (*Idem*, 85) - e que acaba por ser derrotado “pelos sapatos de marca e pelos pneus dos automóveis” (*Ibidem*). Da mesma feita, a loja da aldeia comunga de um estatuto ambivalente, já que a correspondência era deixada “na mercearia do taberneiro...ou taberna do merceiro, conforme a hora a que chegasse.” (*Ibidem*). Para mais não citar, o barbeiro da terra é forçado a partir “quando já eram demasiado poucos os cabelos nos poucos homens que restavam.” (*Idem*, 89).

Não se nos afigura despidendo, neste contexto, abordar quer o retrato (menos pela via da prosopografia do que pela via da etopeia) quer o discurso das personagens, ambos manifestos através dos objetos, pobres coisas que remanescem mortas-vivas em casas mortas<sup>23</sup>. É sobejamente sabido que o objeto tanto pode ser definido pelas suas conotações existenciais como pelas suas conotações tecnológicas: se, no primeiro caso, desliza para o subjetivo, escapa, no segundo, para o social. Aliás, à imagem de todo e qualquer signo, encontra-se no cruzamento de duas coordenadas.

1. A coordenada simbólica: o objeto, como significante de um significado, é passível de detenção de uma profundidade metafórica.
2. A coordenada taxinómica: o objeto, inserido numa série ou integrando um conjunto (semanticamente falando), é passível de uma catalogação ou ‘rotulação’ impostas pela sociedade.

Nesta ordem de ideias, urge mencionar que o objeto tanto cumpre uma finalidade estética como se afirma pela sua funcionalidade, quer ao transmitir uma dada informação, quer, mercê do seu caráter transitivo, ao tornar-se um mediador entre a ação e o homem. No intuito de aprofundar esta semantização do objeto, pertinente

<sup>23</sup> De salientar o parentesco entre a *casa morta* de Daniel de Sá e *A casa fechada* de Vitorino Nemésio, ambas sob a égide da morte. Quando Luís entra na casa das Penhas, vê uma aranha que “tecera um véu ao canto da janela”; ao penetrar no quarto do sogro, vislumbra na mesinha de cabeceira a palmatória que “ainda tinha o coto de vela derregado com que o velho lia até tarde.”; uma só frase parece resumir na íntegra a situação de abandono do *domus*: “Nesta casa os mortos mandam mais do que nós.” (1995: 157, 158 e 159).

<sup>24</sup> “Quelques remarques, d’abord, sur cette fenêtre; nous l’avons déjà rencontrée comme *signal introductif stéréotypé* d’une description : il suffit que, au sein de l’esthétique du texte lisible-réaliste-

se torna aludir a dois estados do significante: um estado puramente simbólico (em que um significante remete para um só significado) e um estado de relações deslocadas ou transferidas, por metonímia e por metáfora. Além do mais, não parece irrelevante assinalar não só os sintagmas de objetos (onde eles surgem ligados pela parataxe, ou seja, pela justaposição pura e simples de elementos), mas também o seu estatuto polissémico (e não monossémico...), suscitando variegadas leituras, tanto de um recetor para outro como no mesmo recetor (tendo em conta a sua ‘bagagem’ mais ou menos enciclopédica). Passando a sintetizar o que tem vindo a ser dito, o objeto detém uma função que veicula um sentido, advindo de um processo de equivalência(s) e sinónimo de ‘produto’ de uma cultura, responsável pelo seu fabrico comunal e pelo seu consumo societário.

Neste sentido, constatamos, ao folhear *O Pastor das casas mortas*, que os objetos proliferam, quase deificados (não ousam eles arvorar-se em títulos de capítulos?), constituindo o seu endeusamento trampolim para a memória involuntária ou afetiva, sempre grata, do ‘sobrevivente’ Manuel Cordovão. Incurrendo no risco de estabelecer genericamente a sua tipologia, no que respeita à repartição topográfica, à situação demográfica e à distribuição social, podemos dividi-los em objetos profissionais (o tear de Madalena), domésticos (o berço do filho de Joana, cujo cognome é, bem significativamente, D. João Derradeiro), de lazer (o espelho de Teresa, face ao qual ela entrançava os longos cabelos) e pessoais (as botas de Francisco Poços). De salientar que o primeiro capítulo a eles consagrado (capítulo XIX) se intitula “A Janela”, espaço de mediação, lugar do *entre* o exterior e o interior<sup>24</sup>: trata-se da janela da casa de Rita, onde era sólito ela ficar à espera - atente-se no zeugma! - do pôr do sol e do namorado.

No entanto, os objetos que Daniel de Sá invoca e evoca bipartem-se entre passado e presente, sendo apenas alvo de uma descrição física o seu ‘estatuto’ de decadência: assim é que a janela da casa da Rita tem um vidro partido; a cadeira do velho encontra-se no lugar onde sempre estivera, mas “coberta de um pó que parecia

vraisemblable-lisible [...] un personnage de roman s’approche d’une fenêtre pour que se déploie quelque description de panorama justifiée, grillée, organisée en perspective à partir de cette ‘croisée’, de ce poste d’observation ‘naturel’. Toute ouverture de fenêtre est [...] ouverture sur un fragment textuel, où un lexique est mis en scène et donné à voir dans son organisation paradigmatique.” (Hamon, 2000: 205). Salientamos que, em Daniel de Sá, a janela não constitui ponto de partida para uma descrição, mas tão-somente para uma referência a um ocaso ‘paradigma’, que a personagem terá recorrentemente contemplado.

secular” (*Idem*, 60); na casa de Laura, com a cozinha arruinada, a fechadura rebentada e as tábuas meio soltas da porta da rua, apenas se mantém intacto o quarto e, neste, uma cama “que se aguentava de pé mas a que os ratos e o tempo haviam roído os cobertores e os lençóis, deixando ver partes do colchão sob uma camada de pó que formava uma crosta repelente.” (*Idem*, 65); o espelho de Teresa, em vez de cegar, “já não dava luz” pois o “tempo cegara-o” (*Idem*, 68); o berço de D. João Derradeiro, que devia agora estar um homem, torna-se a vítima de “todas as aranhas da serra” que “se haviam emboscado à espera da sua vez” (*Idem*, 72); as botas de Francisco Poços configuram uma “presença serena, de couro enrugado e gasto” (*Idem*, 74); o relógio da casa do Manuel da Mota, que embarcara para a Suíça, vê-se desautorizado “pelo pó, pelas aranhas, pelo tempo” (*Idem*, 77); o terço, na barra da cama de Maria Angelina, apresenta as “contas gastas” de tantas orações haver rezado (*Idem*, 83) e, na barbearia de mestre Gil, que funcionava numa divisão da casa, ainda se entreveem uma cadeira com buracos e com o assento partido, “uma navalha ferrugenta, um pincel com as cerdas retorcidas, o copo de fazer espuma, a trincha de couro de amaciar o fio das navalhas”, bem como dezenas de exemplares, aos montes, do *Jornal do Fundão* (*Idem*, 88). Se está patente, em cada objeto, um conflito entre a sua função ativa e a desativação da sua significação, os seus significantes ou unidades materiais remetem menos para o seu significado do que para o retrato do seu proprietário, operacionalizado pela via de tropos.

Deste modo, a cadeira define Vasco, o ancião que contava histórias extraordinárias e que repetia incessantemente a fórmula introdutória “*Era uma vez...*”; a cama caracteriza Laura, a mulher mais desejada de toda a aldeia, cujos olhos eram “*Negros como os do Diabo*”, na opinião das idosas pudicas; o espelho aponta para a vaidade de Teresa e para a pobreza envergonhada em que vivia com a mãe, fingindo-se esta última “*viúva de um marido embarcado no Brasil*” (*Idem*, 68); o berço de D. João Derradeiro simboliza a última criança a nascer na serra, por mero acaso, deixando a Aldeia Nova do Vale de figurar “*numa certidão de nascimento ou num bilhete de identidade*” (*Idem*, 44); quanto às botas, elas remetem para a vida de

<sup>25</sup> Emílio Salgari (1862-1911), considerado um escritor menor, tem vindo a ser apaixonadamente lido por sucessivas gerações de jovens. Um dos principais heróis dos seus livros é, indubitavelmente, o célebre Sandokan, que tanto vence o tigre da Índia como reconquista Mompacém. É de assinalar a originalidade da obra *As Maravilhas do Ano 2000*, cuja história termina em Lisboa.

<sup>26</sup> Quem se não lembra de *Famous Five* e de *Secret Seven...* de Enid Mary Blyton (1897-1968)?

trabalho de Francisco Poços, que aceitou todos os serviços, por não saber nenhum ofício em particular.

É destes objetos desconjuntados e destas casas esventradas que Manuel Cordovão se passa doravante a ocupar, principiando pelo lar de Laura e gravando numa pedra a data do seu falecimento: “Esta casa morreu em 1966.” (*Idem*, 56). Adquire, ao mesmo tempo, o “vício da leitura”, devorando Emílio Salgari<sup>25</sup>, Enid Blyton<sup>26</sup>, Mark Twain<sup>27</sup> e não se inibindo de comunicar ao Dr. Livaldo que, brevemente, lerá *A Margem Imóvel do Rio* de Assis Brasil (*Idem*, 9). Que nos seja lícito citar, neste contexto específico, o *incipit* da *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)* de Daniel de Sá:

*Um ato patriótico não fica mal a ninguém, e por isso sou patrioticamente inculto a respeito de Shakespeare, Goethe, Dante, Victor Hugo e Cervantes. Nego-me a muito mais do que saber quem eles foram, porque se a nossa cultura estrangeira é uma vantagem em relação à ignorância dos estrangeiros quanto à cultura alheia, sabê-la demasiado pode parecer subserviência.” (1995: 13).*

Pastor, não subserviente, de ilusões num ‘lugar de memória’ volvido em cronótopo, Manuel Cordovão assiste ao passamento do Torre Velha e à partida de Maria da Graça (já com netos), da qual se despede junto da fonte, cuja água, acompanhando o progresso, “passaria a ser vendida, engarrafada, contra as bactérias da civilização.” (*Idem*, 94).

Só, mas “senhor da aldeia inteira” (*Idem*, 95), uma aldeia de casas mortas, Manuel Cordovão decide, no *explicit* da novela<sup>28</sup>, acender com rama seca de giesta não só a lareira de sua casa, mas também a de todas as casas que havia guardado, ao longo de tantos anos, quedando-se a contemplar este espetáculo de luz do alto da serra.

<sup>27</sup> Pseudónimo de Samuel Langhorn Clemens (1835-1910), autor do consagrado livro *The Adventures of Tom Sawyer* (1876) a que o narrador faz referência no capítulo III: “Era o mês de maio. Havia algumas semanas, desde que lera ‘As Aventuras de Tom Sawyer’, que Manuel sentia que gostava muito de Maria da Graça, mas não tinha coragem de lho dizer nem de escrever um bilhete como os companheiros faziam para revelarem as suas paixões infantis.” (*Idem*, 16).

<sup>28</sup> “La fin [...], elle aussi, est particulièrement soignée par les nouvellistes. Elle doit laisser une trace dans le souvenir du lecteur, et par conséquent, surprendre ce dernier.” (Andrès, 1998: 80).

Ritual mítico de ressurreição, o fogo purificador tanto insufla a vida ao passado grato da aldeia morta, como incute um sopro vital ao ingrato passado do protagonista vivo:

*“O vento soprava na direção do vale, mas os olhos ardiam-lhe como se o fumo os queimasse.” (Ibidem).*

Não indicará a forma verbal “ardiam-lhe”, devidamente contextualizada, a passagem do pastor a poeta e a transição das casas mortas para as vivas e redivivas casas poeticamente glorificadas? Afinal, para Daniel de Sá, a “intuição é quase sempre mais razoável que a razão”:

*“Quem sabe se os escritores não violentam o seu próprio desejo de fazer felizes as suas personagens? Quem sabe quantos sentem a dor do sofrimento delas? Quem sabe quantos choram e riem quando as fazem chorar e rir? Apesar de elas serem coautoras da obra.” (Sá, 2010: 7).*

E não consistirá a finalidade última da Arte e da Literatura, segundo Daniel de Sá, em “*pôr o Homem em harmonia com o seu mundo, ou [...] honestamente fazer refletir sobre as contraditórias realidades da vida*”? (Sá, 1993: 13).

## Bibliografia

- Andrès, Philippe (1998), *La nouvelle*, Paris, Ellipses, col. “thèmes & études”.
- Barthes, Roland (1991), “Sémantique de l’objet”, *L’aventure sémiologique*, Paris, Seuil, col. “Essais/Points”, pp. 249-260 [Esta conferência foi pronunciada em setembro de 1964 na Fundação Cini, em Veneza, no âmbito de um Colóquio sobre “L’Art et la Culture dans la civilisation contemporaine”].
- Bergson, Henri (1989), *Le Rire*, Paris, P.U.F., col. “Quadrige” [1901].
- Bogaert, Catherine / Lejeune, Philippe (2006), *Le Journal Intime. Histoire et anthologie*, Paris, Les éditions Textuel.
- Compagnon, Antoine (1979), *La seconde main ou le travail de la citation*, Paris, Éditions du Seuil.
- Correia, Natália (1999), *Poesia Completa. O Sol nas Noites e o Luar nos Dias*. Prefácio de Natália Correia. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Didier, Béatrice (1983), *Stendhal autobiographe*, Paris, puf écrivains.
- Duchet, Claude (1983), “Romans et objets : l’exemple de *Madame Bovary*” in *Travail de Flaubert*, Paris, Seuil, col. “Points”, pp. 11-43.
- Eliade, Mircea (2006), *Salazar si revolutia în Portugalia in Jurnalul portughez si alte scrieri*, Bucuresti, ed. Humanitas, vol. 2.
- Eliade, Mircea (2007), *Diário Português [1941-1945]*, Lisboa, Guerra e Paz Editores S.A., col. “Perdidos & Achados”. Tradução do romeno e notas de Corneliu Popa.

- Evrard, Franck (1996), *L’humour*, Paris, Hachette Supérieur, col. “Contours Littéraires”.
- Félix, Emanuel (1993), *A Viagem Possível. Poesia (1965/1992)*, Lisboa, Vega.
- Genette, Gérard (1992), *Palimpsestes. La littérature au second degré*, Paris, Éditions du Seuil, col. “Points/Essais”.
- Girard, Alain (1986), *Le journal intime*, Paris, Presses Universitaires de France, col. “Dito”.
- Grojnowski, Daniel (2005), *Lire la nouvelle*, Paris, Armand Colin, col. “Lettres Sup”, 4<sup>e</sup> édition [1993].
- Hamon, Philippe (2000), *Du Descriptif*, Paris, Hachette Supérieur.
- Lejeune, Philippe / Bogaert, Catherine (2006), *Le Journal Intime. Histoire et anthologie*, Paris, Les éditions Textuel.
- Levallois, Anne (2005), “Je et moi dans l’expérience psychanalytique et dans l’écriture autobiographique” in *Autobiographie, journal intime et psychanalyse*, Paris, Ed. Économica, Anthropos.
- Martínez, José Enrique Fernández (2001), *La intertextualidad literaria (Base teórica y práctica textual)*, Madrid, Ediciones Cátedra, S. A.
- Nemésio, Vitorino (1974), *Jornal do Observador*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Nemésio, Vitorino (1995), *A Casa Fechada*. Fixação do texto e nota editorial de Maria José Fidalgo de Oliveira. Prefácio de David Mourão-Ferreira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. VI das Obras Completas.
- Nemésio, Vitorino (2002), “A Lição de Solfa” in *Paço do Milhafre e O Mistério do Paço do Milhafre*. Introdução e fixação do texto de Urbano Bettencourt, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. VII *Obras Completas*.
- Ozward, Yhierry (1996), *La nouvelle*, Paris, Hachette Supérieur, col. “Contours littéraires”.
- Sá, Daniel de (1992) *Ilha Grande Fechada*, Lisboa, Edições Salamandra, col. “Garajau”.
- Sá, Daniel de (1993), *A Criação do Tempo, do Bem e do Mal*, Lisboa, Edições Salamandra, col. “Garajau”.
- Sá, Daniel de (1995), *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei ou a ele dirigidas, em que se trata também de muitos outros feitos que a propósito se contam)*, Lisboa, Edições Salamandra, col. “Garajau”.
- Sá, Daniel de (2003), *A Terra Permitida*, Lisboa, Edições Salamandra, col. “Garajau”.
- Sá, Daniel de (2007), *O pastor das casas mortas. Novela*, Porto, Edição Ver Açor, Lda.
- Sá, Daniel de (2007), *Santa Maria. A ilha-mãe*, Ponta Delgada, Ver Açor, Lda.
- Sá, Daniel de (2010), “Destino Pasárgada. Prelúdio” a *Destino Pasárgada* de Cristina Vianna [nome literário de Tereza Cristina Mitsue Seki], Florianópolis, Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, pp. 5-8.
- Samoyault, Tiphaine (2001), *L’Intertextualité. Mémoire de la littérature*, Paris, Nathan Université, col. “128”.

**AUGUSTO DE ABREU E CRISTINA VIANNA**  
**IX COLÓQUIO DA LUSOFONIA, LAGOA, AÇORES 2008 (3º ENCONTRO AÇORIANO) - A**  
**FORÇA DA LITERATURA AÇORIANA NA VOZ DE DANIEL DE SÁ POR AUGUSTO DE**  
**ABREU (ACADEMIA SÃO JOSÉ DE LETRAS) E CRISTINA VIANNA (ASSOCIAÇÃO DOS**  
**CRONISTAS, POETAS E CONTISTAS CATARINENSES)**

“Há personagens que nos pegam à alma”<sup>29</sup>. Diríamos que esses personagens nos pegam à alma, quando neles descobrimos que em suas almas há fragmentos de uma ainda maior, a alma do escritor.

Ao conhecer a obra de Daniel de Sá, nasce a paixão pelo arquipélago dos Açores e, particularmente, a curiosidade e o grande desejo de pisar em solo açoriano, buscando, em cada habitante, um pedaço do romeiro João, que nos fora apresentado pelo autor em *Ilha Grande Fechada*, porque nele continha fragmentos de um lugar mágico, de um povo com cheiro de avós, que preenchia o lugar onde habita muita saudade. Naquela obra, apesar da angústia humana da juventude, o personagem carregava a valiosa humanidade de seu autor.

Ficou para nós, escritores catarinenses, a curiosidade de conhecer como seria o brilho do olhar daquele escritor. Movidos por esse encantamento, fomos ao seu encontro, pisamos o solo açoriano, e, aos poucos, descobrimos que os personagens que nos foram apresentados através de sua literatura, caminhavam pelas ruas, debruçavam-se em janelas e nos ofertavam sorrisos e cumprimentos calorosos.

A ilha era mágica como nos descreveu tão bem; e, ao contrário de seu personagem, não queríamos partir e sim ter asas para retornar.

A força com que a literatura açoriana nos assolou, através de Daniel de Sá, influenciou outros autores catarinenses a ler, a estudar, a pesquisar e a apaixonar-se por sua obra.

Sabemos que as histórias, enredos, personagens, tramas, jamais seriam as mesmas se fossem descritas por outro autor, porque em cada parte há um fragmento da alma, inteligência, experiência de vida, humanidade e caráter de Daniel de Sá.

Esta comunicação será apresentada em dois momentos. Na primeira parte, Cristina Vianna relatará como conheceu a obra de Daniel de Sá e como se iniciou a amizade entre ela e o escritor. A segunda parte será apresentada por Augusto de Abreu, que discorrerá sobre a divulgação das obras de Daniel de Sá nas agremiações literárias onde participa. Na apresentação desse trabalho mostrará relatos de escritores catarinenses sobre Daniel de Sá e sua obra.

Daniel Augusto Raposo de Sá nasceu na Maia, São Miguel, Açores, em 02 de março de 1944, como ele mesmo relata a partir do que considera o início possível de um “mau romance”: “Nasci numa noite escura e tempestuosa”. Lembra o autor: exatamente “quando o apocalipse da guerra contava já os seus últimos milhões de mortos e o petróleo ia substituindo o azeite de gata, que dava mais cheiro que luz.” (Sá, 2007b).

Aos dois anos teve que deixar a Maia, porque o pai fora, como muitos mais, procurar a imitação do “Eldorado” em Santa Maria, pois as ilhas estavam então separadas por alfândegas e outras dificuldades, como se fossem estados independentes. Começava a cumprir-se o fado de uma família de emigrantes, que haveria de esboroar-se toda, nessa e nas décadas seguintes, por este mundo de Deus e de legítimas ambições humanas.

Daniel exerceu funções como docente e ocupou diversos cargos públicos. Foi secretário Regional da Junta Governista e deputado nas duas primeiras legislaturas da Assembleia Legislativa da Região Autônoma dos Açores. Tem várias obras publicadas, quer na ficção (romance, conto e novela), quer no ensaio, em crônicas e no teatro.

Quando acabei de ler *Ilha Grande Fechada*, o primeiro livro dele que me chegou às mãos no Brasil, mais precisamente na ilha de Santa Catarina, Florianópolis, ofertado pela coordenadora do projeto Missão Açores, Prof.<sup>a</sup> Doutora Vilca Marlene Merízio, para que conhecêssemos melhor a ilha e o seu universo literário, estava por demais emocionada e, dificilmente conseguiria descrever o que sentia.

A Ilha de São Miguel agora povoava os meus sonhos. A ilha havia penetrado minh’alma e aquele escritor roubava para si o lugar absorvido pela Ilha. Encontrava-me apaixonada pelo seu fazer literário: a forma, como construía as personagens e

<sup>29</sup> Daniel de Sá, em correspondência eletrônica endereçada a Cristina Vianna, 23 de junho de 2007.

dava-lhes vida através de enredos para mim até então desconhecidos, em cenários de uma realidade doída. Na língua que eu também falava, o desenho traçado agora era outro.

A voz que, na obra de Daniel me falava, repleta de sensibilidade, me dizia de um autor que, centrado no homem, escrevia diretamente para o coração de seus leitores. Sua voz criativa esculpia a condição humana. E o seu fazer literário, sério... denso...fluía leve, doce e terno, num estilo singular. Sua literatura alimentava-se da história social, viajava pelo tempo e espaço geográfico. Estava eu deslumbrada! Precisava conhecer os Açores e esse mundo tão bem a mim revelado.

E Daniel tornava-se universal por sua autenticidade.

Através do personagem protagonista de Ilha *Grande Fechada*, o romeiro João apresentou-me uma ilha de penitências e de sacrifícios a serem compensados pelo esforço da tradicional romaria da quaresma. João, que retornara de uma guerra que não era dele, agora enfrentava os seus próprios inimigos internos: parecia-lhe que, passando a pão e água, com os pés feridos e a alma sulcada já pela saudade, a sua emigração para a América apagaria os anos de luta infrutífera que tivera na sua terra natal. Os costumes de seu povo, as suas inquietudes, as riquezas da sua cultura açoriana, os entes queridos e os desafetos ficariam agora numa outra dimensão. Cheguei mesmo a sofrer no peregrinar obsessivo de João, por alcançar o lugar que o levaria para fora da ilha, onde, pensava ele, encontraria a si próprio.

Comecei, então, a sair do livro, a construir o autor, que se apresentava a mim, através da sua literatura, numa contextualidade contemporânea, mas que discutia os conflitos atemporais do homem sem perder seus valores íntimos, conservando, sobretudo, a ética de nossos ancestrais.

Era ficção e, no meu pensamento, não poderia haver distanciamento entre o autor e seus personagens. A despeito de toda a teoria literária, eu sentia a presença do escritor que também sofria. Via-o criando suas histórias o mais próximo da realidade a que a ficção pode chegar e reconhecia nesse ato o seu desprendimento em relação à sua própria condição humana. Seus personagens, por mais trágicos que sejam, não são julgados, e o leitor mesmo, conduzido pelo narrador, não reage contra a atitude desses personagens. Aceita-os. Compreende-os. Mesmo assim, em toda a

obra, embutida nas entrelinhas subjaz uma constante defesa da moral, do caráter e da dignidade de quem os vive e os cria. E aí, senti-me, eu mesma, um personagem.

Os trágicos (e tão possíveis) fins dos contos e novelas de Daniel de Sá nos prendem a alma. O caminhar simples de uma vida cotidiana, verosímil, capaz de ser vivida por qualquer mortal, nos aproxima, em igual nível, dos seus personagens, que não são heróis do ponto de vista clássico, mas heróis pela sua condição humana. Em *Ilha Grande Fechada*, num gesto definitivo, o protagonista sacrifica sua cadela, a fim de não deixar afetos na ilha, numa tentativa, quase à beira da loucura, do gesto extremo que lhe permitiria partir, com remorsos sim, mas com a certeza de que ninguém, nem mesmo um animal, sofresse a dor da distância. O que ele não sabia era que a pior maneira de continuar na ilha era saindo dela, como afirmava o autor nas palavras do narrador.

Era um modo de viver Ilhéu. Era, provavelmente, o dilema atroz que perturba quem almeja partir. Uma reprodução (quase) fiel dos usos e dos costumes e do sentir açoriano que se martiriza em todas as vésperas. Registro minucioso, quase documental. Passou-me que essas histórias construídas pela imaginação fundamentavam-se nas lembranças e registros do autor. Seria a realidade o alicerce da sua ficção?

Diante daquele mosaico de emoções eu tentava desvendar a alma do seu autor empírico, esse que fala do homem que carrega, dentro de si, Deus e o mundo.

Conheci outras obras do escritor Daniel de Sá, e em todas percebi um paralelo entre a ficção e a história. Particularmente uma obra me comoveu: *Deus teve medo de ser homem*, novela que alcança a dimensão dos caminhos percorridos pela humanidade. Nela, o autor retrata as contradições, as tragédias da humanidade; detalha a dor que segue do físico a alma e vice-versa. O homem ultrapassa a vontade de seu Deus e, querendo sê-Lo, apenas homem, teme o incognível. Novela densa, narrativa impecável, profunda e audaciosa pela sátira (um cristo diante da própria crucificação e a renegava). História e fixação num misto de testemunho que se está a ouvir e não somente a ler.

Daniel, em *Deus teve medo de ser homem*, cria um espaço para que, ao lado de uma vasta reflexão teológica, a moralidade religiosa seja pressentida segundo a ética existencial. Como leitora, mergulhei em profunda amargura por conta de minha

impotência frente àquela guerra desumana contra os judeus. A carga afetiva dos personagens, apesar do grande sofrimento, nos conforta a alma, como é o caso do sobrevivente que consegue escapar aos fuzilamentos e ao forno crematório. Tenho, então, a certeza de que Daniel de Sá, amando os seus personagens, jamais os abandona.

Em maio de 2007, desembarquei com o grupo Missão Açores em São Miguel e, conhecendo a ilha, reconheci dela cada pedaço que eu, junto com João de *Ilha Grande Fechada*, percorri. Era o povo açoriano, a sua gentileza, a sua fé...

Fui tomada de assalto por uma paisagem que me absorveu por inteiro. O mar provocava meu imaginário, apontando rotas e aproximando vidas. Passei, então, a buscar um encontro com o “fazedor” daquele mundo que me roubara à alma. Desejava, mesmo por instantes, encontrar o olhar que soubera acarinhar os personagens que cresciam sob o esmero da sua linguagem, sob a força da sua imaginação. Não estava enganada. A voz serena que ouvi nos diálogos da sua obra era a mesma que viria ser a que me dava boas vindas. Eu queria segurar, com muito respeito, aquelas mãos abençoadas que bordam a língua portuguesa, abrilhantando seu valor, enriquecendo a forma e harmonizando a melodia da nossa língua.

O universo parecia conspirar a meu favor. Durante um passeio cultural, indo de Ribeira Grande à Povoação, passando pelo Nordeste, vi-me de repente acordada pelas exclamações:

-Estamos na Maia. É aqui que Daniel de Sá mora.

Não acreditei. O ônibus parara e, vinte e três pessoas, integrantes do grupo Missão Açores, me incluindo, desciam a ladeira em direção à casa de número oito da Rua dos Foros. Uma jovem senhora, doce, bonita, sorridente, acolhedora, nos recebia. Era Maria Alice, a esposa de Daniel de Sá. Depois, veio filho, o Rodrigo.

Entrando naquele santuário (era ali que nasceram João, o Manuel Cordovão, o Torre Velha e Maria da Graça...) a emoção não coube dentro de mim. Lágrimas de contentamento escorreram-me pela face, embargaram a minha fala. Estava diante de mim, com a sua família, e com parte da minha (meu esposo Augusto) o escritor que me fazia ser parte desta ilha. Era um sonho! Eu me encontrei dentro do seu olhar. No

abraço que trocamos, senti como se o autor estivesse acolhendo um dos seus personagens.

Levávamos para ele, além do nosso carinho, admiração e amizade, um diploma de “Amigo da Academia São José de Letras” e um poema de minha autoria, em consequência da leitura de *Ilha Grande Fechada*.

#### **O sonho de ser ilha.**

O poeta disse:

Digo ilha

E sou poeta.

Eu afirmo:

Também sou ilha

E sou poeta

O poema

a ponte

a encurtar a distância

das ilhas

O mar

Com largos braços

No seu abraço

A nosilhar

Impõe distância

E saudades.

Poeta tua coragem de ser ilha

É a mesma que a minha

Ilha

Que abriga lendas

Mistérios

Princesas

Pastores

Hortênsias

Orquídeas

E borboletas azuis

Aqui estou  
A construir a ponte  
Acariciando o basalto  
Que encobriu  
Safiras e esmeraldas.

Alço voo  
Nas asas da gaivota  
Rasgo a bruma  
No alto da colina  
observo a vida das hortênsias  
Que circundam a ilha  
Volto  
Piso em solo açoriano  
E lhe digo:  
Doce poeta  
Agora sou  
Meu próprio sonho

Sabemos que os humanos percebem, biologicamente, o mundo da mesma maneira pelos órgãos dos sentidos; entretanto, cada povo e mesmo cada indivíduo, faz sua análise do mundo de forma diferente, em razão do seu particular universo de princípios e valores éticos. Daniel de Sá era exatamente como eu o decifrara em sua literatura; o autor fazia jus à captura de minh'alma.

Maravilhei-me ainda mais, pois, agora, usava também os órgãos dos sentidos. Confirmei o seu profundo humanismo, o sorriso maroto, a seriedade, a serenidade e a responsabilidade com que apresenta seu fazer literário. Um clima de cumplicidade e camaradagem pairou no ar. Parecia que o Atlântico, agora pequeno na sua imensidão, nos oportunizava a construção, naquele instante, da ponte, do atalho que encurtava as distâncias de nossa vivência literária.

Conhecer Daniel e sua obra foi – e continua sendo – um mergulhar no tempo, o alcance do entendimento sobre o processo cultural desenvolvido nos Açores, e mais: é constatar a existência de um escritor sem limites, sem fronteiras e amarras.

Retornamos à Ilha de Santa Catarina, com o coração repleto de saudades e imagens inesquecíveis.

Mais tarde, já no Brasil, recebi um novo livro de Daniel, a novela *O Pastor das casas mortas*, lançado no final de junho, em São Miguel.

Novela emocionante. O protagonista, o pastor Manuel Cordovão, nos prende no relato de suas memórias e, mais uma vez, sinto o empréstimo da alma de Daniel de Sá a seu personagem: um homem íntegro, sensível na defesa das amizades, no lamento do amor perdido, na luta contra o despovoamento das ilhas.

É um diário escrito pelo pastor e retomado pelo narrador: são relatos, pedacinhos de vida onde o narrador reescreve a história de um pastor. Com sensibilidade afluída, o narrador deixa entrever nas entrelinhas do diário o que não é dito e o próprio silêncio do pastor. É um livro repleto de amor, um amor jamais vivido, só pressentido (seriam assim todos os amores vividos nesta ilha?) Muitas vezes, durante a narrativa me emocionei com a honestidade e a bondade de Manuel Cordovão. Ou seria de Daniel de Sá?

Enfim, quando se espera que o sonho daquele amor se realize e, finalmente, Manuel e Maria da Graça unam suas vidas, ambos compreendem que esse tempo passou. O sonho era demasiado grande para caber na realidade da vida. Viver aquele amor sonhado, ano após ano, seria como condená-lo (o amor) à morte.

A renúncia o tornaria eterno.

Em um de seus *e-mails* endereçados a mim, Daniel afirmou: "Às vezes há personagens que nos pegam a alma". O que temos a dizer é que, mais do que os personagens, existem escritores que, por meio do seu universo literário, também nos roubam a alma para, em pleno mistério, devolver-nos uma alma nova, fortalecida mais preparada para as contingências da vida. Sem dúvida alguma, foi o que aconteceu entre a leitora e o escritor através da força de sua literatura, neste caso, a Literatura Açoriana. Daniel de Sá capturou as nossas almas brasileiras.

Pena tenho eu, de não ser versada em Letras. Sou da área da saúde. Mas vivo poesia. Por isso, não me acanho de tecer estas palavras. Daniel de Sá, com sua obra,

desvendou-me um mundo vibrante onde a dor existe, mas a destreza de aceitá-la com dignidade ou afastar-se dela, torna o homem mais hábil na conquista do seu dia a dia.

Cristina Vianna teve o privilégio de ser apresentada a Daniel de Sá antes de mim. Eu apenas conheci Daniel após visita à sua casa, em maio de 2007. Quando regressamos a Florianópolis, iniciei a leitura da obra de Daniel pelos mesmos caminhos de Cristina Vianna, ou seja, pelos mesmos livros que ela lera até o momento. Da mesma maneira que ela, eu, também, me apaixonei pela vasta obra do escritor em questão. Tanto que comecei a levar seus livros para apresentá-los nas agremiações literárias das quais participo.

A literatura de Daniel de Sá já havia chegado a escritores catarinenses há muito mais tempo do que imaginávamos, como foi o caso do escritor Júlio de Queirós, da Academia Catarinense de Letras (ACL) que nos confidenciou que Daniel de Sá o influenciou em sua escrita. Como Júlio de Queirós, muitos outros escritores que não haviam tido a oportunidade de ter lido Daniel de Sá, passaram a lê-lo e a partir de então começaram a admirá-lo.

#### Referências Bibliográficas

- Sá, Daniel. (1982) *Génese* (novela), D. R. A. C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.
- Sá, Daniel. (1985) *Sobre a Verdade das Coisas* (crônicas-contos), Junta de Freguesia da Maia, 1985.
- Sá, Daniel. (1987) *O Espólio* (novela), Signo, Ponta Delgada.
- Sá, Daniel. (1990) *Um Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.
- Sá, Daniel. (1992) *Ilha Grande Fechada* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1992
- Sá, Daniel (1993) *A Criação do Tempo, do Bem e do Mal* (ensaio), edição Salamandra, Lisboa.
- Sá, Daniel (1997) *E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa, 1997: Vinte séculos de humanidade não ensinaram ao Homem a ser humano. O lobo de si mesmo continua tão pérfido como os crucificadores romanos.
- Sá, Daniel. (2007) *O Pastor das Casas Mortas* (novela), edição Açor.
- 2007b Internet: Sá, Daniel de “ (Autorretrato e bibliografia”).
- Disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/danielsa.htm>.

#### *Chrys Chrystello- Da literatura açoriana traduzida a Daniel de Sá IX Colóquio da Lusofonia, Lagoa, Açores 2008 (3º Encontro Açoriano)*

Deixando de lado estas classificações o que nos interessa aqui é lembrar que “o debate acadêmico em torno da expressão «literatura açoriana» é antigo – e chegou a contaminar ao longo dos anos 80 os próprios autores, quando estes se reuniam em encontros, congressos e simpósios construindo lentamente a intensa rede de amizades, afinidades intelectuais e intertextualidades que hoje marca o grupo. Onésimo escreveu dois livros e coordenou outro em torno do assunto, a saber: *A Questão da Literatura Açoriana* (1983), *Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço* (1986) e *Açores, Açorianos, Açorianidade* (1989). Nesses anos, falava-se em artesanato açoriano, folclore açoriano, até cultura açoriana – mas nada causava tantos embaraços como falar em literatura açoriana.

O problema colocou-se primeiro por razões políticas. Em 1975, três anos antes de morrer, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista hoje formalmente extinto, como candidato a Presidente da futura República – e, ao longo dos anos seguintes, e contra a vontade da maioria dos autores, os separatistas que ainda restavam no arquipélago insistiram em usar a literatura das ilhas como um dos sinais da identidade nacional destas.

Depois, vieram modas e tendências. Hoje, é questão arrumada para a maioria dos autores. Cristóvão de Aguiar contesta o uso da expressão, outros agarram-se a ela com ambas as mãos, um terceiro grupo olha-a com bonomia e cita Wittgenstein para explicar que se trata sobretudo de uma expressão útil – já não é uma questão central, no fundo. Se há literatura cabo-verdiana ou literatura são-tomense, contestar a existência de uma literatura açoriana é sinal de um «*um restinho de Inquisição*», diz Onésimo.

«É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa», diz Eduardo Bettencourt Pinto, 51 anos, um angolano que se tornou «escritor açoriano» por escolha própria e que já publicou no Campo das Letras o seu mais recente romance, *A Casa das Rugas* (2004). Feitas as contas, o que prevalece é a opinião de Pedro da Silveira, poeta da ilha das Flores (1922-2003) e autor, entre outros, de *A Ilha e o Mundo* (1953): «A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos

a favor da sua existência. Apenas precisa, o que é diferente, de sair do gueto que lhe tem sido a sina», escreveu na entrada «Açores» do Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado em 1977 por João José Cochofel para a Iniciativas Editoriais. A verdade é que, lentamente, os escritores foram encontrando o seu espaço<sup>30</sup>.

A Universidade de Brown tem há anos uma cadeira chamada Literatura Açoriana – e na Universidade dos Açores, Urbano Bettencourt ministrava o curso de literatura açoriana (enquanto unidade curricular das licenciaturas) com a duração de dois semestres; havendo outro curso, "Portugal atlântico e a açorianidade" que era um módulo de 10 horas integrado nos Cursos de verão da Universidade.

O próprio Urbano nos declarava há dias que de momento não sabe se, "para lá do que o Onésimo leciona na Brown, existem outros cursos de iniciação à Literatura açoriana; na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Assis Brasil orienta um curso de literatura açoriana mas já em pós-graduação. Há, no entanto, trabalhos e projetos aqui e ali; em França está a ser desenvolvido um projeto de doutoramento sobre o suplemento literário "Glacial" (Angra do Heroísmo, 1967-1973). O programa da disciplina de 2002<sup>31</sup> não se alterou desde então, apenas se atualizou a bibliografia crítica e foi variando o leque das obras obrigatórias, embora mantendo o *Mau Tempo no Canal*. Os trabalhos individuais dos alunos permitiam abordar as obras de autores mais recentes e que aparecem na bibliografia fornecida."

Podíamos citar dezenas de outros autores relevantes<sup>32</sup>.

Eu sou um recém-chegado a estas ilhas com menos de três anos de aprendizagem mas tive a honra e o privilégio de aprender as idiossincrasias micalenses e picoenses quando recentemente traduzi as últimas obras de Daniel de Sá e de Manuel Serpa. Deparei-me com noções etimologicamente novas contrastando com o uso ancestral que o Português do continente lhes apõe nos dicionários. Trata-se aqui de desvendar as ilhas como mito paradisíaco recuando na sua essência até à infância dos autores,

sem perder de vista que as ilhas reais já se abriram ao peso do presente e não podem ser apenas perpetuadas nas suas memórias. Muitas vezes a obra dum autor sofre drasticamente quando, em vez de ser tomada apenas como obra, é erigida ao estatuto regionalista, que não pretendeu para si própria.

Podem deduzir-se da leitura destes autores, algumas características relevantes para a açorianidade:

1. *O modo como o clima inculca um caráter de torpor e de lentidão em que a pressa é amiga da morte;*
2. *O modo como a História define os habitantes deste arquipélago ainda hoje quase tão afastados da metrópole como há séculos atrás;*
3. *A forma como se recortam todos os estratos sociais: vincadamente feudais apesar do humanismo que a revolução dos cravos alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;*
4. *O modo como a proximidade da terra se manifesta ainda de forma sobrejacente fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, num centralismo autofágico e macrocéfalo.*

Neste universo tão idílico não busquei - ao traduzir essas obras - a essência do ser açoriano, que de certeza existe, em miríade de variações insulares, cada uma vincadamente segregada da outra, se o homem se adaptou às ilhas ou se estas se continuam a impor condicionando a presença humana, para assim evidenciar a sua diferença específica, neste caso a açorianidade? Estando a açorianidade presente num escritor, explicá-lo é tarefa para estudos mais complexos do que a mera atividade de um tradutor, por mais empenhado ou apaixonado que este possa estar pelo objeto da sua tradução.

<sup>30</sup> <http://joelneto.blogspot.com/2005/12/reportagem-literatura-que-farei.html> Joel Neto.

<sup>31</sup> Ver Anexo I

<sup>32</sup> Adelaide Batista, Álamo Oliveira, Daniel de Sá, Dias de Melo, Eduardo Bettencourt Pinto, Urbano Bettencourt, Pedro da Silveira, Eduíno de Jesus, Carlos Wallenstein, Santos Barros, Martins Garcia, Emanuel Félix, Natália Correia, João de Melo, Maria Luísa Soares, Cristóvão de Aguiar, Eduardo Jorge Brum, Judite Jorge, Rui Machado, Mário Cabral, Nuno Costa Santos, Luís

Filipe Borges, Alexandre Borges, Tiago Prenda Rodrigues, Emanuel Jorge Botelho, Fernando Aires, Ivo Machado, Norberto Ávila, Onésimo Teotónio de Almeida, Vamberto de Freitas ou Victor Rui Soares, Frank X. Gaspar ou Katherine Vaz (entre muitos outros), e no passado Gaspar Frutuoso (século XVI) Vitorino Nemésio (séc. XX), Antero de Quental (séc. XIX), Roberto de Mesquita (séc. XIX e XX), Armando Côrtes-Rodrigues (séc. XX)  
<http://joelneto.blogspot.com/2005/12/reportagem-literatura-que-farei.html>

A existência, ou não, de literatura açoriana não passa, necessariamente, pela existência desta açorianidade<sup>33</sup>. Natural da ilha das Flores, Pedro da Silveira (1923-2003) captou "*as mundividências açorianas*", abrangendo na sua poesia "*as inquietações e os sonhos de gente viva de todas as partilhas e um verdadeiro compromisso social*", enquanto eu apenas tive a oportunidade de captar uma fotografia da alma dos escritores que traduzi.

Luiz Antônio de Assis Brasil<sup>34</sup> analisou a obra de Daniel de Sá<sup>35</sup> e em especial à narrativa de ficção, que revela facetas da identidade insular, em especial da ilha de origem.

*"Coloca-se assim a evasão como um destino ao qual o açoriano se entrega com a fatalidade do cumprimento de um dever. O resultado é a errância, a transitoriedade e o permanente desejo da volta. Quando acontece, essa volta nunca é satisfatória: o emigrado jamais poderá deixar de ser americano, e mesmo que construa uma casa suntuosa em sua freguesia original, contribua para a igreja e participe das festas coletivas, todos lhe conhecem a história. Intentando uma análise mais ampla, percebemos quanto os componentes tradicionais da literatura açoriana estão presentes nessa obra: a sensação de estar-se numa prisão, o desejo de evadir-se, a saudade a roer os calcanhares, a estreiteza do ambiente insular, a desconfiança das terras estrangeiras.*

*Daniel de Sá<sup>36</sup> mostra-nos uma outra realidade: aqui já não há quem abandone a ilha, mas todos são prisioneiros desse cárcere que se circunda de infinitude por todos os lados.*

*O título, grafado no singular, o é naquele sentido antigo: então temos crônicas, onze no total, que tratam dos teres e haveres açorianos, nomeadamente da ilha de São Miguel, mas cujos interesses vão além. "*

No plano da linguagem, o Autor do livro "*O Pastor das Casa Mortas*" (VerAçor 2007) dá-se ao luxo de exportar, por efeitos de mimética, para uma das regiões mais interiores e montanhosas de Portugal, a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor

perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados por entre o pastoreio numa verdadeira apologia da solidão física e mental que é o retrato de Manuel Cordovão esse lusitano de um amor só para toda a vida. Como o autor diz a começar trata-se de um livro dedicado "*Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal.*"

A narrativa utilizando terminologia não insular acaba por poder ser lida como uma ode ao açoriano isolado de si e do mundo, neste amor perdido que se encontra apenas quando Caronte ronda. Como diz o autor "*Embora eu vivesse numa ilha pequena, a cinco minutos de um passeio calmo até ao aeroporto de quase todas as companhias aéreas que havia no Mundo, isso para o caso pouco importa!*

Aliás esta transposição da naturalidade geográfica do personagem deixa-nos permanentemente na dúvida se a Teresa do "*Pastor*" não será irmã gémea da personagem feminina que acompanha os seus passos na digressão por "*Santa Maria: a Ilha-Mãe*". Em ambas as obras "*as palavras [são] tratadas suavemente, amenizando as arestas da fonética, como se com elas não pudesse nunca ofender-se alguém.*"

Trata-se de uma visita não ao "*despovoamento das ilhas*" mas ao despovoamento do país real, montanhoso, interior e árduo de Portugal. Aqui não se resgata o imaginário coletivo naquilo que tem de mais genuíno e identificador, antes pelo contrário, se dá a palavra a uma erudição improvável de um apascentador de cabras. Aqui não há a memória plural, que vem de Gaspar Frutuoso, mas sim uma ficcionalização dum fenómeno que não se mimetiza apenas nesta digressão pela Beira Alta. As *Casas Mortas* são-nos apresentadas como um resultado inevitável e inelutável ao longo da vida do personagem principal, sem que a sátira ou o humor permeiem a couraça de convicções de Manuel Cordovão. Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe darmos o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia das prosas. De início pensei que seria ocasião única, mas rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada.

<sup>33</sup> <http://www.revista.agulha.nom.br/MACHADO%20PIRES.pdf> página 4, Mário Cabral em MACHADO PIRES, A.M.B., *Vitorino Nemésio: Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória: Câmara Municipal Praia da Vitória, 1998, 92 pp.

<sup>34</sup> [http://www.geocities.com/ail\\_br/discussaodaidentidadeacoriana.html](http://www.geocities.com/ail_br/discussaodaidentidadeacoriana.html)

<sup>35</sup> Sá, Daniel de. *Ilha grande fechada*. Lisboa: Salamandra, 1992.

<sup>36</sup> Sá, Daniel de. *Crónica do despovoamento das Ilhas*. Lisboa: Salamandra, 1995.

O resultado é uma prosa rica, densa e tensa, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que nos prende da primeira à última página e me levou a interrogar como é que fiquei órfão intelectual desde que acabei de traduzir o livro. As suas personagens e a sua escrita fazem de tal modo parte da minha vida que sinto uma espécie de síndrome de Estocolmo, fiquei cativo e apaixonei-me pelos captivos...e agora, como vai ser?

Já o outro livro intitulado “*Santa Maria Ilha-Mãe*” (VerAçor 2007) é uma viagem ao passado, permeada de nostalgia quase lírica e pela magia da infância e das suas cores simples mas bem nitidas.

Fala-se de como os Açores conviveram com o isolamento ao longo dos séculos, dos ataques de piratas, uma ameaça constante a inculcar ainda mais vincadamente as crenças de origem religiosa — numa ilha que felizmente não foi muito assolada por terremotos nem explosões piroclásticas. Essa *mundividência*, leva-nos naquilo que pode ser considerado o mais interessante guia ou roteiro turístico jamais escrito.

O próprio título gerou controvérsia, quer na versão portuguesa quer inglesa (*Santa Maria: Ilha-Mãe; Santa Maria, Island Mother*), ou como o próprio autor notaria: “*Não se trata de “mãe” com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos, tanto mais que os liguei com hífen em Português. Como bem entendeu, uma ilha que é mãe também. Não é o caso de Ilha Verde, por exemplo...*”

Diz-nos Daniel de Sá “*O Clube Asas do Atlântico era um dos meus quatro lugares míticos. Os outros três, também sagrado um deles, eram a capela de Nossa Senhora do Ar, o Externato e o Atlântida Cine. Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro*” e todos nós - ao lê-lo - sentimos com ele, os cheiros, as cores e as toadas que nos descreve.

Estes dois livros pertencem a um mesmo tempo, em que “*falar do passado açoriano é, também, falar do seu presente, e referir-se ao presente é remeter*

---

<sup>37</sup> “Translation, like writing, is both art and craft, with a touch of alchemy. When translator and author actually get to meet, the result can be inspired. Nuance is what translates language into art.” Ann-Marie is a Toronto-based writer and actor. She has received accolades for her playwriting, acting and writing. Her play *Goodnight Desdemona (Good Morning Juliet)* won the Governor General's Award for Drama, the Chalmers Award for Outstanding Play and the Canadian Authors' Association Award for Drama. She won a Gemini Award for her role in the film *Where the Spirit Lives* and was nominated

*inapelavelmente ao passado, o que mostra a unidade e a solidez de propósitos do livro*”, como diria Assis Brasil, referindo-se ao notável e quase único traço constante de profundo humanismo que informa os textos. Todas as suas personagens, são de tal forma credíveis que nos sentimos transportados ao local e vivemos partilhando os sentimentos dos interlocutores.

Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald, “A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte.”<sup>37</sup>

---

**Rosário Girão (e Chrys Chrystello) julho 2010 A TERRA PERMITIDA... No Centenário da República-**

“Mas antes que chegassem outra vez à beira do Salazar, que decerto fecharia o ciclo, berrei:

- VIV'Ó MANEL D'ARRIAGA!
- Viva! – gritaram com toda a gana.
- E quase, quase palmas.” (Costa, Vasco Pereira da 1978: 36)

Retrato do universo açoriano, de suas terras e gentes, *A Terra Permitida* de Daniel de Sá recria a atmosfera moral e intelectual do início do século XX, graças ao empréstimo de acontecimentos e de personagens históricas que, longe de firmarem o ‘compromisso’ ou poder de intervenção do Autor, afirmam a sua neutralidade. Não tributário da relação com esta época, Daniel de Sá parece afastar-se da metaficção historiográfica, segundo Linda Hutcheon<sup>38</sup> (ao não privilegiar a autorreferencialidade, ou seja, a referência constante à situação discursiva, bem como o seu caráter reflexivo na abordagem da temática histórica, implicando distanciamento crítico e não mera revivescência pitoresca), e aproximar-se do romance histórico, enquanto género ou

for a Genie for her role in *I've Heard the Mermaids Singing*. Her first novel, *Fall On Your Knees*, was published in 1995 to much critical acclaim in Canada and abroad. Her latest book, *The Way the Crow Flies*, was shortlisted for both the Giller Prize and Governor General's Award. [http://www.banffcentre.ca/programs/93\\_words/2007/biltc/past\\_programs.aspx](http://www.banffcentre.ca/programs/93_words/2007/biltc/past_programs.aspx)

<sup>38</sup> Cf. Hutcheon, Linda (1988), *A Poetics of Postmodernism – History, Theory, Fiction*.

subgénero narrativo (Júnior, 2000: 44), já que *“Sans une relation sentie avec le présent, une figuration de l’histoire est impossible. Mais cette relation historique, dans le cas d’un art historique réellement grand, ne consiste pas à faire allusion aux événements contemporains [...] mais à faire revivre le passé comme la préhistoire du présent, à donner une vie poétique à des forces historiques sociales et humaines qui, au cours d’une longue évolution, ont fait de notre vie actuelle ce qu’elle est et l’ont rendue telle que nous la vivons.”* (Lukacs, 1972: 56).

No entanto, apesar de os factos da História primarem pelo seu cariz excepcional, de a ficcionalização se encontrar, de certo modo, alicerçada na História, de a novela proceder, pela via da focalização variável e da perspetivação de elementos variegados, a uma reconstituição plausível do período temporal escolhido (Rey, 2000: 19) e de a vida privada do protagonista reenviar para a esfera pública, nem as figuras históricas se entrecruzam com as personagens, vendo, assim, desvalorizado o seu protagonismo, nem a trajetória do herói se (con-)funde com acontecimentos históricos relevantes, não determinando, de modo radical, estes últimos o seu destino. Nesta conjuntura, a presença da História dá a sensação quer de constituir um trampolim para a conquista da verosimilhança que o romanesco prescreve e a que a representação, mais ou menos romanceada, do percurso vivencial de um antepassado obedece<sup>39</sup>, quer de fomentar a estipulação rigorosa de uma cronologia externa, suscetível de gerar uma outra interna e relativa, quer de desafiar o leitor no que respeita à invenção de um desfecho e ao estabelecimento de uma datação, alicerçada em eventos reais, alusivamente referidos e/ou indiretamente convocados, quer de reforçar uma certa indiferença do protagonista (paradigma do povo lusitano?) no que respeita ao contexto sócio-histórico do qual faz parte integrante.

Uma sinopse, breve que seja, do enredo desta novela cedo revela a região fronteira entre os discursos histórico e ficcional<sup>40</sup>: conduzidos por um narrador sem pretensões historiográficas, mas cultor da historiografia, deparamos com dois universos, o de António (individual e privado) e o de Portugal (coletivo e público), sendo o primeiro gradualmente enunciado pelo Autor, mas desconhecido do Leitor, e pertencendo o segundo ao património cultural de ambos.

<sup>39</sup> A *Terra Permitida* tem, de facto, uma dimensão real ou verídica e um ‘estatuto’ biográfico (advindo de vivências pessoais e familiares), como se pode verificar através da nota paratextual do Autor, datada de maio de 2003 e intitulada “Pessoas e Personagens”: *“Do padre Alexandre Branco, que também foi professor do ensino primário por essa altura, não mudei nada do que me contaram acerca dele. Tal como acontece com o Dr. Fraga, [...] Mais depressa ainda do que o António*

Se o primeiro Capítulo, como protocolo de leitura, visa informar o leitor dos antecedentes da história que será linearmente narrada - a gravidez de Elvira, desgraçada pelo José que a abandona, pois deve casamento a uma prima sua -, já o Capítulo segundo nos introduz, alguns anos decorridos, no âmago do encontro sentimental entre António, protagonista do romance, e Helena, filha cega de Elvira (cuja cegueira é encarada como uma punição de Deus), ritmado pela visita ao Arquipélago de D. Carlos I: *“Estava quase na hora de D. Carlos passar a caminho das Furnas, e ele [António] queria ir vê-lo como toda aquela gente que ia subindo a Pedra Queimada.”* (Daniel de Sá, 2003: 24). Só que, por uma reviravolta do destino, e nos antípodas dos ilhéus que se aprestam a assistir à passagem do cortejo real, demora-se António, embevecido, na contemplação da beleza de Helena, que se não inibe de pedir em casamento, os dois passando ao lado das figuras régias que tão-somente parecem surgir, sobretudo a nível da prosopografia, como contrapontos disfóricos ou termos negativos de comparação.

*“- Mas, se fores depressa, ainda pode ser que vejas o rei e D. Amélia. Dizem que ela é muito bonita.*

*[...] nenhuma rainha, por mais formosa que fosse, valeria uns momentos de enlevo como aqueles.”* (Sá, 2003: 27).

*“- Eu [Helena] gostava tanto de ver!*

*- Gostavas de ver D. Carlos?*

*- Não. D. Carlos vai-se embora. Gostava era de te ver, que vais ficar sempre aqui.”* (Sá, 2003: 28).

*“Trabalho como um negro todos os dias, e às vezes a gente passa fome. E D. Carlos é gordo e a roupa dele deve valer um dinheirão que dava para eu me vestir bem durante toda a vida.”* (Sá, 2003: 31).

*“- Eu também gostava que minha mãe fosse uma rainha e minhas irmãs umas princesas.”* (Sá, 2003: 31-32).

*personagem, meu avô António de cassador fez-se carpinteiro e marceneiro. E também levou à cena, por várias vezes e umas décadas mais tarde, a vida de Cristo.”* (Daniel de Sá, 2003: 7-8).

<sup>40</sup> Ver, a este respeito, Marinho, Maria de Fátima (2004: 360): *“Paradoxalmente, a produção do século XX retoma alguns modos anteriores aos do século XIX [...] deparamo-nos com um modo de inserir o passado que se pode afastar da conscienciosa construção oitocentista [...]”*.

“A felicidade de contemplar o rosto de Helena, mais bela à luz somítica da lamparina do que decerto D. Amélia no esplendor do seu palácio, mingua com a visão daquela ceia de couves.” (Sá, 2003: 46).

Se, por um lado, se extasiam os habitantes face à pompa da comitiva – “António tocava guitarra no quintal, quando a mãe chegou mais as irmãs. Vinham maravilhadas. Falavam ao mesmo tempo, [...] A beleza do rei ou da rainha – ‘tão gordo, tão bem posto’... ‘tão linda, tão bem vestida’... – toda a magnífica opulência do cortejo. D. Carlos era admirado pela razão direta que havia entre ele e os seus súbditos, e elas estavam nos lugares mais baixos da longa escala de valores de que o rei ocupava o topo.”<sup>41</sup> (Sá, 2003: 30) -, é, por outro, António verberado por haver faltado ao encontro com a História do País, a ela sobrelevando o seu destino particular, e por ter ousado criticar a injustiça social alimentada, do seu ponto de vista, pelo regime: “Nunca foste invejoso, [...] e agora falas assim do nosso rei a tua mãe!” (Sá, 2003: 31).

Sobressai, neste contexto, o culto de documentação do Autor, cicerone do Leitor, visível tanto na referência aos Partidos Regenerador (ao qual pertencia o Padre Branco) e Progressista (abraçado pelo Vigário e pelo Sr. José Melo Nunes), como na alusão ao republicanismo, eufemisticamente nomeado: “- É que anda por aí gente com ideias ruins, e, como tu és atrevido... Tua mãe disse-me que estás com umas coisas tolas na cabeça...” (2003: 37).

Enquanto a Monarquia se vai desagregando à medida que avança para a sua queda iminente<sup>42</sup>, prossegue a vida de António numa morna linearidade: o seu empenho nos trabalhos agrícolas, a sua profissão de marceneiro, o seu dom para a guitarra, a sua perícia nas desgarradas, o seu namoro e casamento (ao qual Elvira acaba por anuir) com Helena, que se não coíbe de ensinar.

“Ensinou-a [António a Helena] a distinguir as ervas daninhas das couves, das batatas, das ervilhas, e de tudo o que era útil, e ela tornou-se capaz de mondar quase

tão bem como quem via. [...] Ensinou-lhe um código de comunicação pelo contacto com os dedos, [...]” (Sá, 2003: 87).

“Claro que ele sabia que ela não sabia o que é a luz. É o mesmo, para os olhos, que o som é para os ouvidos. [...] Cada coisa tem a sua cor. ‘Como é o vermelho?’ [...] António pegou na guitarra. ‘Vais ver.’ Fez umas variações nas cordas e bordões de segunda e de toeira, repenicando umas notas muito rápidas nas primas.” (Sá, 2003: 112-113).

E é precisamente quando António se esforça por levar a felicidade a uma Elvira e a uma Helena desde sempre estigmatizadas pelo infortúnio (o revés de ser mãe solteira, a desdita de nascer cega) que, numa “fatídica noite das Estrelas”, irrompe a má nova a abalar o País, ou, por outras palavras, o estampido dos tiros disparados por Alfredo Costa e Manuel Buíça.

“A essa hora, o rosto de D. Carlos seria o mais sereno de todos os rostos portugueses. [...] Ele fora o único que viera às ilhas em paz e como rei, nem demente e prisioneiro como D. Afonso [...], nem imperador deposto por exigir um poder absoluto para si, como D. Pedro, [...] Sereno o rosto de El-Rei, o caso de uma era em que se submergiam quase oito séculos de História de que haveriam de restar duas linhas na memória da Humanidade.” (Sá, 2003: 91).

O impacto da tragédia tanto se manifesta em Elvira e Helena, que choram silenciosamente, como em António, cujo pesar e indignação desmentem o republicanismo de que antes fora injustamente acusado.

“Ao ouvir falar de republicanos, António lembrou-se de que o vigário lhe perguntara se acaso seria um deles, quando o censurou por não ter ido assistir à passagem de El-Rei. [...] Se na altura soubesse o que a palavra queria dizer, o vigário teria ouvido uma resposta torta, isso é que tinha.” (Sá, 2003: 93).

dois irmãos, pretendidos herdeiros da soberania de D. João VI, D. Pedro e D. Miguel, sob as bandeiras de liberaes e legitimistas” (1912: 29). E define “fé monarchica” como “a phrase que resume a força vital da realeza” (1912: 28).

<sup>41</sup> Note-se a rima aproximativa - “gordo/posto”, “linda/vestida” -, que parece ser uma característica do discurso popular.

<sup>42</sup> Em *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, escreve Teófilo Braga que a descrença na fé monárquica tanto remonta ao dia em que “D. João VI nos abandonou á invasão franceza” e em que “nasceu o sentimento republicano das côrtes constituintes de 1822”, como ao “conflicto entre os

Quanto a Mestre Abílio, para o qual “matar um rei era quase o mesmo que matar um pai”, ele não se inibe de colocar uma fita preta sobre o retrato de D. Carlos e de invetivar os republicanos assassinos que “não haviam matado toda a família real apenas porque não puderam” (Sá, 2003: 93). Interessante se torna assinalar, nesta ordem de ideias, que Mestre Abílio não toma partido nem pela Monarquia nem pela República, mas tão-somente pela circunstância, algo irrisória e atravessada por uma nota humorística, de ter nascido sob a égide monárquica e de almejar falecer (o que não sucederá...) sob a bandeira azul e branca.

“- Sabes, António, eu estou-me cá partindo para reis ou presidentes, mas nasci com um rei e com um rei gostava de morrer. Gostava de morrer é como quem diz, que ninguém gosta duma coisa dessas. [...] Mas o D. Carlos ninguém o tira daquela parede. D. Carlos continuava vivo no quadro dos monarcas europeus, [...]” (Sá, 2003: 125-126).

Ainda neste contexto (o da transição Monarquia/ República), e segundo Carlos Ferrão (1961: 51), Alfredo Luís da Costa, empregado comercial, e Manuel dos Reis Buíça, professor do ensino particular, fizeram ambos declarações (o primeiro em conversa com um amigo na manhã do dia 1 de fevereiro, o segundo por escrito) no sentido quer de não estarem em contacto e de não figurarem nos registos do partido republicano, quer de não pertencerem à Carbonária, designação que englobava as vulgarmente conhecidas, nesse tempo, por “associações secretas”.

Por sua vez, são sobejamente conhecidos os episódios que, atentatórios à dignidade nacional, foram ocorrendo ao longo dos dezanove anos do governo do Rei-Artista (1889-1908): o *Ultimatum*, a ocupação de Quionga, o desembarque alemão no Lobito, o corte de relações com o Brasil, os incidentes que coincidiram com a viagem da Rainha D. Amélia a França e a Itália e, como corolário dramático, o acordo anglo-saxónico para a partilha das colónias portuguesas.

Do mesmo modo, é curiosa a escassez de referências (e parcas...), na novela em apreço, a D. Manuel II, passível de encontrar justificação cabal na brevidade do seu reinado (de 1 de fevereiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910). Se Mestre Abílio a ele compadecidamente se refere em termos de “pobre do D. Manuel”, não deixa o professor de se questionar sobre a relação entre a causa monárquica e o seu representante real: “[...] *a causa já não era forte nem entusiasmava, porque o rei era fraco, sem que se percebesse se fora ele que fizera fraca a forte gente ou se fora uma fraca gente que o fizera fraco.*” (Sá, 2003: 124).

Afinal, o papel desempenhado na História pelo “Patriota” ou “Desventurado” ainda estava por escrever: seriam precisos mais do que “treze anos de exílio”<sup>43</sup> - até 1932, data do falecimento de D. Manuel II, vitimado por um edema na glote - para serem publicados os volumes I e II<sup>44</sup> dos *Antigos Livros Portugueses*...

Prosseguindo neste epítome, é o leitor informado, no capítulo XVII, de que “*a monarquia caiu pelo seu silêncio depois da proclamação de José Relvas na varanda dos Paços do Concelho*” (Sá, 2003: 125), de que Mestre Abílio faleceu, no capítulo XVIII, um ano depois, e de que começam a chegar, no capítulo XX, ecos da primeira guerra mundial, cujo término é anunciado no capítulo XXIII.

Com o objetivo de aprofundar os elos entre a inserção do passado histórico na novela e a intrusão da ficção na História, ou, por outras palavras, entre o efetivamente ocorrido, campo indubitável de certezas, e o reino do imaginário tornado possível, domínio inegável de especulações, transitemos doravante para uma tentativa (cuja relatividade e relativização não deixam de constituir tónicas confrangedoramente dominantes...) de datação do romance, procedendo à ‘reconstrução’ do Portugal de fins de Oitocentos e inícios de Novecentos. É evidente que, para traçar este ‘fresco’ sócio-histórico, serão convocadas (e obviamente citadas) quer as informações colhidas na novela de Daniel de Sá - essa “Terra (pouco) Permitida”, na perspetiva de Luiz António de Assis Brasil (2003:9), ou essa ‘Terra quase

<sup>43</sup> cf. Carta de Manuel R. [Manuel Reij] a Alfredo Pimenta datada de (“Fulwell Park, Twickenham) 18.1.1924: “*Em já mais de 13 anos de exílio, tenho a consciência tranquila do Dever cumprido, na alta missão de que estou investido, nunca tendo mudado de opinião, tendo como lema da minha vida a Pátria*” (1932: 17-19).

<sup>44</sup> O volume I foi publicado em 1929, sendo impresso nas oficinas da Imprensa da Universidade de Cambridge e editado pelos livreiros Maggs Bros., de Londres. cf. carta de Manuel R. ao Professor Edgar Prestage datada de 13.VI.1929: “*Agradeço-lhe a sua bondosa carta. [...] Tenho a agradecer-*

*lhe também as suas felicitações pelo aparecimento do vol. I. Conhece bem o esforço árduo que ele representa! Vou agora começar a escrever o vol. II.*” (1952: 41.42); ver, também, carta do mesmo remetente ao mesmo destinatário com data de 8.V.1932: “*Espero que o meu vol. II saia a lume cerca de 15 de junho: em julho vou para fora, e, depois da minha cura, procurarei ter um verdadeiro, completo e longo repouso que me é indispensável.*”

Proibida', do nosso ponto de vista -, quer depoimentos vários por nós respigados não aleatoriamente (e não exaustivamente...) em periódicos e obras da faixa temporal retratada.

#### Capítulo I –

D. Luís morre em 1889. Em carta a Jaime de Magalhães Lima datada de “Guimarães: novembro 15, 1892”, escreve Alberto Sampaio: “*Como tudo é turvo e obscuro neste fim de século! Nem sei de onde possa vir a força que organize, antes que a civilização atual se despedace em ruínas.*” (1988: 39). Em 1890, Henrique Lopes de Mendonça (libreto) e Alfredo Keil (música) escrevem “A Portuguesa”<sup>45</sup>, proibida pelo Governo da Monarquia em 1891 e adotada, a 5 de Outubro de 1910, como legítima expressão musical da República. Neste mesmo ano (1890), o rotativismo atinge o seu período áureo: o partido Regenerador, liderado por Fontes Pereira de Melo, governou oitenta e um meses e o partido Progressista sessenta e nove meses. Folheando o *Diário de Notícias* desta época - e para além da publicidade à “Superior manteiga fina”, a mil réis o quilo, à “Grande chegada de bacalhau superior”, aos “sabonetes medicinaes”, ao “abundante sortimento de generos da Salsicharia central e mercearia”, ao horário dos jantares a setecentos réis no “Restaurant Central Augusto”, ao “Cacao S. Thomé, em pó impalpavel” e às “Emprezas de Navegação”, como, por exemplo, a “Mala Real Portuguesa”, para o Rio de Janeiro e Santos (via Madeira), e o “Paquete Dona Maria”, para Nova Iorque -, encontramos notas e novas que urge referir: assim sendo, e no número de 31 de dezembro de 1899, Simões Ferreira não se coíbe de tecer encómios à “Página de El-Rei”<sup>46</sup> do *Suplemento Illustrado*, enquanto no número de 1 de janeiro de 1900 se relata o *Te Deum* do fim de ano, a que assistiram El-Rei e a Rainha<sup>47</sup>. Ainda a respeito do talento pictórico de D. Carlos, quedemo-nos não só no “Estudo, óleo, por D. Carlos de Bragança” intitulado “Castelo do Queijo”, que ilustra a capa de *O Tripeiro*, Nº 5, de setembro de 1947, mas também no artigo de Alberto Meira sobre a faceta artística do monarca: “*Não são em número elevado os quadros a óleo que D. Carlos de Bragança deixou na sua obra de*

<sup>45</sup> Do ponto de vista de Teixeira Leite, três fontes de inspiração determinaram o sucesso do hino: “ [...] o fado, a canção nacional mais própria para as lamentações do patriotismo ferido; A Marselhesa, que é o grito por excelência da revolta contra o despotismo ou qualquer outra forma de tirania, e a Maria da Fonte, em que vibra o nosso amor pela liberdade.” (1978: 28).

<sup>46</sup> “É uma linda aguarela de D. Carlos I representando o cruzador ‘D. Carlos’ visto a três quartos; o chefe de estado faz a pintura com uma grande delicadeza; o cruzador, elegante e fagueiro, parece deslizar; lembra uma pomba que, abertas as azas, voa mansamente, suavemente. É uma aguarela

*Pintor, em contraste com a predileção manifestada pelos trabalhos a pastel, em primeiro lugar, e a aguarela, em segundo. [...] O quadro [“Castelo do Queijo”], onde bem se nota a larga pincelada ao serviço dum grande simpatia pelos temas marítimos, tão caros ao Artista, [...] Não tem data [...] mas não é temeridade afirmar que seria pintado numa das primeiras visitas do seu autor ao Porto, talvez ainda quando Príncipe Real.”* (Meira, 1947: 103). Passando para a novela de Daniel de Sá, Helena, filha de Elvira, nasce forçosamente antes de 1889, pois, em 1901, António exterioriza o desejo de casar com ela. Quanto a Elvira, sua mãe, ela é pedida em casamento por José, seu pai, após a viuvez deste último, ou seja, depois de dez anos e uns meses de casamento com a sua prima (Sá, 2003: 23).

#### Capítulo II –

Visita, em 1901, da Família Real ao Arquipélago (a 18 de novembro de 2008, no Centenário do Regicídio, foram inauguradas a “Rua Rei Dom Carlos” e a “Rua Rainha D. Amélia”). A ação passa-se numa freguesia de S. Miguel, como assinala a toponomástica (*Furnas, Pedra-Queimada, rua da Ponte*). António ‘perde’ o cortejo real, por não desejar perder de vista Helena.

#### Capítulo III –

Mesmo dia de 1901 e deslumbramento da mãe perante o fausto da comitiva real: “*las-te consolar a ver. Não fazes ideia!... Que lindas roupas! Que lindas senhoras e senhores! Tudo lindo, tão lindo que é de louvar a Deus.*” (Sá, 2003: 31).

#### Capítulo IV –

Dias seguintes à visita régia - “*O vigário interpelou-o, depois de ter sabido pela mãe que não fora assistir à passagem de El-Rei. - Por que não foste ver D. Carlos?*” (Sá, 2003: 34-35) - e referência aos partidos Progressista e Regenerador. Ao partido

*que muito honra El-Rei e [...] prova os seus dotes artísticos.*” (Nº 12.236, 35ª Anno, 1899, Domingo 31 de dezembro, Redator Principal - Brito Aranha).

<sup>47</sup> “*No sumptuoso templo da Sé realizou-se hontem o Te Deum do fim do anno, a que assistiram suas magestades. [...] acompanhados da sr.ª condessa de Sabugosa [...] Em seguida chegou a rainha sr.ª D. Maria Pia, [...] No Largo da Sé era a policia feita por uma força commandada pelos chefes Bazilio e Paes.*” [Nº 12.237, 36º Anno, 1900, Segunda-feira 1 de janeiro, Fundadores - Thomaz Quintino Antunes (Conde de S. Marçal) e Eduardo Coelho].

Progressista - a que pertencem o vigário e o senhor José Melo Nunes, “*que recebera o casal real com um discurso patriótico na Câmara da Ribeira Grande, de que era presidente.*” (Sá, 2003: 35) - presidia o Conselheiro José Luciano de Castro (modelo do grande político monárquico da decadência do liberalismo), que, após a Revolução, se retirou para a sua propriedade da Anadia. Quanto ao Partido Regenerador (a que adere o Padre Branco), cujos principais elementos se encontravam representados no poder pelo governo infeliz do Conselheiro Teixeira de Sousa (que seria o último Presidente de Conselho de D. Manuel), ele começará a desunir-se, por volta de 1907, com a morte de Hintze Ribeiro<sup>48</sup>.

#### Capítulo V –

O mesmo período temporal, posto que o protagonista toma a decisão de confessar as verdadeiras razões que o impeliram a não assistir ao cortejo: “*Foi a reação inevitável. As irmãs choravam como se tivesse havido desgraça. A mãe gritou, desesperou, invocou a alma do pai, a falta que ele fazia para obrigar o filho a ter juízo. [...] Depois daquela tarde [ver Capítulo II] só a [Helena] vira uma vez, à saída da missa da manhã.*” (Sá, 2003: 40).

#### Capítulo VI –

Dia seguinte, tendo em conta que “*Se alguns deles [vizinhos] sabiam da tempestade da véspera, e com certeza sabiam porque os trovões da voz da mãe deviam ter sido ouvidos até ao fim da rua e umas dez ou doze casas para cima, nenhum deu sinal disso, nem no breve falar com ele nem por murmúrios de que não se apercebeu.*” (Sá, 2003: 44). Além do mais, Elvira informa António de que “*daqui a dias*” não lhe irá faltar trabalho a ceifar e a respigar. A partir desta asserção, o tempo parece dilatar-se, avançando nos anos, porquanto, segundo o narrador, “*Lá vinham, na roda do ano, três ou quatro dos seus dias que mereciam a celebração dos sentidos, com direito a carne, vinho, massa sovada ou malassadas. [...] todo o resto do ano era Quaresma.*” (Sá, 2003: 46). Correrá, muito provavelmente, o ano de 1902.

<sup>48</sup> Segundo C. Malheiro-Dias, “*Existia ainda um pseudo-partido, o do Nacionalismo, que reunia as influências ultramontanas. Morreu ao estampido da explosão anticlerical da Democracia. Quanto ao Franquismo, embora nominalmente sob a direção do conselheiro Vasconcellos Porto, era, por ocasião do advento da República, um espectro de partido [...] Todos estes partidos se suicidaram, com exceção do último, que tentou debalde sobreviver á derrocada e cujas figuras representativas,*

#### Capítulo VII –

É possível tratar-se do mesmo ano ou do ano de 1903, visto que António não é contratado por ser muito novo (a par do José ‘Pinta’ que é velho em demasia...) e vai cavar a terra do Sr. Vicente: “*E esfalfou-se de crepúsculo a crepúsculo, com a velha raiva sempre no fio do sacho, como se a cada cavadela pudesse atingir a alma do senhor Vicente. Quatro dias bastaram para fazer o serviço que era feito por cinco homens em um somente.*” (Sá, 2003: 54).

#### Capítulo VIII –

O verbo do *incipit* (pretérito perfeito na terceira pessoa do plural) parece revelar que já entrou o ano de 1904: “*Acabaram-se as ceifas e as debulhas, as vindimas e o vinho doce. O pão a haver foi guardado nas casas-de-milho, os garajaus e os cagarros rumaram a Sul. Quando já com os primeiros frios do outono apetecia aconchegar mais roupa ao corpo e mais mantas na cama, António descobriu num canto do quintal um casal de cagarros que haviam interrompido a viagem acabada de começar, porque um deles estava doente.*” (Sá, 2003: 57). De cavador, passa António a marceneiro, sendo contratado como ajudante do Mestre Abílio “*por meados de dezembro*” (Sá, 2003: 62). Ao longo do ano de 1905, “*A mãe não se admirou de progressos tão rápidos na nova arte, porque António sempre tivera mãos habilidosas, e fazia num instante um boneco de madeira de buxo, com corpo perfeito de bicho ou de gente.*” (Sá, 2003: 66). Um outro Natal (e não o mesmo, tendo em conta os sinais tipográficos de interrupção) dá a sensação de se avizinhar: “*Apesar do seu desgosto, mandou [a mãe] comprar pano para lhe fazer uma camisa para o Natal. [...] Depois da Missa do Galo, António ia sair com um grupo de amigos para cantar ao Menino.*” (Sá, 2003: 67).

#### Capítulo IX –

A referência temporal “*Na noite do Ano Novo*” situa-nos no ano de 1906, altura em que um sismo (não terá sido a erupção submarina na Fratura Mónaco?), bem habitual nas ilhas, se faz sentir: “*Vendo os picos altivos, os sólidos rochedos, a ilha que*

*a começar pelo conselheiro João Franco, se exilaram.*” (1912: 191-192). Assim se encontra explicado o facto de a Monarquia, apesar do malogro das duas tentativas contrarrevolucionárias de outubro de 1911 e de julho de 1912, não dispor, neste último ano, ou seja, em 1912, de nenhum organismo partidário monárquico.

resiste a todas as fúrias marítimas, de ondas que mudam penedos do seu lugar, e de ventos que espatifam milheirais, que queimam todas as culturas, que tornam castanhas as folhas das árvores; a ilha que não se esboroa com os dilúvios que fazem germinar os trigos antes da ceifa [...] E, por isso, um outro nome do tremor de terra é castigo, com a explicação popular de que nas profundezas da Terra há cavernas imensas onde se desprendem enormes rochas, fazendo estremecer tudo de tal maneira que o solo estremece também quando acontecem tão descomunais derrocadas. [...] O tremor de terra que só se sentiu da casa do Manuel Pimentel para baixo fora bem diferente. Durante alguns dias, a terra tremera com frequência.” (Sá, 2003: 73-75). Por esta altura, Elvira consente, finalmente, que Helena e António namorem.

#### Capítulo X –

“Era já nesse ano” - sintagma verbal que parece prolongar o ano de 1906 - “que a irmã mais velha [de António] ia casar com o Afonso ‘Sambrás’. Apesar do apelido, ele é da freguesia e não há ninguém na família que seja do lugar ao lado, que tem por padroeiro São Brás. Mas o povo chama-lhe santo Sambrás, porque não imagina que haja um nome tão curto na corte celestial.” (Sá, 2003: 78).

#### Capítulo XI –

Tudo aponta para 1907, ano do casamento de Helena e António: “Helena vivera até então como uma princesa de contos de fadas, mal fadada, fechada na torre inexpugnável da cegueira. Mas António queria mudar-lhe a vida, [...] Pela Páscoa, Elvira começara a amassar meio alguidar de massa quando ele [António] entrou. [...] Depois de casados, passou a levá-la a toda a parte, montada numa burrinha que comprou para ela.” (Sá, 2003: 84-85-86).

#### Capítulo XII –

É o ano do Regicídio<sup>49</sup> e das reações por ele desencadeadas na História e na Ficção. A este propósito, transcreve-se a notícia de *O Primeiro de Janeiro*: “ [...] Hoje, pelas 5 horas da tarde, quando Suas Majestades, regressando de Villa Viçosa,

atravessavam o Terreiro do Paço, em carruagem descoberta, que conduzia também Suas Altezas, foram barbaramente alvejados com tiros de revólver e carabina, sendo assassinados El-Rei e o Príncipe Real. Tres dos assassinos ficaram mortos, tendo sido presos tres. Ha a maior consternação na cidade. Todos os estabelecimentos fecharam em signal de luto. A ordem publica completamente assegurada. Pessoa chegada no rapido contou-nos, entre outras coisas, que muitas pessoas que tinham tomado bilhetes para os ‘wagon-lits’ perderam o comboio. A noticia soube-se durante a viagem, [...] Os cadaveres foram levados para o Arsenal onde se concentrou o ministerio conversando ali o presidente do conselho com vários membros do corpo diplomatico.” Também o *Diário de Notícias* anunciou a tragédia na primeira página - “Gravissimo attentado contra a família real. Morte d’el-rei e do Príncipe Real D. Luiz Filippe” -, secundado pela imprensa internacional (*La Tribuna Illustrata* e *La Domenica del Corriere*), em busca de documentos iconográficos: assim sendo, o *El País* enviou o primeiro jornalista estrangeiro, seguido pela revista parisiense *L’Illustration*. Em Inglaterra, os periódicos *The Daily Mirror* e *Daily Express* lamentam a morte de um rei próximo de Eduardo VII, enquanto o jornal oficial do Vaticano exprime o seu pesar. No tocante ao romance em apreço, “Três súbditos que, apesar de tudo, o [Rei D. Carlos] amavam. Vira-o Elvira, que quisera e pudera vê-lo; não o vira Helena, porque não pudera embora muito o quisesse; nem António, que pudera mas não quisera. [...] Valera a pena não ter visto El-Rei para lhe custar menos, agora, a sua morte.” (Sá, 2003: 91).

#### Capítulo XIII –

O início do capítulo é suficientemente dilucidativo quanto ao ano:

“ - Era uma vez um rei.

- De onde?

- Do Montenegro.” (Sá, 2003: 92).

Trata-se de uma alusão ao Príncipe Nicolau (Nicolas I) que se proclamou, em 1908, Rei do Montenegro e cujo reinado apenas durou oito anos. Além do mais, e folheando a novela em exegese, “em todas as conversas se falava da morte de D. Carlos e do príncipe D. Luís Filipe. Ninguém compreendia.” (Sá, 2003: 94).

<sup>49</sup> Repare-se na vaga de atentados que grassou na Europa ao longo do segundo decénio de 1900: O Rei Jorge da Grécia foi assassinado a 18 de março de 1913; em 28 de junho de 1914, foi a vez do arquiduque Francisco Fernando (morte que viria a espoletar a Primeira Guerra Mundial); a 17

de julho de 1918, foram assassinados o Czar Nicolau II, a Czarina Alexandra e os filhos do casal (Olga, Tatiana, Maria, Anastácia e Alexis).

#### Capítulo XIV –

Mesmo ano e reinado de D. Manuel II. António é o protagonista de uma desgarrada com Manuel Tobias.

#### Capítulo XV –

Reinado de D. Manuel (1908-1909) e aprendizagem de Helena e de António: “Havia quem o [António] visse já como sucessor do José Plácido ou seu parceiro, mas António negou-se a aceitar a ideia. ‘Ele é que é cantador, eu não sou. Eu toco é guitarra.’” (Sá, 2003: 112).

#### Capítulo XVI –

Reinado de D. Manuel (1909-1910) e continuação da aprendizagem de António, que não só tem lições de música, mas que também aprende a ler pela “*Cartilha ilustrada que o professor lhe tinha emprestado, depois de lhe ensinar como se diziam as letras.*” (Sá, 2003: 120).

#### Capítulo XVII –

Implantação da República: “O suplemento do ‘Diário do Governo’ anunciou: ‘Hoje, 5 de outubro de 1910, às 11h da manhã, foi proclamada a República de Portugal na sala nobre dos Paços do Município de Lisboa, depois de terminado o movimento da revolução nacional’.” (Sá, 2003: 124).<sup>50</sup> Neste seguimento, a família real embarca na Ericeira, tendo ficado para a posteridade as palavras da Rainha D. Amélia: “Os

<sup>50</sup> A respeito da Imprensa Portuguesa, é de assinalar que, a 4 de outubro de 1910, o partido republicano só dispunha, em Lisboa, de seis jornais [O Seculo, O Mundo, A Lucta, A Capital (jornal da noite), O Paiz (jornal da tarde) e A Vanguarda], aos quais se vieram juntar A Republica (dirigida pelo Sr. António José d’Almeida), As Novidades e O Intransigente. Com o advento da República, a causa monárquica perdeu na imprensa lisboeta o Correio da Noite, órgão do partido progressista, o Noticias de Lisboa (órgão do Sr. Conselheiro Wenceslau de Lima), o Portugal (órgão da corrente ultramontana e reacionária), As Novidades (órgão do partido regenerador convertido ao novo regime), O Popular (órgão do Sr. Conselheiro Júlio de Vilhena) e O Imparcial (dirigido pelo Sr. Conselheiro José d’Azevedo). Após a revolução, e para além de O Dia e A Nação, ressuscitaram o Correio da Manhã, o Diario Illustrado e o Liberal (Dias, 1912: 119-120-121).

<sup>51</sup> cf. Almeida, João Marques de, “Apresentação” do ensaio de Fernando Honrado intitulado A queda da Monarquia. Da Ericeira a Gibraltar vai um Rei: “Diz a memória que o povo da terra, comovido e com lágrimas nos olhos, se debruçou no muro das Ribas para assistir silencioso à partida da Família

Bragança não fugiram para Gibraltar! Embarcaram para o Porto. E, muito menos, o iate tomou o rumo do Sul, por haver a bordo duas Rainhas a chorar... Ao contrario. Se houve um comandante com medo de morrer, - não houve duas Rainhas com medo de ficar!”<sup>51</sup> Teófilo Braga é indigitado para Presidente do Governo Provisório da República, sendo Manuel de Arriaga eleito pelo Congresso a 24 de agosto de 1911.

Na novela de Daniel de Sá, o professor, denunciado por suspeita de republicanismo<sup>52</sup>, questiona-se sobre a revolução: “*Eram estas as maiores dúvidas do professor. A revolução triunfara mais por desistência dos monárquicos do que por bravura republicana.*” De realçar a referência a Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, inspirador das incursões monárquicas contra a Primeira República Portuguesa e Presidente da Chamada Monarquia do Norte, de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919, na qual colaboraram conceituados integralistas lusitanos: “*Paiva Couceiro era dos poucos que ainda confundiam El-Rei com a Pátria e lutavam por um e outra como se fossem uma só e a mesma causa.*” (Sá, 2003: 124).

De não descurar, igualmente, as palavras ‘proféticas’ do vigário: “*A Igreja ia ser perseguida, era o principal temor do vigário. Ela sustentara o trono e os seus vícios, os nobres e as suas fraquezas.*” (Sá, 2003: 125). Ora, no seu Relatório relativo à Primeira Presidência da República, Manuel de Arriaga informa que “*a Egreja é já hoje condemnada e repellido pela civilização actual. [...] A questão é estar de sobreaviso e antepor às suas doutrinas reaccionárias as nossas derivadas d’um ideal mais amplo, mais humano, e, sobre tudo, subjugal-a e confundil-a com a superioridade das nossas virtudes, com a excellencia dos nossos exemplos.*” (Arriaga, 1916: 29)<sup>53</sup>.

#### Capítulo XVIII –

*Real. Para trás ficaria a nostalgia, há poucos anos ainda viva, do convívio com as grandes famílias que frequentavam a Ericeira e que lhe davam aquele cunho aristocrático hoje perdido no turbilhão do turismo de massas.*” (1993: 5-6).

<sup>52</sup> “*Sem se lhe saber a origem. [...] correu o boato de que o professor Samuel Ferreira era republicano. Estava deste modo resolvido o mistério da sua vinda para a freguesia, trocando o liceu e a sua cidade de Santarém pelo ensino do bê-á-bá numa terra desconhecida e tão longe.*” (Sá, 2003: 95).

<sup>53</sup> Ver, também, Macedo (1923: 6): “*Republicanos sinceros que, de alma e coração, entraram na revolução que destruiu a monarquia, começaram, por uma ironia do acaso, ou por torpeza dos ambiciosos, a ser perseguidos e vexados em plena Republica. Foi a traição porque o sentir popular fôra deformado, nas suas melhores intenções.*”

toma a resolução de sacrificar o seu cabelo “para oferecer a Jesus na figura daquele que ia representá-lo.” (Sá, 2003: 136).

Capítulo XXI –

Representação da peça “Os Dois Judas”.

Capítulo XXII –

Devido à representação da peça, o vigário, decidido a excomungar António, fala com o bispo: “ [...] explicou-lhe que teria de suspendê-lo da frequência aos sacramentos por um ano, findo o qual, se não cometesse mais nenhum ato público grave, lhe seria levantado o interdito.” Sá, 2003: 145).

Capítulo XXIII –

Ano de 1918, correspondendo ao fim da guerra e ao surto de gripe espanhola: “Nesse outono, veio a gripe. À traição, escondida nos pulmões americanos dos que ajudaram a libertar a Europa. A morte mostrou como era mais barato e mais fácil matar sem gastos de balas nem de gases letais, como não havia trincheiras que fossem capazes de lhe resistir. [...] António [...] lia também muitas vezes a lamentação de Jesus à vista de Jerusalém, que fizera parte do drama e era como se fosse uma profecia de Isaías, ou de outro profeta qualquer, que tivesse anunciado o pavor da guerra, que acabara pouco antes, e a ruína mortal daqueles dias.” (Sá, 2003: 147-149). Há, também, uma referência ao flagelo da gripe de 1891 (Sá, 2003: 147), ano em que o médico alemão Richard Pfeiffer isola um bacilo ao qual é atribuída a causa da doença

<sup>56</sup> “Como consequência inevitável do ato revolucionário que derrubou o governo Pimenta de Castro, o dr. Manoel d’Arriaga renunciou nobremente a alta magistratura em que se achava investido. O Congresso aceitou a renúncia, e outra grande figura republicana foi chamada a exercer, até 5 de outubro próximo, a presidência da República portuguesa: Teófilo Braga. Pela segunda vez o grande historiador é trazido, ele próprio, para a luz crua da história. [...] Ao pronunciar no Congresso o seu discurso de juramento, Teófilo prometeu desempenhar o mandato da nação com bom senso e desinteresse. O venerando chefe do Estado cumprirá a sua promessa. Que admirável paiz seria ainda Portugal, se o desinteresse e o bom senso entrassem, finalmente, na política portuguesa!” [cf. “Crónica”, *Ilustração Portuguesa* de 7 de junho de 1915, p. 705 (Lisboa, 2ª Série, Nº 485)].

Fim do período revolucionário, estabelecimento jurídico do novo regime político de Portugal e eleição do Presidente Manuel de Arriaga em 24 de agosto de 1911: “Ao Governo Provisório”, escreve José Relvas, “sucedeu o primeiro Ministério constitucional, que teve por chefe João Chagas e por ministro dos Estrangeiros Augusto de Vasconcelos.” (1978: 35). No outono de 1911, morre Mestre Abílio: “Mestre Abílio caiu com as folhas dos plátanos, no outono seguinte [ao da implantação da República, referida no Capítulo anterior]. Desde o fim da primavera que, por causa de se lhe ter agravado a doença, António deixara de ir regularmente para a sua oficina.” (Sá, 2003: 127).

Capítulo XIX –

Entramos no ano de 1912. António, determinado a cumprir o desejo de Mestre Abílio, decide representar o drama da vida de Cristo, “Os Dois Judas”, romance escrito por Pedro Luna. O professor não regressa, dado que “ia casar por altura do Natal” (Sá, 2003: 132).

Capítulo XX –

Uma eclipse de dois anos, muito provavelmente, ancora a história em 1914<sup>54</sup>, ano da morte de Pio X<sup>55</sup>. “A guerra não era mais do que uma sucessão de notícias chegadas de longe, e os pobres tinham a vantagem de estarem pouco habituados a usar dinheiro, pelo que mal notaram a subida de alguns preços.” (Sá, 2003: 135) -, e, provavelmente, em 1915, ano da eleição de Teófilo Braga<sup>56</sup>. Um outro ‘branco’ textual faz-nos transitar para 1917: “Nossa Senhora aparecera em Fátima, o que era negado por muitos e acreditado pelo menos por outros tantos, apesar de nem estes nem aqueles terem estado lá para poderem dizer ‘vi’ ou ‘não vi’.” (Sá, 2003: 135). Elvira

<sup>54</sup> “Para os Soldados Portuguezes” é uma rubrica recorrente na *Ilustração Portuguesa* de 1915: “As tres primeiras remessas enviadas para os hospitaes de França somaram em 21:378 peças, a maior parte em tecidos de lã por se avisinhar então o inverno; as duas destinadas aos nossos soldados (quarta e quinta), ascendem a 20.044 peças. Tanto o governo francez, como o portuguez foram efusivos em agradecimentos para com o ‘Seculo’ e para com os seus leitores por tão assinalado auxilio.” (28 de junho de 1915, p. 811, 2ª Série, Nº 488).

<sup>55</sup> À acusação, por parte do bispo, respeitante à aprendizagem da leitura, não se coíbe António de retorquir: “Saber ler pode ter-me feito mal, mas também me fez aprender coisas boas. E uma coisa que aprendi no catecismo de Pio X foi que para pecar é preciso ter a intenção de ofender a Deus, e eu não tive nenhuma.” (Sá, 2003: 145).

e em que a cidade do Porto assiste a uma revolta militar visando a substituição do regime monárquico pelo regime republicano em Portugal.<sup>57</sup>

#### Capítulo XXIV –

Este Capítulo, o da morte dos protagonistas durante, provavelmente, o ano de 1918 ou de 1919, é, sem sombra de dúvida, de uma inegável originalidade, na medida em que, espaço de uma impossibilidade real e textual, constitui um verdadeiro desafio para o leitor.

Atentemos no passamento das personagens.

1. Falecimento de António: *“António morreu. [...] A dor de Elvira e de Helena não era de chorar aos gritos. [...] Quando puderam falar, Elvira disse a Helena: ‘Deus o deu, Deus o levou.’”* (Sá, 2003: 152-153).

2. Falecimento de Helena: *“Helena morreu. Pela primeira vez, António admirou-lhe os olhos imóveis, lindos como se estivesse viva, como se finalmente visse. [...] Elvira ainda tinha a cabeça dela no colo, [...]”* (Sá, 2003: 153).

3. Falecimento de Elvira: *“Elvira morreu no terceiro dia depois de ter ficado doente. [...] Helena ouviu o ligeiro ruído do beijo [dado por António a Elvira], e perguntou se a mãe já tinha morrido. [...] O pranto de Helena quase não se ouviu.”* (Sá, 2003: 154).

Estamos, de facto, perante um Autor que desafia o leitor para participar num possível fechamento da sua novela, convidando-o a optar pela morte da personagem que mais lhe aprouver: a primeira Parca pode levar António, vindo a Parca segunda buscar Helena e a terceira Parca Elvira. Por um lado, assiste-se à liberdade de escolha firmada no início do derradeiro capítulo (XXIV):

*“E se a morte entrasse naquela casa?... Quem escolheria ela para ficar vivendo cá deste lado do cais a recordação de um adeus sem resposta?... Como viveriam António e Elvira sem Helena, ou Helena e António sem Elvira, ou elas sem ele?... E se a escolha*

*da morte fosse a de que ficasse ele ou uma delas somente, quem estaria na verdade morto?...”* (2003: 152); por outro lado, a restrição que o último parágrafo impõe, quando António informa o vigário de que há de trazer flores a Elvira: *“Eu li há tempos que se oferecem flores aos mortos por amor ou por remorso... – O vigário pensou que também lhe devia algumas. – E hei de rezar muitas vezes. Para que não lhe tenha custado muito viver neste mundo.”* (Sá, 2003: 157).

De um polo a outro, reflete o leitor, bipartido entre extremos, nos “possíveis narrativos” configuradores de um não “happy end”: mediante a abordagem prudente da extensão do flagelo (gripe espanhola), carregando logicamente uma vitimação letal, e mediante a conceção arguta da “forma” novela (construída em função de um final premeditado, para o qual concorre, de modo eloquente, o número reduzido de personagens), Daniel de Sá partilha com o leitor o seu universo de escrita não fracionária, volvida em não segmentária leitura. Não deixa, contudo, de o alertar tanto para os obstáculos ou escolhos com que depara o narrador no tocante à organização e encadeamento de sequências narrativas - a ordem do falecimento dos protagonistas é falaciosamente aleatória -, como para a possibilidade da sua remoção graças à elisão do *acmé* e subsequente suspensão do devir das personagens. Urge, neste contexto, referir o questionamento autoscópico das fronteiras entre vida e morte, metaforicamente traduzido pela simbologia inerente aos ‘dois lados’ do lexema “cais”.

Algumas conclusões, tão concludentes quanto nos permite a nossa competência analítica e argumentativa, deverão ser aventadas.

1. *A Terra Permitida* pode ser ‘rotulada’ de novela de cunho histórico, posto que procede, mais ou menos explícita e linearmente, à recriação de um quadro temporal que remonta, talvez, a 1880 (data do nascimento de Helena?) e se fecha, sem grande margem de erro, em 1918/1919. Longe de se assumir como herói épico, defrontando ou afrontando a História, António dá a sensação de a secundarizar, por coincidência ou acaso, em proveito do seu percurso pessoal. Passa, com efeito, o cortejo real enquanto ele faz a corte à sua ‘rainha’ Helena; quando o rei é assassinado, ei-lo que deplora menos a

<sup>57</sup> Segundo Hugo Rocha (1947: 196), *O Comércio do Porto* de 31 de janeiro de 1891, em notícia de última hora, e de 1 de fevereiro de 1891 foi o primeiro periódico a fazer a reportagem completa dos acontecimentos e a apresentar a relação dos feridos: *“[...] dezoito que foram recolhidos no Hospital da Misericórdia, vinte e oito no Hospital da Irmandade do Terço e Caridade e seis no Hospital Militar.*

*Quanto aos mortos, mencionam-se, apenas, três, [...]”*. Ver, igualmente, os artigos de Fernando de Sousa, de Pedro Batista e de António de Souza-Cardoso publicados in *O Tripeiro* (cuja fundação remonta, curiosamente a 1908, ano de Regicídio) de janeiro de 2010.

perda do monarca do que a barbaridade do regicídio; a República é de supetão proclamada sem que a mudança de regime político lhe dite qualquer reação ideológica; por fim, chega a guerra e a guerra vai, vendo-se o protagonista impedido de rumar a França por “*um temporal tamanho que não permitiu que zarpasse o navio [...]*.” (Sá, 2003: 135).

2. Também pode, *A Terra Permitida*, ser catalogada como uma novela de aprendizagem ou de formação, remetendo para a “*notion d’apprentissage, qui renvoie au sens propre à l’état d’apprenti, à l’action d’apprendre un métier en général manuel, même si elle peut englober par extension tout acte d’apprendre, [...]*” (Locatelli, 1998: 30). Cumpre, nesta conjuntura, estabelecer a distinção teórica entre romance de aprendizagem ou formação (já anteriormente definido), romance de educação e romance iniciático ou de iniciação. Se este último se refere, numa aceção restrita e não lata, aos mistérios da sociedade revelados ao neófito que nela vai ser admitido, caracteriza-se o segundo pela presença contínua do herói e do seu ‘guia’, bem como de personagens detentoras de valor simbólico, diferindo do primeiro no sentido em que a pedagogia predetermina o itinerário da formação, em vez de o curso e de o decurso da formação tenderem para o aparecimento da pedagogia. A partir destes incipientes considerandos teóricos, é mister definir a novela em causa como novela de aprendizagem centrada em António, que tanto incrementa a autoformação como incentiva à heteroevolução formativa. Nesta sequência, António, discípulo do professor, não só aprende a arte de marceneiro mas também se inicia na leitura e na música, para não falar da “cantoria” à desgarrada na qual iguala o Manuel Tobias da Ribeira Grande e igualaria, eventualmente, o José Plácido, não fosse o caso do adoecimento do ‘Mestre’<sup>58</sup>. Do mesmo modo, Helena, discípula de António, aprende paulatinamente a superar as limitações da sua cegueira,

convencendo, através desta superação, sua mãe Elvira a obliterar as raízes secretas de uma revolta adormecida e de um remorso bem desperto. Por seu turno, se Manuel Tobias se rende ao talento de António<sup>59</sup>, o vigário e o bispo, que o excomungam, com ele aprendem o pleno sentido da primeira virtude teologal: “António disse que só tinha mais uma pergunta a fazer. ‘*E, se eu não tiver pecado, Deus excomunga-me também ou isso fica só entre a gente?*’ O bispo viu-se forçado a responder que nesse caso a excomunhão não valia de nada, e disse-o com convicção. Quando ficou sozinho com o vigário, desabafou: ‘*Este homem tem mais fé do que nós!*’” (Sá, 2003: 146).

3. Por fim, *A Terra Permitida* pode ser classificada como uma novela sociológica, como um estudo dos costumes e mentalidades de um tempo redescoberto pela escrita. De facto, num povoado rural micalense, onde a existência se rege pelo ciclo de estações e pelas fainas agrícolas cíclicas, ressalta, inexoravelmente, a desigualdade social: por um lado, a superioridade do morgadio endinheirado, a supremacia cultural do professor e a autoridade espiritual do vigário; por outro, a pobreza que educou e educa o povo, visível na “ceia de couves” em casa de Elvira - “*Quando dei por mim, só tinha quatro batatinhas em casa. A gente amanha-se assim mesmo - [...]*” (Sá, 2003: 45) - e na falta de sapatos dos parentes da irmã de António: “*Quando a irmã subisse a igreja a caminho do altar, acompanhada por uma dúzia de parentes, ou poucos mais, porque os outros não tinham sapatos, [...]*” (Sá, 2003: 79). Defluindo desta condição de vida isleña veem a quase inaniade<sup>60</sup> e uma certa modorra, provavelmente mescladas de ávida curiosidade, as jaculatórias de temor face aos sismos<sup>61</sup>, deixando transparecer a religiosidade popular, a ignorância responsável pela confusão entre o nome de uma doença e um palavrão de má catadura<sup>62</sup> e o paliativo que vai sendo o “vinho abafado”<sup>63</sup>, mitigador da multimoda miséria. Num microcosmo insalubremente fechado

<sup>58</sup> “A quadra de José Plácido é dele mesmo, que viveu no tempo em que esta história se passa.” (Sá, “Pessoas e Personagens”, 2003: 7)

<sup>59</sup> “*Totalmente reconciliado com António e a assistência, Manuel Tobias concluiu: ‘Viva este cantor novo,/Que eu já me estou a acabar,/Galo que saiu do ovo/Já cantando a bom cantar./Para o defender, o povo/Não tem de me condenar.!!’*” (Sá, 2003: 111).

<sup>60</sup> “*Os vizinhos que estavam sentados pelas soleiras e valetas, a gozar um pouco de ar fresco e descanso, [...]*” (Sá, 2003: 44).

<sup>61</sup> “*Estando os sentidos atentos a todo o aviso de tremor, as portas foram-se abrindo uma a uma, com famílias inteiras a virem para a rua aos gritos de ‘Louvado seja Deus!’, ‘Credo em cruz, Santo Nome de Jesus!’ [...]*” (Sá, 2003: 75).

<sup>62</sup> “*O doutor Guilherme Fraga Gomes [...] Por causa de uma briga entre duas vizinhas, [...] seria o inventor voluntário de um palavrão que depressa se tornou popular. Uma delas, que esgotara o léxico próprio, pediu ao seu rico Dr. Fraga, providencialmente aparecido, que lhe ensinasse uma praga para atirar àquela má mulher. Ele, condescendente, [...] sugeriu-lhe que dissesse: ‘Que te pegue uma apoplexia!’ Feliz com o palavrão sábio, logo ela gritou à inimiga de ocasião: ‘Que te pegue uma pelacia!’ E assim se repetiria indefinidamente, para servir de alívio nos pequenos contratemplos da vida.*” (Sá, 2003: 59).

<sup>63</sup> “*O vinho abafado faz-se misturando álcool a vinho doce – vinte e quatro horas depois de espremidas as uvas – também na proporção de quatro para um. E o vinho licoroso obtém-se fervendo vinho de cheiro com álcool e açúcar.*” (Sá, 2003: 70).

sobre si mesmo, quase autofágico, óbvio se torna que a mentalidade retrógrada não tarda a pisar as luzes da ribalta: assim é que a mãe de Elvira, num tempo remoto, não perdoa à filha a vergonha de ter engravidado e, sobretudo, de não haver contraído matrimónio; a própria Elvira, numa franja temporal mais próxima, encara a cegueira e a esterilidade de Helena como estigmas punitivos da sua aventura sexual, que ela designa, dado o carácter infamante de que se reveste a seus olhos, por “pecado”; se o pai de António não o matricula na escola por necessitar de braços infantis para a lavoura, já a mãe, uma vez adulto, tece imprecações veementes contra o seu conúbio com uma cega; para culminar este repositório preconceituoso, repassado de ideias feitas, recebidas e geracionalmente propaladas, o vigário censura, num primeiro tempo, António por este manifestar o desejo de aprender a ler e, numa segunda etapa, culpabiliza, perentório, o aprendizado da leitura pela atitude crítica que, muito embora impoluta, ele considera transgressora.

É esta, afinal, A Terra Permitida, onde impera uma axiologia incipiente que um maniqueísmo simplista configura. Se ela não se afigura ser A Terra ‘Prometida’... não se identificará, quicá, com A Terra ‘Proibida’, terra de medo e de degredo?

## Bibliografia

- Arriaga, Manuel d’ (1916), *Na Primeira Presidencia da Republica Portuguesa. Um rapido relatorio*. Lisboa, Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 3º Milhar.
- Braga, Teófilo (1912), *Soluções Positivas da Politica Portuguesa*. Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, editores, Volume I.
- Cartas de D. Manuel II a Edgar Prestage, 1926-1932* [1952]. Traduzidas por Luís Cadim. Prefaciadas e anotadas por António Álvaro Dória. Fundação da Casa de Bragança.
- Costa, Vasco Pereira da (1978), “O Manel d’Arriaga” in *Nas Escadas do Império*. Coimbra, Ficção – Centelha, pp. 29 a 36.
- Diário de Notícias (O)* (de 11899 a 1900).
- Fernandes, Agostinho (1988), *Alberto Sampaio*. Vila Nova de Famalicão – Departamento de Cultura e Ação Social e Educação.
- Ferrão, Carlos (1961 – Data da “Razão deste livro”), *Em defesa da Verdade. O Regicídio. Os Adiantamentos. A Diplomacia de D. Carlos*, Editorial Século.
- Honrado, Fernando (1993), *A queda da Monarquia. Da Ericeira a Gibraltar vai um Rei*. Apresentação de João Marques de Almeida. Lisboa, Acontecimento, Estudos e Edições, Lda., col. “Serpente Alada”.
- Hutcheon, Linda (1988), *A Poetics of Postmodernism – History, Theory and Fiction*. New York and London, Routledge.
- Ilustração Portuguesa* (de 7 de junho de 1915).

Júnior, José Luiz Foureaux de Souza (2000), “O narrador, a literatura e a História: questões críticas” in Boëchat, Maria Cecília Bruzzi, Oliveira, Paulo Motta e Oliveira, Silvana Maria Pessoa de (org.), *Romance Histórico. Recorrências e Transformações*. Belo Horizonte, Fale, UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Estudos Portugueses. pp. 27-44.

Leite, Teixeira (1978), *Como nasceu A PORTUGUESA*. Lisboa, col. “Portugal ontem, Portugal hoje”.

Locatelli, Aude (1998), *La lyre, la plume et le temps. Figures de musiciens dans le “Bildungsroman”*. Tübingen, Niemeyer.

Lukacs, Georges (1972), *Le roman historique*. Traduction française de Robert Saille. Préface de Claude-Edmonde Magny. Paris, Payot.

Macedo, José de [relator] (1923), *Programa do Partido Republicano Radical. A Republica perante os problemas nacionaes*. Lisboa, Arcádia de Portugal, Editora.

Malheiro-Dias, C. (1912), *O Estado Actual da Causa Monarchica*. Lisboa, Typ. José Bastos.

Pimenta, Alfredo, *O pensamento politico do Senhor D. Manuel II através das suas cartas* (1932). Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior.

Marinho, Maria de Fátima (2004), “O discurso da História e da Ficção: Modificação e permanência” in Maria de Fátima Marinho (org.), *Literatura e História*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, Volume I, pp. 351-363.

Relvas, José (1978), *Memórias Politicas*. Prefácio e Notas de Carlos Ferrão. Lisboa, Terra Livre, col. “Portugal ontem, Portugal hoje”.

Rey, Pierre-Louis (2000), *Le roman*. Paris, Hachette Supérieur, col. “Contours Littéraires”.

Rocha, Hugo (1947), “Há cinquenta e seis anos, numa gélida e nevoenta manhã, o PORTO assistiu a uma revolta militar” in *O Tripeiro*, V Série, Ano II, Nº 9, janeiro de 1947, pp. 193 a 197.

Sá, Daniel de (2003), *A Terra Permitida*. Lisboa, Edições Salamandra, col. “Garajau”.

*Tripeiro (O)*, 35º Anno, 1899, Nº 12.236, domingo 31 de dezembro.

*Tripeiro (O)*, 7ª Série, Ano XXIX, Número 1, janeiro de 2010.

ICONOGRAFIA

A TERRA PERMITIDA... NO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

ANEXO Nº 1 –



N.º 3 — JULHO 1956 — V. Série — Ano XII

Devese pensar em divulgação e cultura, no serviço da cidade e do seu progresso

Director:

D. A. DE MAGALHÃES GASTO  
Editor e proprietário:  
ANTÓNIO SARDINHA

Impressão e distribuição: Litografia de S. Domingos, 26, L.ª, Porto, Tel. 2074  
Conta a giro no Tríplice: 547984-00000, L.ª — 5.ª Avenida, 22 — Porto  
VENDA PELA EDITORA DE CONSUMO

## «Vivas à República» na Foz do Douro em 1841

**N**a dia 11 de Outubro de 1841, António Luis de Abreu, que então servia de administrador geral do Porto — cargo equivalente ao dos governadores civis de hoje — recebeu informação particular de que factos anormais se haviam desenvolvido dentro da área do seu distrito, dois ou três dias antes; disse-lhe-lhe «que, na povoação de S. João da Foz, tinham sido percorridas nos dias 8 e 9 do corrente algumas ruas por sujeitos a cavalo, conduzindo, uns, bandeirinhas de cores, outros, clarins de folha de Fiandres, à intuição de porta-voz, fazendo alarido, e algazarra, e proferindo vozes crimonosas de «Viva à República!» — a que também acrescentavam «Viva o Senhor Bispo!» (Nessa época era D. Jerónimo da Costa Rebelo o bispo eleito e vigário capitular do Porto).

Embora se citassem os nomes dos desordeiros, faltavam pormenores seguros e oficiais. A importância política do caso parecia nula. Mas, fosse como fosse, era evidente que tinham sido ofendidas as instituições do reino. Se o Altar não fora desrespeitado, outro tanto se não poderia, a rigor, dizer do Trono...

Sua Ex.ª o administrador geral do Porto tinha de providenciar. E assim fez. Officiosamente ao administrador do juízo da Foz do Douro, ordenando-lhe que, sem perda de tempo, se dirigisse a essa localidade, não só com o fim de averiguar «com o maior escripto e exactidão aquelle acontecimento», mas também para interrogar o regedor da paróquia sobre o motivo por que

não se apresentara, como era sua estrita obrigação, a participar aos seus superiores hierárquicos a ocorrência de factos «que as leis proíbem e as autoridades não podem deixar sem castigo»!

O administrador do juízo foi à Foz — (quem imaginará o que era ir do Porto à Foz, há exatos e quinze anos! Não era bem como hoje. Ah! isso não! Naquela tempo os meios de transporte mais vulgarmente usados para a viagem da Foz eram o barco e o cavalo. Quem não tinha muita pressa podia tomar lugar num dos monumentais omnibus da época — o carroção puxado a bois! — ou ir ali à Praça Nova, e alugar um valentíssimo gercico dos matos que para tal fim, competentemente apalhados para homem ou para anhora, estacionavam, ao lado das cadeirinhas, junto do chafariz



... O REI MANUEL ESTREVA NA CATEDRAL, 1790 DE TERCEIRO, O DIA DE S. DOMINGOS...  
Desenho por João Alvares.

ANEXO Nº 2 – ÓLEO DE D. CARLOS NA CAPA DE O TRIPEIRO DE setembro 1947 (V SÉRIE, ANO III, Nº 5).



CASTELO DO QUEIJO  
Estudo, óleo, por D. Carlos de Bragança (1863-1908).

Museu-Biblioteca de Vila Flor.

ANEXO Nº 3 – O TRIPEIRO, ANO XIV, V SÉRIE, JULHO DE 1958, Nº 3.

**Há 50 anos...**



EL-REI D. MANUEL II  
este se instituiu da Real  
Companhia Velocidade do Norte  
de Portugal, acompanhado pela  
Direção dessa grande organi-  
zação e retirado pela  
na Comissão e numerosos  
populares.

No âmbito do centenário, esta figura  
realçada as suas representações perso-  
nalidades históricas e contemporâneas, S. M.  
deuses e dos milénios, que aqui se  
repetem em Portugal.

*D. Manuel II*

**CHRYS CHRYSTELLO AICL, 16º COLÓQUIO DA LUSOFONIA, 30 SETEMBRO - 5 DE OUTUBRO 2011 EM SANTA MARIA, VILA DO PORTO, DESCOBRIR DANIEL DE SÁ OU O POETA DAS CASAS MORTAS II.**

Este é o autor que primeiro descobri e traduzi. Depois dele viriam Dias de Melo, Valadão Serpa, Onésimo de Almeida, Urbano Bettencourt, Cristóvão de Aguiar, Vasco Pereira da Costa, Eduardo Bettencourt Pinto, apenas para mencionar os que estiveram nos Colóquios) e muitos outros que fui lendo e traduzindo. Creio que posso dizer que conto com eles como amigos e companheiros. Cheguei a esta idade sem ter um autor amigo embora amigos tivesse que eram Autores. Foi com eles - e com muitos outros que não nomeio por desfastio - que cresci a apreciar e a ler autores de matriz açoriana.

**FALO HOJE e AQUI DE** Daniel de Sá, um escritor e um amigo, cuja obra comecei a traduzir antes de o ler, de ser amigo, antes mesmo de saber a cor e o cheiro dos seus lugares de infância e de calcorrear as ruínas onde habitou e das quais se serviu para essa obra que é o *“O Pastor das Casa Mortas”*. Nesse livro e no plano da linguagem, o autor <sup>64</sup>dá-se ao luxo de exportar, por efeitos de mimética, para uma das regiões mais interiores e montanhosas de Portugal, a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados por entre o pastoreio numa verdadeira apologia da solidão física e mental que é o retrato de Manuel Cordovão esse lusitano de um amor só para toda a vida. Como o autor diz, logo a começar, trata-se de um livro dedicado *“Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal.”*

Mas não é da Beira Alta que se fala, nem do pastor, nem das casas, é sobretudo das memórias de casas onde o autor viveu e construiu, lentamente, uma teia de imagens, sentimentos e de princípios que nortearam a sua vida. Só conhecendo as ruínas, as pedras que foram casas, os campos que foram pastos e hoje perderam o cheiro, nos podemos vangloriar de entender a sua escrita mariense que sempre o marcou apesar de ter passado a maior parte da sua vida na micalense Maia.

Guardadas na infância, as reminiscências, fragrâncias e as colorações perpassam ao longo de quase uma centena de páginas numa narrativa utilizando terminologia

---

<sup>64</sup> (ed. VerAçor 2007)

neutra (i.e. não insular) que deve ser lida como uma ode ao açoriano isolado, de si e do mundo, num amor perdido que se encontra apenas quando Caronte ronda, tal como o açoriano expatriado que volta à ilha para morrer.

Como diz o autor noutra obra *“Embora eu vivesse numa ilha pequenina, a cinco minutos de um passeio calmo até ao aeroporto de quase todas as companhias aéreas que havia no Mundo, isso para o caso pouco importa!* Aliás esta transposição da naturalidade geográfica do personagem deixa-nos permanentemente na dúvida se a Teresa do *“Pastor”* não será irmã gémea da outra personagem feminina que acompanha os seus passos numa digressão do livro *“Santa Maria: a Ilha-Mãe”*. Trata-se de uma visita não só ao Despovoamento do país real, montanhoso, interior e árduo de Portugal mas ao próprio *“despovoamento das ilhas”*. Aqui não se resgata o imaginário coletivo naquilo que tem de mais genuíno e identificador, antes pelo contrário, se dá a palavra a uma erudição improvável de um apascentador de cabras.

Aqui não há a memória plural das *“Saudades da Terra”*, que vem desde os tempos de Gaspar Frutuoso, mas sim uma ficcionalização dum fenómeno que não se mimetiza apenas na digressão pela Beira Alta. *As Casas Mortas* são-nos apresentadas como um resultado inevitável e inelutável ao longo da vida do personagem principal, sem que a sátira ou o humor permeiem a couraça de convicções de Manuel Cordovão, quiçá à semelhança do autor. Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe dar na sua tradução em inglês a sonância, a cromia, a harmonia e a poesia das prosas.

De início pensei que seria ocasião única, mas rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada. O resultado é uma prosa rica, densa e tensa, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que nos prende da primeira à última página e me levou a ficar órfão intelectual desde que acabei de traduzir o livro. As suas personagens e a sua escrita fazem de tal modo parte da minha vida que sinto uma espécie de síndrome de Estocolmo, fiquei cativo e apaixonei-me pelos captivos...e agora, como vai ser?

Já o outro livro, traduzido na mesma época, *“Santa Maria Ilha-Mãe”*<sup>65</sup> é uma viagem ao passado, permeada de uma nostalgia quase lírica e uma trova à magia da infância e das suas colorações simples mas bem nítidas.

<sup>65</sup> (editado em 2007)

Fala-se de como os Açores conviveram com o isolamento ao longo dos séculos, sob a ameaça constante dos ataques de piratas, a inculcar ainda mais vincadamente as crenças de origem religiosa — numa ilha que felizmente não foi muito assolada por terramotos nem explosões piroclásticas. Essa *mundividência*, leva-nos naquilo que pode ser considerado o mais interessante guia ou roteiro turístico desta ilha que ora começamos a conhecer.

O título gerou controvérsia, quer na versão portuguesa quer inglesa (*Santa Maria: Ilha-Mãe; Santa Maria, Island Mother*), e como o próprio autor notaria: “*Não se trata de "mãe" com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos, tanto mais que os liguei com hífen em Português. Como ... uma ilha que é mãe também...*”

Diz-nos o autor que “*O Clube Asas do Atlântico era um dos meus quatro lugares míticos. Os outros três, também sagrado um deles, eram a capela de Nossa Senhora do Ar, o Externato e o Atlântida Cine. Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro*” e todos nós - ao lê-lo - sentimos com ele, os cheiros, as cores e as toadas que nos descreve.

Estes dois livros pertencem a um mesmo tempo, em que “*falar do passado açoriano é, também, falar do seu presente, e referir-se ao presente é remeter inapelavelmente ao passado, o que mostra a unidade e a solidez de propósitos do livro*”, como diria Assis Brasil, referindo-se ao notável e quase único traço constante de profundo humanismo que informa os textos. Todas as suas personagens, são de tal forma credíveis que nos sentimos transportados ao local e vivemos partilhando os sentimentos dos interlocutores.

Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald, “A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte.”<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> “Translation, like writing, is both art and craft, with a touch of alchemy. When translator and author actually get to meet, the result can be inspired. Nuance is what translates language into art.” Ann-Marie is a Toronto-based writer and actor. She has received accolades for her playwriting, acting and writing. Her play Goodnight Desdemona (Good Morning Juliet) won the Governor General's Award for Drama, the Chalmers Award for Outstanding Play and the Canadian Authors' Association Award

Assim, como tradutor desloquei-me, de novo à ilha em 2010 para conhecer as pedras, as casas e as ruínas do autor que em 2006 mal conhecia quando o comecei a traduzir e a quem aqui hoje rendemos preito. Calcorreei montes e vales, falei com gentes e saltei sebes e muros para ver de mais perto essa memória que criara a magia do livro “O Pastor das Casas Mortas”.

E a este respeito escrevia o autor em 2/9/2010

*Emocionei-me mesmo, corisco adotivo dum raio. Eu sabia que facilmente descobririas a casa da Ribeira do Engenho bem como, mais facilmente ainda, as ruínas da casa do pastor de ovelhas, de cabras e de vacas. Aquela casinha da Ribeira do Engenho mantém-se tal e qual era há sessenta anos, quando nos mudámos para a de Santana, a tal que nunca tinha sido chamada casa antes de lá morarmos.*

*Um forte abraço, comovido. Daniel*

E à tarde nessa data, acrescentava:

*Apesar de tudo, tenho saudades daquelas pedras. Elas não tinham culpa de não terem qualquer nobreza. Nós demos-lhes a possível. De carácter, claro. Obrigado. Obrigado. Um forte par de abraços.*

Bastaram as fotos que eu tirara em Santa Maria às “ruínas do Daniel” como então lhes chamei, para provocar uma avalanche de recordações que vinham à tona como se tivessem ocorrido na véspera:

Em 9 de outubro 2010, [daniel.de.sá](mailto:daniel.de.sá) escrevia

*... a Sr.ª Francelina e a Almerinda! Meu Deus, como me lembro bem delas! Pois é, e além daquilo tudo ainda cabia a máquina de costura! O que valia é que as mãos de minha Mãe eram tão pequeninas que quase não ocupavam espaço. Mas olha que eram mãos de fada, lá isso eram. Iam várias senhoras do Aeroporto lá a casa à costura e havia raparigas que iam aprender. Aquele retangulozinho dava para tantas coisas e tanta gente! Até se dançava pelas festas principais do ano. Pendurava-se o porco ou deixava-se a carne em*

for Drama. She won a Gemini Award for her role in the film Where the Spirit Lives and was nominated for a Genie for her role in I've Heard the Mermaids Singing. Her first novel, Fall On Your Knees, was published in 1995 to much critical acclaim in Canada and abroad. Her latest book, The Way the Crow Flies, was shortlisted for both the Giller Prize and Governor General's Award. [http://www.banffcentre.ca/programs/93\\_words/2007/biltc/past\\_programs.aspx](http://www.banffcentre.ca/programs/93_words/2007/biltc/past_programs.aspx)

*alguidares pelo chão, vigiada pela Durana (a cadela que se tornou uma lenda). Havia senhoras com o corpo assim mais para o menos bem feito que gostavam muito do trabalho de minha Mãe, que lhes ajustava o tecido como se elas fossem manequins. Quando meu Pai morreu, tínhamos uns blocos de cimento que tinham sido feitos nos Anjos e estavam postos a secar no murinho do adro da ermida. A minha irmã ia comigo todos os dias regá-los para não racharem e ninguém os roubou nunca! Eram para fazer uma casita, que a Câmara tinha autorizado usar os terrenos baldios em frente aos nossos pastos, numa parte larga da canada. Vendemo-los e serviram para pagar a renda desse ano ao "menino" José António Arruda. A dívida corrente de uma mercearia, nas Pedras de Santo Antão, ficou por pagar. Só a pude pagar cinco anos mais tarde (vim só com o 4º ano). Pedi a um compadre meu que passasse por lá, a perguntar quanto era a dívida, que eu iria em breve na minha primeira visita de saudade e queria pagá-la. Eram 900\$00. O dono da loja, que nunca imaginara poder receber aquele dinheiro, disse ao meu compadre: "Ainda há gente séria neste mundo!" Graças a Deus, não éramos dos piores... Mas que estou para aqui a dizer? Esta conversa não interessa a ninguém, só a mim e às minhas saudades. Culpa do Chrys, que me trouxe para aqui estas coisas memoráveis. Abraços. Daniel*

Em 10 outubro de 2010, o autor voltava à carga emocional que as fotos das ruínas da sua velha casa em Santa Maria lhe inspiravam:

*Vou falar só mais um pouco a propósito das fotografias do Chrys. Só lhes falta o cheiro. Foi precisamente do cheiro que mais falta senti, quando no verão de 2009 fui a Santa Maria depois de dezanove anos sem lá ter posto os pés. Os nossos pastos, sobretudo à volta da casa, eram amarelos e azuis da macela e do poejo. No resto a paisagem estava cheia de murta, giesta ou juncos. Arrotearam tudo. Ficou sem pasto nem jardim. Já não cheira. No Aeroporto, dos velhos cheiros, nada. Só um arzinho dele na casa da Ana [Loura]. A capela de Nossa Senhora do Ar ardeu, e foi substituída por aquela, muito parecida, mas de cimento. Resistiu a torre, que é de pedra, como pudestes ver. Meu Pai trabalhou na sua construção. Chegou a levar às costas uma pedra de duzentos quilos, que está lá, com certeza. Foi no alto daquela torre que meu Pai me mostrou (a única vez que o fez) que ficara muito satisfeito com uma classificação minha. Só confessava a sua satisfação às escondidas, a minha Mãe. Creio que o dizia aos amigos. Ele pedira-me para eu ir fazer qualquer*

*trabalho relacionado com as vacas. Eu tinha de estudar, porque ia haver chamadas orais de Francês, mas disse que não fazia mal, havia de me desenrascar. Meu Pai, que chegou a dizer que então iria ele, estava tão cansado que aceitou que eu fosse. No outro dia fui ter com ele ao cimo da torre, e perguntou-me de imediato: "E então?" Eu respondi: "Tive quinze." Beijou-me, muito contente.*

*Aquelas silvas, em primeiro plano nas fotos das ruínas da casa, davam umas amoras diferentes de todas as que conheço. Embora gradadas, não eram tão doces como as outras, e tinham uma pelica branca, muito ligeira, a cobri-las em parte. Em buracos das pedras daqueles muros as abelhas selvagens construíam uns favos em barro (dois ou quatro) onde faziam um mel castanho, muito escuro, depositando um ovo em cada favo. Eu ia muitas vezes, mais um amigo da minha idade, à procura desses favos, a que chamávamos casulos. Abríamo-los com um espeto e chupávamos o mel trazido na ponta do próprio espeto. Esta espécie de abelhas é tão rara que o Dr. Virgílio Vieira, biólogo, que estuda esse tipo de bicharada cá nos Açores, nunca tinha ouvido falar delas. As matas do Aeroporto perderam o cheiro também. As árvores cresceram muito e são muito menos do que antigamente. O hotel também ardeu, não poderia cheirar como antes. O Clube Asas do Atlântico envelheceu tanto que lhe fizeram uns transplantes, pondo cimento onde havia madeira. Pronto, não se fala mais nisso. Eu teria praticamente uma história para cada foto, já disse. Mas poupo-vos. Abraços. Daniel 10 outubro 2010*

Não fiz esta segunda viagem à Ilha-Mãe como amigo do autor, mas como tradutor de um escritor que aprecio. Pode nunca ganhar a fama de um Prémio Nobel mas escreve para quem gosta de o ler e tem sido nossa missão nos Colóquios divulgá-lo e traduzi-lo. Muito há para fazer ainda neste campo mas para já convém partilhar convosco esta relação umbilical nunca cortada entre o autor e a ilha, e para isso nada melhor do que um texto do Daniel intitulado: SANTA MARIA, UMA DECLARAÇÃO DE AMOR

*Considero-me um privilegiado quando me chamam mariense. Porque, como filho destas ilhas, tenho a sorte de ter pai e mãe. Foi meu pai São Miguel, minha mãe, Santa Maria, e se se pode ter dupla nacionalidade, por certo que poderá ter-se dupla "insularidade".*

*Sou mariense, sim, e julgo que de pleno direito. Cagarro e santaneiro. O que foi outro privilégio, ter vivido em Santana. Mais de oito anos, depois de quatro*

*por São Pedro, na casa do Sr. Armando Monteiro, e seis meses na Ribeira do Engenho, numa casinha que era toda ao pé da porta e tinha o telhado à altura do caminho.*

*De São Miguel saí ainda de cabelos compridos, de que guardo uma vaga memória mas somente do dia em que nos cortaram, já em São Pedro. Antes disso, e da ilha onde fui gerado e onde nasci, só sei o que me contava minha mãe. Tempo esse em que uma criança de dois anos podia andar pelas ruas e ir até longe, no longe relativo do tamanho do corpo, sem deixar preocupado quem quer que fosse. Palmo e meio de pernas bastava para fugir facilmente das rodas de uma carroça ou de um carro de bois.*

*Muito cedo comecei a ser aluno da vida, em Santa Maria. Que belas lições recebi! Recordo a sabedoria de um povo a quem vi cavar um poço antes do tempo da sede. Aprendi a sua bondade em coisas tão simples como aquelas grandes pedras, postas ao alto à semelhança de pequenos menires, onde o gado ia roçar-se placidamente. A minha definição como pessoa começou a fazer-se com estes e com outros ensinamentos casuais ou espontâneos, sem pedagogia diplomada.*

*Pode parecer um contrassenso considerar um privilégio ter vivido em Santana, porque aquela era uma das aldeias mais rurais de Portugal. Nem havia sequer uma canada razoável que lhe fosse caminho. A que existia servia, em parte, como leite de uma ribeira, onde aflorava a rocha irregular posta a descoberto pela erosão. Durante séculos, foi a única via que levava a Vila do Porto. Maior isolamento do que aquele é difícil de imaginar. Ainda assim, em Santana nasceram e viveram pessoas de grande valor humano e social. Prodígios da superação.*

*De súbito, tudo mudou em 1945. Em Santana propriamente não, porque ela ficou imutável na sua rústica ancestralidade. Mas, mesmo ali ao lado, fora feito um aeroporto para ser um dos melhores e mais concorridos do Mundo. A Vila deixou de ser a principal referência, porque até na religião os de Santana se tornaram como que paroquianos da capela de Nossa Senhora do Ar, que antes fora lugar de culto de protestantes, católicos e judeus. Ia-se e vinha-se usando atalhos desenhados por milhões de passadas, cortados aqui e ali por muros que era preciso saltar. A aldeia isolada ficara a poucos minutos de um mundo novo e impensável. Mas aquela gente recebeu-o quase com a mesma naturalidade com que via nascer o Sol todos os dias, o Sol que gretava o solo árido no verão, depois de secos os lameiros do inverno.*

*Aquela gente, que resistira à angústia da fome, numa penúria humilhante e indigna da condição humana. Como um pouco por toda a ilha, aliás. Mas que manteve uma dignidade bíblica, porque a dignidade é um estado de espírito mais do que uma afirmação social.*

*A nossa casa nunca fora chamada casa antes de lá morarmos. Nesse tempo, era um absurdo pensar que quem tivesse menos de dezasseis anos não podia trabalhar. Não o proibia a lei, e a isso obrigava a necessidade de as mães não terem falta do que pôr na mesa à hora de comer. Apesar disso, não lamento nada da minha infância.*

*Fui pastor de cabras, de ovelhas e de vacas. Cavalguei em pelo e sem esporas nem freio, como os índios. Nunca ninguém me ensinou a ter medo do dia nem da noite. Fui cowboy ou índio na mata de Monserrate e nas do Aeroporto. Mas não estraguei nenhuma árvore, nem os meus companheiros de aventuras. Conte histórias ao meu amigo Elias, e contava-me ele outra por cada uma das minhas. Matávamos o menor número possível de personagens, quer fossem índios ou bandidos. Apenas o essencial para haver vencedores e vencidos.*

*Entretanto, ia aprendendo em livros ou num quadro preto. Primeiro na escola de Santana. Com a D. Eduarda na 1ª classe, a D. Doroteia, na 2.ª, a D. Úrsula, na 3.ª, a D. Francisca, na 4.ª. Continuam a ser das minhas heroínas preferidas. Fizeram o milagre de me ensinar a ler, de explicar que povo somos e a que terra pertencemos. Depois veio o Externato. Juntei à minha lista de heróis e de heroínas mais uns quantos predestinados para o bem e a sabedoria. Passei a pertencer também à geração do Cavaleiro Andante, sem dúvida a mais prodigiosa publicação juvenil que houve em Portugal. Não tínhamos dinheiro para livros nem revistas, por isso era o José Guilherme Correia que mo emprestava sempre. E alguns livros também, como o José Vieira Souto Martins, um amigo de que nada sei há meio século. Foi assim que pude ler Emílio Salgari, Mark Twain ou Enid Blyton.*

*E havia o Clube Asas do Atlântico. O Asas! Nunca ninguém me pôs na rua nem mostrou desagrado pela minha presença. Nem imaginavam o bem que me estavam fazendo. Ali ouvíamos os relatos do futebol e do hóquei das nossas alegrias patrióticas. Era onde eu tinha à disposição os principais jornais que se publicavam em Portugal. Um dos mais bem escritos era A Bola, e por isso, ao mesmo tempo que a rivalidade entre o Sporting e o Benfica era um dos principais fatores de unidade dos Portugueses, o desporto, contado*

naquele jornal que mudou tanto que se pode considerar extinto, era também uma lição de cultura.

Não longe, o campo dos jogos épicos do futebol romântico de dois defesas, três médios e cinco avançados. Com o mítico Badjana a dar os últimos pontapés na bola, jogando pela equipa da Direção do Serviço de Obras, onde meu pai trabalhava. Depois veio outro clube, o de Gonçalo Velho, para o qual minha mãe e minha irmã bordaram os primeiros emblemas.

No entanto, a alegria suprema tinha lugar reservado no Atlântida Cine. O seu porteiro deixava muitas vezes as crianças entrarem sem pagar bilhete. Por isso o Sr. Cardoso faz parte da minha lista de heróis particulares. E o grito “ó Cardoso, apaga a luz” ainda ecoa nas minhas recordações como o anúncio de todas as claridades. Outro benfeitor de homens a haver.

Na capela de Nossa Senhora do Ar aprendi o lado mais humano da vida. Aquele que pensa acima de tudo no que nos distingue dos irracionais. Se é certo que sem uma fé sobrenatural se pode ser boa pessoa, o cristianismo à maneira do Padre Artur é o testemunho do bem na Terra.

Mas qualquer pedaço de mundo vale pelo que vale a sua gente. A do meu tempo era feita destas e de outras figuras que marcaram o modo de ser de um tempo e de uma geração em que havia na ilha mais forasteiros do que naturais dela. Sorte nossa que a maior parte dos que em Santa Maria buscaram um pouco mais de fortuna ou um pouco menos de infortúnio eram pessoas de deixar saudades. Por isso o reencontro com velhos pioneiros dos tempos modernos da Ilha de Gonçalo Velho é sempre um momento de festa que dificilmente tem semelhança quando as amizades foram feitas por outras bandas.

O próprio aeroporto, começado a construir durante a guerra, acabou por ser um lugar de passagem para a paz. Se, em 1918, Franklin Delano Roosevelt escolheu Ponta Delgada para apoio ao transporte de tropas a caminho da Europa, por aquelas pistas passaram sobretudo soldados de regresso a casa. O nome de código da operação, “Green Project”, era ele mesmo uma declaração de esperança numa nova era. Foi neste ambiente, um dos espaços nacionais onde mais se concentravam pessoas com ensino superior ou com uma cultura acima da média, que começou a germinar a minha vontade de fazer das palavras escritas um uso para além da obrigação de alguma carta familiar. Sem Santa Maria, sobretudo sem o seu Externato, eu teria ficado pela 4.ª classe, tal como todos os rapazes que nasceram na

Maia, em São Miguel, no mesmo ano que eu. Por um desses acasos que são difíceis de explicar, cresci logo nos primeiros anos de vida com uma curiosidade sem limites. Um dia, ainda antes de completar seis anos, perguntei a meu pai como é que se faziam versos. Ele era um improvisador de quadras e de histórias como poucos conheci na vida. Chegou a fazer o negócio de uma burra cantando ao desafio. E, nos intervalos do almoço, contava casos a homens da sua idade, mas tão interessados como crianças. Vi muitos filmes pelos seus olhos, ou ouvi-os da sua boca. Ele levou a sério a minha pergunta sobre poesia, e respondeu como se deve sempre responder a uma criança: dizendo a verdade das coisas como se se falasse ao adulto que a criança será um dia. Logo a seguir exercitei o meu novo conhecimento cantando para uma vizinha da minha idade, de que só guardo a memória de uns longos caracóis loiros. Sei que começava assim, esse que foi em rigor o meu primeiro poema: “Sou Daniel/ da ilha de São Miguel”.

Era, sim, com a sorte de ser da Ilha-Mãe também. E nela vivia então um poeta que fez parte do meu imaginário, e de quem eu muito quis ser imitador: Lopes de Araújo. Não tive a sorte de ser seu aluno, mas a ânsia de alcançar um estatuto semelhante ao seu foi talvez o maior impulso que me levou a dedicar-me à escrita. Mas Santa Maria veio a ser para mim cenário de drama também. Numa certa manhã, os responsáveis pela Direção do Serviço de Obras estavam reunidos para despedir pessoal. O critério escolhido foi o de optar pelos trabalhadores com menos filhos. O nome do meu pai foi um dos primeiros a serem falados, porque éramos só minha irmã e eu. Minha irmã não estudara porque as propinas equivaliam a um terço do ordenado de meu pai que levou um ano a decidir se eu deveria frequentar ou não o Externato. Acabou por resolver-se pela positiva, e eu revi a gramática da 4.ª classe, feita um ano antes, estudando-a enquanto vigiava as vacas. Valeu-nos que nunca paguei propinas no colégio, como chamávamos ao Externato.

O Miguel Côrte-Real, esse homem da linhagem dos primeiros povoadores e a quem Santa Maria muito deve, não concordou com a ideia, alegando que eu estudava, e que meu pai e minha mãe, costureira, se sacrificavam a trabalhar mais do que podiam para eu ter aquele privilégio. Estava a questão por decidir quando chegou um funcionário com uma notícia dramaticamente irónica. Meu pai acabara de deixar vago definitivamente o seu lugar na vida.

Daniel de Sá é o autor açoriano que primeiro descobri e traduzi. Por ter sido o primeiro que traduzi quis vir aqui homenageá-lo na terra que ele me deu a conhecer nesse seu livro. Propus até que designassem uma rua com o seu nome ou como ele sugeriu que dessem o nome de Santa Maria Ilha-Mãe a uma rua e espero que o Município avance com essa proposta. Por ter sido o primeiro foi ele um dos que levei nessa jornada dos colóquios pelo mundo, para que fosse traduzido em várias outras línguas como o Búlgaro, Russo, Romeno, Polaco, Esloveno, Italiano e Francês.

Por mais que não queiram os seus autores ali vive a todo o instante a palavra mar. Essa a onnipalavra que jamais se desvanece também nos poemas de Vasco Pereira da Costa e de Eduardo Bettencourt Pinto, ambos aqui presentes, e mesmo quando Daniel de Sá escreve sobre montes e vales das Beiras. Aliás Daniel escreveu que, aqui bem perto, na Ribeira do Capitão e na Praia dos Lobos as arribas praticamente desaparecem oferecendo a ilha a quem vem do mar. E esta ilha, nós, que somos corsários das palavras, a tomamos como nossa para todo o sempre para que seja partilhada entre todas as pessoas de bem e de boa vontade desfraldando bem alto esta bandeira da Lusofonia que por todo o mundo erguemos como se fora um Padrão dos Descobrimentos.

O meu Obrigado ao Daniel e à Ilha-Mãe surge em forma de poema:

#### 1004. VOLITANDO

*Vieram os deuses  
plantaram ilhas  
onde dantes havia água  
uma era Ilha-Mãe,  
havia a Mãe-Ilha,  
outra Marilha,  
a Ilha Menina  
a Ilha-Filha  
nove irmãs  
filhas de Posídon e de Afrodite  
nascidas da espuma do mar*

*nos montes verdes*

*rugiam dragões  
cuspiam fogo  
tremiam os chãos  
secavam ribeiras  
vomitavam magma  
choviam trovões  
de Thor filho de Ódin  
esquecido das gentes e animais*

*pobres escravos e colonos  
amanhadores de rochas e fomes  
desbravadores de mínguas  
crentes e temerosos  
orando promessas seculares  
criam no destino e sabiam-se culpados*

*ainda hoje penam  
com liberdades que não pagam dízimos  
votam com os pés da emigração  
a libertação de todas as cangas  
mas voltam sempre  
romeiros em promessas várias  
açorianos até ao tutano*

*sem alforrias nem autonomias  
perenes escravos destas ilhas  
escrevem a história que poucos leem  
4 maio 2011*

É graças a esse primeiro autor que traduzi e que, hoje, aqui homenageamos que os Colóquios se arvoraram em paladinos da literatura de matriz açoriana, encarregues de atravessarem mares nunca dantes navegados e chegar a leitores insuspeitados em línguas diversas que também aí se faz a Lusofonia em que acreditámos.

Assim se explica que este 16º colóquio da Lusofonia tenha chegado não numa caravela quinhentista mas nas asas do sonho a que chamamos Lusofonia.

Os únicos corsários que encontramos por esses mares foram aqueles que ainda não reconheceram o valor dos colóquios, da necessidade da defesa intransigente da língua e da cultura de todos nós. Mas a nossa artilharia de mais de 200 milhões de lusofalantes, a Gramática de Evanildo Bechara, os Dicionários de Malaca Casteleiro e a obras da novel Academia Galega da Língua Portuguesa foram suficientes para evitarmos a abordagem.

Os monstros adamastores, para os quais nos haviam alertado, soçobraram com as primazias do novo Acordo Ortográfico de 1990 e foram juntar-se em triste carpideira aos Velhos do Restelo.

***Que da ocidental praia Lusitana, por mares nunca de antes navegados, passamos ainda além da Taprobana, em perigos e guerras esforçados, mais do que prometia a força humana, e entre gente remota edificamos o Novo Reino da Lusofonia, que tanto sublimámos.***

**Em unísono: Bem hajás Daniel. Bem hajás Daniel.**

---

### **Daniel de Sá em resposta leu o seguinte texto: De São Pedro a Santana, pela Ribeira do Engenho**

Basta às vezes um pequeno nada para que se sinta que a nossa vida vai valendo a pena. Há algumas semanas, aconteceu-me uma dessas revelações que nos iluminam os dias. Uma cunhada minha contou-me uma conversa casual que tivera com um senhor de nome Braga, de Santo Espírito. Quando ele soube da nossa relação familiar, pediu para a minha cunhada me transmitir um desejo seu – que eu nunca deixasse de ser mariense.

Ninguém pode deixar de ser aquilo que é. Até o Chrys Chrystello me define como o micaelense mais mariense. O certo é que me coube a boa sorte de, como ilhéu, ter pai, são Miguel, e mãe, Santa Maria.

Das minhas memórias não ficou nenhuma dos meus primeiros dois anos, vividos na Maia onde nasci. Meu pai, que era carroceiro, percebeu que em breve

aquela profissão deixaria de ser um modo de vida. E por isso tentou melhor sorte na ilha que se transformara, de um ano para o outro, numa pequena imitação da América para onde tinham emigrado tantos dos seus homens. De tal maneira que, nesse tempo, as mulheres eram muito mais de metade da população de Santa Maria. Estava-se no ano de 1945, e, no seguinte, minha mãe, minha irmã e eu fomos juntar-nos a ele. Não me lembro da viagem nem das primeiras semanas, passadas numa casa à entrada da Ribeira do Engenho, juntamente com os proprietários. Depois fomos para a casa de veraneio de São Pedro da família do Sr. Armando Monteiro, onde estivemos mais de três anos. Dali haveríamos de voltar à Ribeira do Engenho, para uma casinha com o telhado à altura da estrada. Creio que esta e a primeira se conservam com poucas alterações, mas a que pertenceu à família Monteiro infelizmente não.

As minhas recordações não chegam, pois, ao tempo de antes da casa de São Pedro. É ali que começo a existir na minha memória. Recordo vagamente, por exemplo, da visita a bordo a um tio meu que seguia para Lisboa, a caminho de Angola, e que, como se aquela fosse uma terra estrangeira, não pôde sair do navio. Ou outra visita, a da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, que juntou meia ilha em Vila do Porto. E ainda me lembro de como ficava maravilhado ao ver que a água que a minha mãe vazava da chaleira se transformava em café na cafeteira. Não me apercebera ainda de que na chaleira já estava o pó de cevada torrada. Ou de um dia estar a brincar com um vizinho no corredor, fazendo nós, por turnos, de cavalo e cavaleiro. A certa altura, sendo ele o cavaleiro, começou a dar-me ordens contraditórias. Sem saber o que fazer, pensei em como seria difícil os cavalos perceberem o que pretendiam os donos. E tive pena deles. Esse foi com certeza um momento decisivo para que eu tenha passado a vida a respeitar os animais e a tratá-los quase como se fossem pessoas.

Cresci com algumas incapacidades. Há as que me terão feito falta de vez em quando, mas há outra, que contraria a psicologia e é de certo modo estranha numa criança, cuja origem não sei explicar. Por mais que me pusessem à prova, eu era incapaz de mentir. Se da mais inocente mentira minha dependesse a salvação do Mundo, o Mundo não se salvaria. Talvez por essa e outras características pouco comuns, embora não melhores nem piores do que as das crianças da minha idade, é que o Sr. Armando Monteiro, cuja família passava as férias estivais naquela casa, como sempre fizera, predizia para mim um futuro a que gostaria de assistir. Espero não o ter desiludido muito.

Eu ainda não sabia ler, e já, por um mistério qualquer que tão-pouco consigo explicar, se me perguntassem o que eu queria ser quando fosse grande eu responderia que gostaria de escrever romances e ser “chofer”. Pela condução nunca me entusiasmei muito, mas os romances e outras prosas estavam, afinal, no meu destino.

Quando morava já na casinha da Ribeira do Engenho que tem as telhas à altura do caminho, passei a frequentar a escola. Despedia-me de minha mãe a chorar, e ia por ali abaixo com a alma muito encolhida, com o coração muito apertado. A realidade deu razão a todos os meus medos do primeiro dia. O professor transformara aquela casa, a poucos metros da igreja, numa verdadeira casa de horrores. Eu ficava transido de pavor sentado na beira da carteira, e assim foi sempre até às férias do Natal, sem que alguém ouvisse ao menos um suspiro meu ou o mais ligeiro ruído do corpo a mover-se fosse para o que fosse. Como eu não estava matriculado, o professor nunca me dirigiu uma palavra sequer.

Com o Ano Novo de 1951 chegou a libertação. Fomos viver para Santana, e passei a frequentar a escola daquele lugar onde haveria de definir-se, para sempre, a minha personalidade. Por isso como pessoa sou e serei sempre mariense e “santaneiro”. Era assim que chamavam a quem vivia na mais antiga povoação do arquipélago. O termo era pejorativo, mas evoco-o como um elogio.

A casa para onde fomos viver nunca tinha sido chamada casa antes de lá morarmos. Mas o aumento da população da ilha, por causa das obras e outros serviços relacionados com o Aeroporto, foi de vários milhares nos anos que se seguiram a 1944. Por isso qualquer espaço que abrigasse da chuva era usado como moradia.

Mas a mudança de escola mudou também a minha vida. Para sempre e penso que para melhor. A professora era uma regente escolar, bonita, dócil e competente. Chamava-se Eduarda, e era tia de duas futuras amigas e colegas de profissão, a Clara e a Zélia. Eu não tinha ideia ao menos do que era uma conta de somar, mas a D. Eduarda percebeu que podia fazer de mim qualquer coisa. Arranjou um subterfúgio para me matricular, e passei para a 2ª classe logo nesse ano, tendo aprendido a tabuada num só dia. Depois de eu ter começado a confundir tudo a partir da tabuada dos quatro, a D. Eduarda disse-me, a brincar, que eu tinha de decorá-la inteira no feriado de 28 de maio. Ela viria a ficar muito preocupada quando percebeu que eu a

levava a sério, o que me custou o dia fechado em casa de manhã à noite. Mas nunca mais esqueci que duas vezes dois são quatro e nove vezes nove oitenta e um, mais o que vem pelo meio.

Na segunda classe tive outra regente, a D. Doroteia, do Pico. Tão mansa que, em vez de régua, usava as próprias mãos para dar “bolos”. Acabava o dia, naturalmente, com elas muito mais doridas do que as dos alunos supostamente castigados.

Na terceira classe foi ainda uma regente que tive como professora. A D. Úrsula, irmã do Dr. Jorge. Com ela os menos respeitadores, que chegaram a fazer até que a D. Doroteia chorasse por não ser capaz de impor disciplina, passaram a comportar-se como anjinhos. Mas, comparada com a de São Pedro, a escola de Santana, frequentada também pelas crianças dos Anjos e do Paul, continuou a ser um paraíso.

Na minha 4ª classe estreou-se como professora a D. Francisca, vinda do Faial, uma jovem só dez anos mais velha do que eu. Foi ela que completou o milagre das três regentes que a haviam precedido, e que tinham de ensinar as quatro classes, a mais de trinta rapazes e raparigas, com idades entre os seis e os catorze anos. Numa pequena casa que fingia de escola, com um quadro preto, giz e dois ou três mapas. Mas foi ali que começaram todas as minhas crónicas, todos os meus contos de Natal, todos os meus livros. E esta comunicação também. Com que cumpro a minha presença num colóquio que em boa parte me é dedicado, coisa que não sei se mereço mas que, reconhecidamente, agradeço.

Sei que Santa Maria não me esqueceu. E eu a ela muito menos. Foi, para mim, uma terra de dificuldades, mas foi-o também de facilidades. As dificuldades tornaram-me rijas as raízes para a vida; as facilidades permitiram que, dos nascidos em 1944, eu fosse o único rapaz da Maia a ter ido além da 4ª classe.

Feliz de mim, a quem tal ilha-mãe foi dada.

---











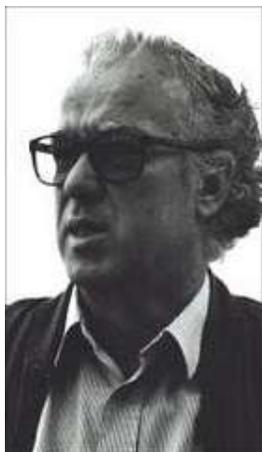


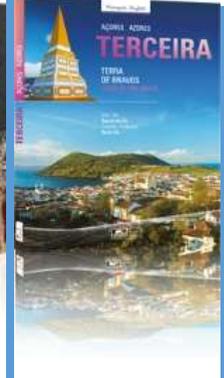
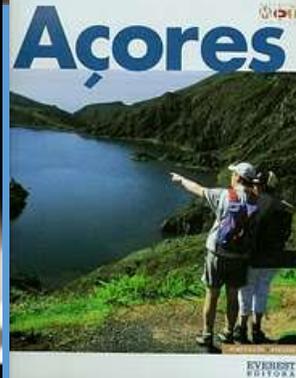
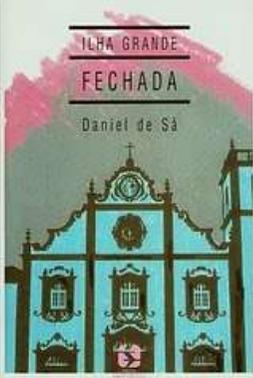
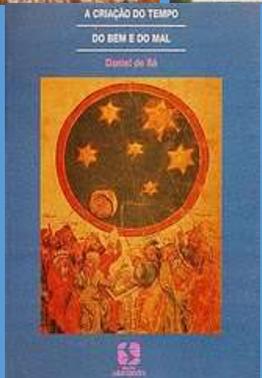
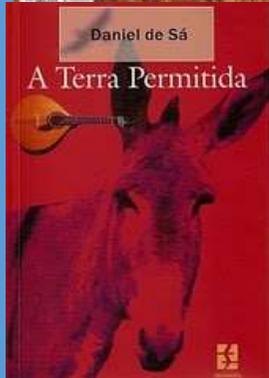
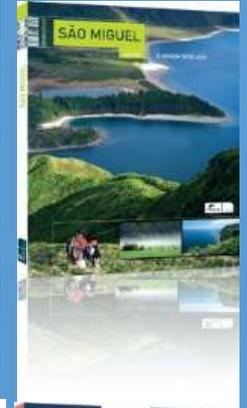
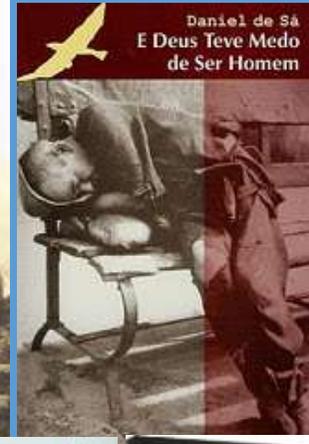
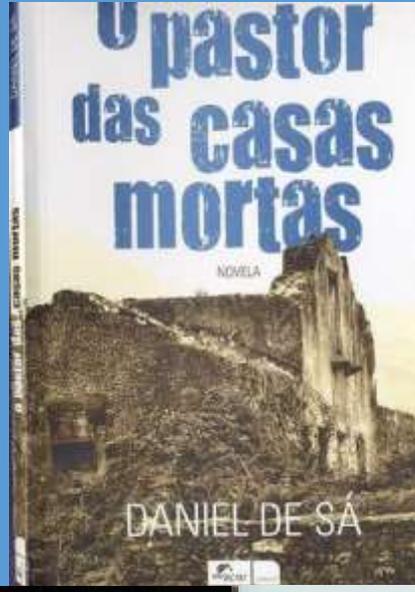
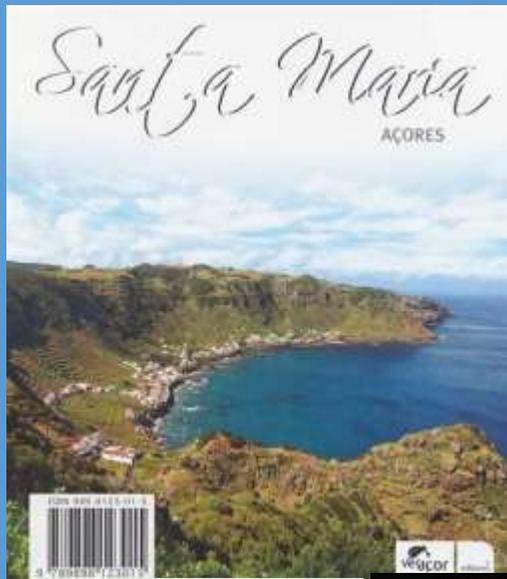
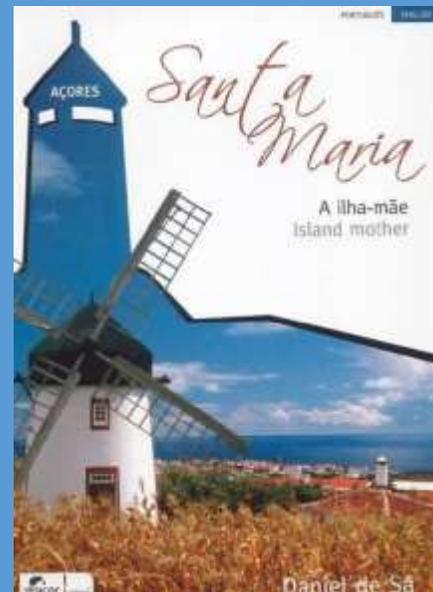


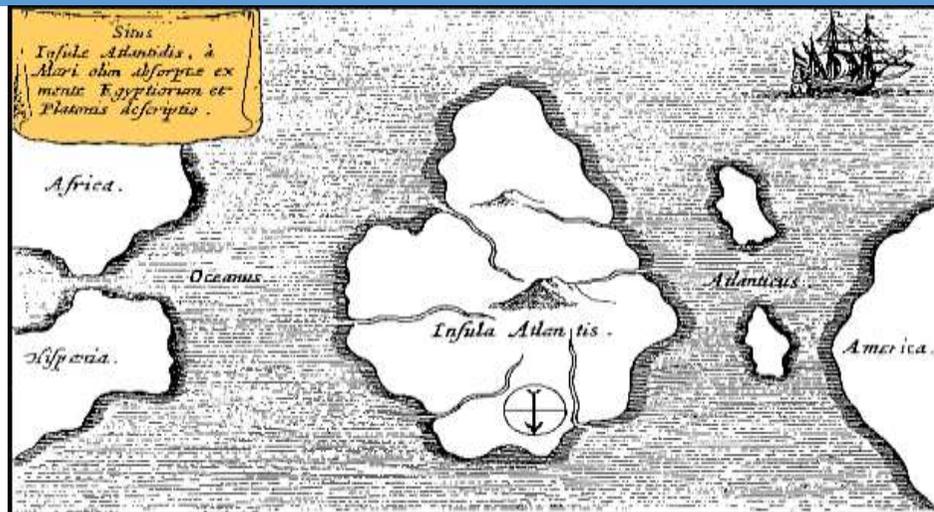












Suplemento 2 março 2010

**DEDICADO A DANIEL DE SÁ**

Todas as edições em linha em [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Editor **Colóquios da Lusofonia** (Chrys Chrystello)

Coordenadoras **Helena Chrystello / Rosário Girão dos Santos**

Os colóquios da lusofonia seguem a nova ortografia desde fev<sup>o</sup> 2009



Editado por

©<sup>TM</sup> revisto 2012